



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

ERNESTO PUHL NETO

**POBREZA E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO:
A INTERVENÇÃO DO ESTADO NOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

**RIO DE JANEIRO
2016**

ERNESTO PUHL NETO

**POBREZA E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO:
A INTERVENÇÃO DO ESTADO NOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof^a Dr^a Alejandra Pastorini.

RIO DE JANEIRO
2016

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Alejandra Pastorini
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a Maristela Da Moro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Cézar Maranhão
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à família Sem-Terra, em especial aos meus familiares: pais Silvênio e Iraci, irmãos Rudimar, Emersons, Giseli, a minha companheira Andreia e aos lutadores e lutadoras do povo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Às lideranças do MST e a todos os docentes da Escola de Serviço Social da UFRJ, que contribuíram para chegar à conclusão deste trabalho.

**“A luta de classe é o motor da história.”
Karl Marx**

RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar as intervenções do Estado brasileiro nos governos do Partido dos Trabalhadores, entre os anos 2003-2013, direcionadas a aliviar a pobreza no campo. Para atingir essa finalidade foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com foco nas particularidades da formação social brasileira, os modelos de desenvolvimento da agricultura e pobreza no campo brasileiro. Essa investigação foi complementada com uma pesquisa documental. Este trabalho ficou organizado em três capítulos e as considerações finais. Iniciamos nossas reflexões com o estudo da natureza da formação social do Estado brasileiro e as suas características no período Colonial chegando até os dias atuais buscando desvendar o Estado Democrático de Direito. O segundo capítulo foi dedicado ao estudo da modernização conservadora na agricultura nos anos de 1960-70, como um projeto da burguesia brasileira para o campo, em suas diversas dimensões econômica, política e ideológica e até chegar ao modelo do agronegócio ser hegemônico. Entendendo a natureza do Estado brasileiro e a modernização conservadora na agricultura, compreendemos que a natureza da pobreza no campo é uma expressão histórica na sociedade brasileira, foi essa a preocupação central do último capítulo que também buscou compreender as políticas públicas em três dimensões: a política de distribuição de renda (Bolsa Família), as políticas de estruturação produtiva (PAA, etc.) e a previdência social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mostra a importância do agronegócio para a economia do Brasil.....	68
Figura 2	As grandes empresas do agronegócio.....	72
Figura 3	As propriedades rurais de estrangeiros no Brasil e sua localização.....	74
Figura 4	Garantia de renda através da Bolsa Família.....	108
Figura 5	Número de documentos emitidos para as trabalhadoras rurais.....	110
Figura 6	Número de domicílios que foram beneficiadas pelo Programa Luz Para Todos no período de 2004 á 2013.....	114
Figura 7	O número do analfabetismo no campo.....	119
Figura 8	A assistência técnica e fomento.....	125
Figura 9	Os benefícios do Programa de Aquisição de Alimentos.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Grau do desflorestamento da Mata Atlântica em números de hectare e Período histórico.....	65
Quadro 2	Número de áreas e estabelecimentos por grupos de área total no Brasil.....	78
Quadro 3	Valor do rendimento médio mensal do trabalho rural e urbano por Classe.....	83
Quadro 4	Quantidade de renda de salários mínimos mensais por estabelecimentos.....	83
Quadro 5	Número de auxílio-doença/acidente e aposentadoria por invalidez nos anos 2000 a 2009.....	96
Quadro 6	A falta de infraestrutura básica nos domicílios particulares no Brasil	99
Quadro 7	Valor do financiamento habitacional que cada indivíduo pode acessar de acordo com a renda.....	111
Quadro 8	Acesso das famílias na compra de eletrodomésticos nos períodos de 2003 a 2009.....	115
Quadro 9	Desigualdade ao acesso à educação no período de 2003 a 2009.....	118
Quadro 10	Infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo.	118
Quadro 11	Número do PRONERA nacional 2009.....	120
Quadro 12	Tempo médio de duração em anos das aposentadorias por idade e Estimativa da idade média do beneficiário na cessão do benefício 2009 a 2013.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de ocupações de terra nos períodos de 1998 a 2012.....	33
Gráfico 2	Número de assentamentos rurais nos períodos de 1985 a 2012	33
Gráfico 3	Valor do salário mínimo no período de 1983 a 01/01/2015.....	45
Gráfico 4	Valor do salário mínimo versus desemprego no período 2003 a 2013.....	46
Gráfico 5	Transferência de renda para a Bolsa Família no período de 2003 a 2013.....	48
Gráfico 6	Investimento e financiamento do BNDS do período acumulado de janeiro de 2000 até o segundo trimestre de 2009.....	49
Gráfico 7	Valor do desembolso do BNDS para infraestrutura econômica de 2007 à 2012	50
Gráfico 8	Valor de desembolso do BNDS para financiamento para compra de equipamentos no primeiro trimestre de 2013.....	50
Gráfico 9	Valor de desembolso do BNDS para empréstimos no período de 1995 a 2014	51
Gráfico 10	Taxa de crescimento do PIB brasileiro no período de 1980 a 2013.....	52
Gráfico 11	Número de Populacional Urbano e o Esvaziamento Populacional Rural	64
Gráfico 12	Número de exportações do agronegócio.....	67
Gráfico 13	Importações de insumos agropecuários no Brasil.....	75
Gráfico 14	Distribuição da população rural por sexo e por idade no Brasil em 2004.....	81
Gráfico 15	Distribuição da população rural por sexo e por idade no Brasil em 2012.....	82
Gráfico 16	Número de pessoas ocupando o campo no período de 1970 a 2006.....	85
Gráfico 17	Número do Programa Mais Alimento.....	86
Gráfico 18	Evolução do crédito rural disponibilizado no Brasil nos períodos de 2003 a 2014.....	87
Gráfico 19	Repartição da riqueza no Brasil ano de 2012.....	92
Gráfico 20	Estabelecimentos entre 0 ha e 20 ha que usam a força de tração mecânica ou animal.....	95

Gráfico 21	Número de trabalhadores escravos no período de 2003 a 2014.....	97
Gráfico 22	Número de assalariados rurais segundo posição e ocupação e legalidade/informalidade no Brasil no período de 2004 a 2013.....	98
Gráfico 23	Déficit habitacional absoluto e relativo por área e unidade da Federação.....	100
Gráfico 24	Abrangência do Programa Minha Casa Minha Vida no período de 2011 a julho/2014.....	112
Gráfico 25	Número de famílias que foram beneficiadas pelo o Programa Água para Todos no período de 2011 a fevereiro/2014.....	113
Gráfico 26	Número de trabalhadores resgatados nas operações de fiscalização de resgate do trabalho escravo no Brasil no período de 1995 a 2014.....	116
Gráfico 27	Ano médio de estudo da população de 18 a 29 anos no Brasil por renda e situação de domicílio no período de 2004 a 2014.....	120
Gráfico 28	Evolução dos recursos aplicados no Programa de Aquisição de Alimento.....	128
Gráfico 29	Redução da pobreza multidimensional crônica rural e urbana.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Frota de tratores na agricultura brasileira.....	60
Tabela 2	Principais produtos da Nestlé do Brasil.....	62
Tabela 3	Indicadores e critério da pobreza crônica.....	91
Tabela 4	O papel da previdência rural nas condições socioeconômicas de vida no campo dos indivíduos às famílias.....	133

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDS	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação.
CNA	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
DAP	Declaração Aptidão
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
EC	Emenda Constitucional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização para a Agricultura e a Alimentação
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas

FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GATT	Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Escritório Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda
MPS	Ministério da Previdência Social
OCDE	Organizações para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organizações dos Estados Americanos
OGU	Orçamento Geral da União
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPMR	Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2. AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	19
2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO/TRANSIÇÃO DO ESTADO COLÔNIA E MODERNO	19
2.2 ESTADO, DIREITOS E CIDADANIA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL	28
2.3 NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ESTADO NO ANO DE 1990	36
2.4 NEODESENVOLVIMENTO E OS GOVERNOS DO PT	42
3. MODELO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	53
3.1 MODERNIZAÇÕES CONSERVADORAS DA AGRICULTURA	53
3.2 AGRONEGÓCIOS: O MODELO HEGEMÔNICO NA AGRICULTURA	66
3.3 SITUAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA	76
4. AS PARTICULARIDADES DA POBREZA NO CAMPO BRASILEIRO	88
4.1 REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A REALIDADE DO CAMPO	100
4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS PARA A POBREZA NO CAMPO	106
5. CONCLUSÃO	135
REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Brasil, um país com uma dimensão territorial e de uma riqueza em diversidade e cultural, e estas expressões se expressam nos quatro cantos deste país; tudo isto é possível pela miscigenação dos diversos povos que formamos o povo brasileiro.

Os índios, que já habitavam esta terra, os negros que foram pegos na África e trouxeram à força, os brancos que vieram da Europa e os amarelos vindos da Ásia, todas estas diversidades dão base para a formação social do povo brasileiro que expressa a criatividade e a beleza. São virtudes e as riquezas naturais e culturais da expressão da formação do povo brasileiro.

Estas características e virtude do nosso povo não expressa na burguesia brasileira, ela é uma demonstração contrário e expressa sim a sua característica essencial a heteronomia (dependência, submissão, obediência).

A dependência, submissão e obediência são as características da formação da burguesia brasileira que traz para dentro da formação do Estado brasileiro.

A primeira questão é sobre a formação do Estado brasileiro. É a burguesia brasileira que formou os aparatos políticos, econômicos, ideológicos e jurídicos para atender os objetivos e interesses de poderes.

Na formação do Estado brasileiro a burguesia trouxe as características da sua natureza para dentro do Estado. O patrimonialismo é da ligação do privado e o público que utiliza o Estado para os benefícios familiares e da classe dominante. A demonstração histórica do circuito fechado de poder econômico, político, ideológico e cultural de classe dominante. A forte presença do autoritarismo que se expressa, entre outras coisas, na forma como mudanças realizadas e alianças entre os grupos dominantes, com a conciliação pelo alto, onde a brasileira da burguesia incide de forma direta na cultura política, o clientelismo. E, por último, é o coronelismo, que é uma prática instaurada pelos coronéis, ou seja, trata-se de uma forma arcaica de dominação da sociedade, na qual os setores subalternos ficam subordinados e reféns de um modelo de dominação que não permite a sua participação, o consenso e diálogo.

O segundo texto é o projeto da modernização conservadora na agricultura que foi implementado com o poder ditatorial de 1964, que enterrou os projetos de reforma agrária no país e operacionalizou o projeto de interesse da burguesia junto com o setor agrário brasileiro de ser concentrador de riqueza, terras, e a produção baseada na monocultura para a exportação, com os rejeitos da segunda guerra mundial para construir os implementos e insumos para este modelo de produção capitalista.

Por último é a questão social. Uma das expressões sociais é a pobreza no campo brasileiro, sendo que é histórica da formação social brasileira e que ainda não foi superada. Porque o modelo de produção capitalista é de subordinação ao capital internacional e a burguesia nunca colocou os interesses do povo brasileiro como prioridade; o que predomina são os interesses da burguesia, que são determinados pelos interesses do capital internacional.

O terceiro capítulo do trabalho dialoga com uma questão que é estrutural, o modo de produção capitalista da sociedade brasileira, e conjuntural, referente ao período de 2003 a 2013. A pobreza aparece na agenda dos governos latino-americanos e do projeto (neo) desenvolvimentista e tem por diretrizes as políticas públicas e a distribuição de renda.

As políticas públicas realizadas nos governos do PT são as políticas de distribuição de renda (Bolsa Família), alcançando 3,8 milhões de famílias de pequenos agricultores. As políticas na área produtiva são de caráter estruturante e a previdência rural cumpre o papel da permanência das famílias com dificuldade de renda.

“A televisão tornou-se um estado dentro do Estado, uma escola acima das escolas e uma forma subliminar e assustadora de manipulação de mentes.” (Florestan Fernandes).

2 AS CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO/ TRANSIÇÃO DO ESTADO COLÔNIA E MODERNO

O Brasil, país que possui uma extensa dimensão territorial, apresenta no seu espaço geográfico uma vasta riqueza em biodiversidade e uma multiplicidade de expressões de identidades e de culturas que marcam as singularidades da formação deste país dependente, localizado na periferia do capitalismo. Em diversas produções teóricas na ciência política, antropológica, sociológica e econômica, o Brasil, é pensado como a formação dos “Brasis”. Historicizando o conceito “brasis”, o geógrafo Milton Santos traz uma reflexão importante.

A primeira proposta de divisão regional do Brasil surge em 1913, para ser usada no ensino da geografia. Baseada apenas nos aspectos físicos – clima, vegetação e relevo -, tinha o objetivo de reforçar a imagem da nação e por isso dividia o país em cinco Brasis: Setentrional, Norte oriental, Oriental, Central e Meridional. Na época, acreditava-se que a divisão regional deveria ser fundamentada em critérios que resistissem à ação do tempo. (Quatro Brasis foi apresentado em 2000 por Milton Santos).

A formação dos “Brasis” é uma ideia que se apoia em uma divisão territorial, tomando como referência elementos da economia, política, sociedade e cultura, foi muito utilizada pela burguesia brasileira para formatar a organização política, mas também foi tomada como referência para o planejamento econômico e social.

Entretanto, para pensar o processo histórico da formação do Estado brasileiro, é importante entender a transição da organização do modo de produção pré-capitalista para o capitalista. Segundo Coutinho, esse processo percorrido pelo Brasil pode ser caracterizado como “via prussiana”. “Coutinho e Vienna partem da conceituação leninista da ‘via prussiana’, adaptando esse conceito à situação da formação social brasileira, já que são processo de desenvolvimentos do capitalismo que se assemelham” (Mazzeo, 2015, p 102), desenvolvimento, no contexto do capitalismo tardio. Segundo Mazzeo,

Efetivamente, aparecem elementos comuns nas situações históricas onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente. (...) Vemos, no Brasil, que todo o processo de concentração capitalista rumo ao desenvolvimento industrial aparece também no campo. É um processo lento, sem dúvida, cheio de percalços típicos de uma colônia acossada por sua metrópole em decrepitude, que começa a ganhar um ritmo mais acelerado a partir de meados do século XVIII (2015, p.103).

A organização da produção baseada na mão de obra escrava visava à expropriação das riquezas do Brasil para o predomínio do capitalismo mercantil, hegemônico pelas potências imperialistas. Segundo Fernandes, a burguesia brasileira é heteronímia:

Apenas secundariamente o liberalismo econômico adquiriu alguma importância dinâmica, seja como recurso de uma ideologia que precisava justificar o estado crônico de heteronímia econômica do País e os privilégios econômicos dos estamentos senhoriais, seja como fundamento de uma política econômica estamental no seio de uma economia periférica e dependente. Ora, isso não ocorria com os papéis econômicos que emergiam e se desenvolviam em conexão com a expansão gradual do “setor novo” da economia. Aí, os papéis econômicos emergentes não se aglutinavam em função do status senhorial, embora assimilassem, em grau variável, símbolos e valores sociais mantidos e impostos pela tradição cultural patrimonialista (com base nos quais: 1) se separavam as categorias de homens que podiam ser considerados, socialmente, “livres”, “escravos” e “liberados”; 2) os homens “livres” podiam distinguir-se como “gente de prol” e “talé”. Os mencionados papéis aglutinavam-se, estrutural e dinamicamente, através de ações e de relações que nasciam de uma economia de mercado, eram governadas pelo “cálculo econômico” e tendiam a integrar-se em termos competitivos. Todos esses elementos configuravam o “espírito burguês” nascente, antípoda da mentalidade aristocrático-senhorial e de sua incapacidade de vitalizar socialmente os papéis econômicos essenciais à própria autonomia econômica da aristocracia agrária. Até o “senhor rural”, ao projetar-se na vida econômica das cidades, viu-se engolfado e seduzido por esse ‘espírito burguês’”. (Fernandes, 1976, p. 84)

Esta é um traço central da formação social brasileira, mesmo que a natureza dos vínculos com a economia central mude no modo de produção capitalista em relação ao período colonial.

O mesmo autor indica que a consolidação do padrão burguês se coloca como uma necessidade histórica no fim do século XIX, implicando em transformações econômicas, políticas, institucionais, dentre outras.

O pensamento “ecletico”, como doutrina conciliatória e de crítica e negação do pensamento revolucionário do século XVIII, servia como uma luva ao “espírito” conservador das “elites” nacionais. (...) O ecletismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como exemplo de manutenção do status quo, utilizando-se as reformas “pelo alto”. Sem os perigos de uma revolução, sem rupturas, tomava-se o passado dos tempos coloniais, conciliando-se com as novas formas político-organizativas de que o Brasil irá necessitar após sua emancipação política. (Mazzeo, 2015, p. 90-1).

Esta característica da burguesia brasileira de buscar as saídas pelo alto, sempre visava aos interesses do núcleo de poder interno que subordina o externo. Este também é o motivo por que a burguesia brasileira não realizou a revolução burguesa. Há uma heteronomia na economia, política, cultura e intelectual que impede autonomia desta burguesia subordinada aos grandes interesses do capital.

A formação do Brasil burguês, das relações econômicas capitalistas, da cultura do povo brasileiro, do Estado e da política é essencialmente uma transformação estrutural para atender as exigências do desenvolvimento capitalista mundial.

Este processo sócio-histórico fez com que as elites políticas e econômicas se identificassem com os interesses do colonizador, sem incorporar qualquer compromisso com os setores subalternos, negando a possibilidade da construção de uma identidade própria.

Segundo Coutinho, “a cultura brasileira tornou-se assim em grande parte uma cultura ‘ornamental’, já que não existia (ou era excessivamente débil)” (2014, p.47). Dessa forma, a elite brasileira reforça seus vínculos com os “de fora para fora”, utilizando as suas artimanhas e instrumentos políticos, ideológicos e jurídicos para agir e atender os seus interesses.

No esforço de consolidar o Brasil como país dependente localizado na periferia do capitalismo a elite política e econômica no Brasil introduz um conjunto de transformações para concretizar o projeto de país “moderno”, sem superar os traços tradicionais que predominam nessa formação social.

Outro dado importante a ser levado em consideração diz respeito ao fato de que a formação social brasileira moderna tem suas “raízes na colonização”. Segundo FAORO, “as mazelas do Estado e da Nação brasileira podem ser mais manifestamente encontradas ao nos debruçarmos sobre o caráter específico de nossa formação histórica, em especial sobre nosso passado colonial” (apud Silveira, 1977, p.10).

O processo histórico da formação social brasileira tem outro elemento a ser mencionado: o “homem cordial”. Segundo Buarque de Holanda, “a hospitalidade, generosidade, bondade que é sentimento de homem bom, traz a simbologia da concórdia e amizade, que expressa os sentimentos do coração e da emoção” (1992, p. 106). Estes traços provocam no interior da nossa formação as contradições do que somos enquanto povos que, na simbologia da cordialidade, reforçam as ideias da dominação e subordinação. Para entender essa questão é importante lembrar as reflexões de Coutinho,

A subordinação dessas economias agora “periféricas” ao capital mercantil metropolitano se dava no terreno da circulação, era, para usarmos com certa

liberdade um célebre conceito de Marx, uma subordinação formal, que mantinha essencialmente intocado o modo de produção do povo colonizado. (2011, p37-8)

Coutinho destaca a dominação e subordinação entre os países centrais e periféricos. Mas destaco a dominação de uma classe sobre outra e a subordinação a que a classe trabalhadora foi sujeita na histórica deste país.

O elemento de “homem cordial” vai impregnar de forma intensa a cultura política brasileira e as relações entre os sujeitos. Segundo Buarque de Holanda,

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonialismo” do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios, que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal (BUARQUE DE HOLANDA, 1969, p. 105).

O patrimonialismo vai ser uma marca da cultura política e incidirá de forma direta na organização do Estado brasileiro. Este é um elemento fundamental e essencial, o “DNA” da formação política, de quem governa e administra a política econômica a serviço dos interesses da classe dominante.

O Estado burguês vai se consolidando ancorado nos traços arcaicos que são enraizados nos seios da sociedade colonial, onde o patrimonialismo já se fazia presente. A primeira característica do Estado brasileiro moderno é ser patrimonialista, essa é uma das bases existenciais da formação do Estado brasileiro.

Patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predado útil de sua propriedade privada.[...] Os funcionários, por sua vez tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito. [...] Em suas relações com a população, eles podem agir de maneira tão arbitrária quanto aquela adotada pelo governante em relação a eles, contanto que não violem a tradição e o interesse do mesmo na manutenção da obediência e da capacidade produtiva de seus súditos. (SILVEIRA, 2006, P.5).

O conceito do patrimonialismo é essencial, para entender a formação do Estado e da elite política dominante, traço que vai se expressar também na relação entre as classes e a predominância dos interesses do “circuito fechado” da burguesia brasileira.

A segunda característica da formação do Estado brasileiro é a formação de um Estado para a burguesia. A burguesia brasileira formou os seus aparatos políticos, econômicos, ideológicos e jurídicos para atender os objetivos e interesses de poderes. Segundo Saes,

Estado burguês corresponde a um tipo particular de relações de produção – capitalista; na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalista. Só o Estado burguês torna possível a reprodução das relações de produção capitalista. (SAES, 1998, p.22).

O capitalismo se desenvolveu no país e a construção do Estado em que se atende e se realiza uma política no legislativo, executivo e judiciário aos interesses da burguesia brasileira, que é subordinada ao capital internacional.

Pensando o Brasil, entendemos importante destacar a participação da elite agrária e a forma como seus interesses particulares foram contemplados por meio da aprovação da primeira Lei da Terra, em 1850. Segundo Stedile,

O que caracteriza a Lei nº 601, de 1850. Sua característica principal é, pela primeira vez, implementar no Brasil a propriedade privada das terras. (...) A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (...) nº 601, de 1850, foi então batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil. (Stedile, 2005, p.22-3).

A propriedade privada no Brasil é posterior do processo de libertação dos escravos. A burguesia criou a lei da terra nº 601, de 18 de Setembro de 1850, diz que:

(...) as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm) acesso dia 13 de Agosto de 2016.

Portanto, esta lei da terra foi à proteção jurídica que impediu os escravos tomar posse das terras. Segundo, agora com a consolidação da propriedade privada da à “libertação os escravos” que foi oficializada pela Lei Áurea ou Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888.

Esta mudança foi um golpe a população negra escrava e que alterou, onde primeiro era terras livre e homens escravos e agora é terras escravas e “homens livres”.

As quinze capitânicas hereditárias são um bom exemplo para entender a burguesia brasileira. A coroa de Portugal realizava a distribuição das faixas das capitânicas para as famílias de sua confiança.

Um terceiro elemento a ser mencionado é o denominado por Ianni (1976) “circuito fechado”, é uma das características importantes para entender a formação da classe dominante e do Estado brasileiro.

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos defeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendam assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (SILVEIRA, 2006, p.9).

É demonstração histórica do circuito fechado de poder econômico, político, ideológico e cultural de classe dominante. A formação desta classe baseada na ideia de família como célula base da sociedade e também a consolidação da “oligarquia”, que tem como referência os territórios econômicos e políticos.

A divisão do território brasileiro em partes teve como objetivo atender os interesses das elites regionais aumentando, assim, o poder econômico e político das mesmas, reforçando a sua dominação. Nesse processo o Estado brasileiro teve uma participação fundamental, seja protegendo a propriedade privada, seja dando garantia jurídica à exploração do trabalho pelo capital.

A burguesia brasileira se constitui como classe dominante sempre subordinada aos interesses de quem colonizou o Brasil, ou seja, atendendo os interesses externos. Ianni, afirma no livro “O ciclo da revolução burguesa” que “desde o começo, o Brasil tem jeito de território ocupado; e o povo aparece como povo conquistado. Deste o princípio os blocos de poder aparecem como arranjos de conquistadores” (1976, p.11). Nesse sentido, a dominação política e ideológica da classe dominante vai se refletir na característica da formação das classes subalternas brasileiras que foram historicamente excluídas dos principais espaços de participação e decisão.

Uma quarta característica da formação sócio-histórica brasileira é a forte presença do autoritarismo que se expressa, entre outras coisas, na forma como mudanças são realizadas através das alianças entre os grupos dominantes, através da conciliação pelo alto, sem participação da classe trabalhadora e sem garantia de direitos.

A elite política do Brasil, historicamente, não aceitou e puniu a mobilização e a organização da classe trabalhadora, assim como cerceou a participação das maiorias trabalhadoras das decisões políticas e econômicas que dizem respeito à vida da sociedade brasileira, limitando a possibilidade da construção de um projeto de caráter popular para o Brasil.

Assim foi se consolidando uma sociedade hegemônica pela elite brasileira, utilizou dos aparelhos ideológicos e repressivos para atingir seus interesses de classe.

Segundo Coutinho (2011, p.47),

Um dos modos de isolar os grupos populares dos processos políticos constitui precisamente em “assimilar” os seus virtuais representantes ideológicos, incluindo-os naturalmente em posições subordinadas – nos novos blocos de poder que iam resultando dos processos de conciliação pelo alto. Essencialmente, através dos vários mecanismos de cooptação das camadas médias (em particular dos intelectuais) pelas classes dominantes.

Continuando nesta linha de raciocínio e para melhor compreender a concepção de Estado, nos valem mais uma vez de Coutinho, que vai à essência desta “filosofia” da elite, quando afirma que, no Brasil até os anos de 1930, “O Estado era tudo (e) a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” (Coutinho, 2011, p. 47)”.

Nos período histórico da formação social do Brasil, em que a classe trabalhadora se organizou, para participar como protagonista da formação do Estado brasileiro foram interrompidos pela as elites dominantes. Estes movimentos e momentos de mobilizações e organizações da classe trabalhadora defrontaram-se com os interesses da burguesia brasileira e ela agiu com a mão forte do Estado brasileiro, o autoritarismo.

A autocracia autoritária pode operar sem que o povo perceba seu caráter ditatorial, só emergente nos conflitos e nas tensões, quando os órgãos estatais e a cara constitucional cedem o real, verdadeiro e atuante centro de poder político. Em última análise, a soberania popular não existe, “senão como farsa, escamoteação ou engodo” (Apud GANDINI 2008, p. 10).

Nas diversas formas de operacionalizar o Estado burocrático em determinados momentos da história foram utilizados instrumentos de falsear a realidade e de condenação da classe trabalhadora, incluindo questões que dizem respeito ao caráter da burguesia.

Não são poucos os episódios e momentos na história do Brasil em que os representantes da burguesia e do Estado autoritário não se identificam com os governos progressistas.

A quinta característica da formação social brasileira, que vai incidir de forma direta na cultura política e na conformação do Estado, é o clientelismo. Entendemos que esta é uma característica central nesta sociedade que vai marcar fortemente as relações sociais e vai impregnar a dinâmica de funcionamento do Estado brasileiro e as relações com os cidadãos.

As relações que a elite econômica e política estabelece com todos os setores de classes encontram-se impregnadas pelo clientelismo.

Nunes identifica os aspectos do clientelismo “Primeiro, as trocas entre patrocinadores e clientes são generalizadas, assimétricas, pessoais, e não impessoais, como ocorre em uma economia de mercado; segundo, a troca inclui promessas e expectativas de retornos futuros” (apud. GANDINI, 2008, p.13).

Esses dois aspectos identificados pelo autor - a relação dos patrocinadores e clientes, e a promessa de uma vantagem - são elementos típicos da formação de um “curral eleitoral” que permite a manutenção da sociedade de forma “gelatinosa”, desorganizada, ou melhor, parafraseando Glauber Rocha, é o deus e o diabo na terra do sol, ou seja, a sociedade gelatinosa é refém dos interesses da elite dominante.

Essa relação clientelista entre os patrocinadores e o cliente permite a obtenção de vantagens, a quem se utiliza da mesma, no processo eleitoral, nos marcos da democracia representativa.

Por outro lado, a corrupção é um traço essencial, relacionado ao anterior, para a compreensão da formação social brasileira e do funcionamento do Estado burguês. Poderíamos afirmar que o elemento da corrupção está no DNA da formação do Estado brasileiro. Segundo Martins, embora “o clientelismo tenha sido identificado (...) como ‘corrupção’ (...) se trata de uma prática de longa data, que no Brasil tem sido fundamento do Estado brasileiro” (apud. Gandini, 2008, p 13). A prática da corrupção é um dos elementos fundamentais que a elite dominante utiliza para exercer seu poder autoritário.

A relação clientelista é utilizada como um artifício da “troca de favores”, na qual o chefe político, que domina essa relação, representa o projeto da classe dominante que exerce o poder político e econômico da nação. A troca de favores é uma mediação de esferas de menores. A primeira instância é a troca do voto do eleitor ao político; a segunda é a troca do voto do político aos projetos no legislativo e executivo.

As características mencionadas acima, relativas à cultura política brasileira na formação do Estado burguês, acresceram o coronelismo. Este traço está muito presente na formação social da estrutura econômica, cultural e política do Brasil. O coronelismo é uma tradição senhorial do norte e nordeste, e de todos os rincões do país. Ou seja, é uma característica que está presente em todo o território brasileiro, com ramificação nas instituições públicas e privadas.

O coronelismo é uma prática instaurada pelos coronéis, ou seja, trata-se de uma forma arcaica de dominação da sociedade, na qual os setores subalternos ficam subordinados e reféns de um modelo de dominação que não permite a sua participação, o consenso e diálogo. Essa forma organizativa da elite, segundo Saes, tem os seguintes objetivos:

(...) designa um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas. Mais precisamente, o coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam, de modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma de suas frações. (1998, p.82).

O controle realizado por esta prática arcaica utilizada pela classe dominante tem como função a desorganização da classe trabalhadora e o reforço da aliança no interior da classe dominante. Entretanto, é importante mencionar outro dado, trata-se de alianças do arcaico com o moderno, na busca por preservação dos interesses econômicos e políticos da classe dominante. Segundo Décio, os coronéis ocupam uma posição subalterna no bloco de poder do Estado burguês:

O Coronelismo é, portanto, típico da inércia que põe o seu peso eleitoral ao serviço da preservação do bloco de poder, e força eficaz, enquanto nenhuma outra fração da classe dominante se dispuser a romper pela força o controle da política de Estado pela fração hegemônica, ou enquanto outras dimensões do terreno eleitoral, não cobertas pelas práticas do coronelismo (o eleitorado urbano), revelarem-se incapazes de provocar uma redefinição da situação hegemônica (SAES, 1998, p.100).

Os conceitos do arcaico e moderno, do campo e cidade, do privado e público são fenômenos presentes que ramificam nos espaços em territórios brasileiros. Pretendo dialogar aqui com o arcaico, o moderno e o campo, na busca por desvendar como o Brasil moderno se constrói sem superar os traços de arcaísmo que marcaram a cultura política brasileira e as relações sociais.

Diante das ideias apresentadas, é importante contextualizar o espaço rural, uma vez que o território do campo (o rural) é uma parte da totalidade. Dessa forma, não pode ser

analisado de modo desvinculado dos traços particulares da formação social brasileira, das características e formas de regulação do Estado burguês e das funções que este exerce na busca por criar as condições necessárias para a valorização do capital. Segundo Saes, o coronel exerce um poder limitado quando pensado em relação ao projeto político-econômico da burguesia que exerce a dominação do Estado.

É evidente que, na prática, o coronel se coloca por vezes a serviço de frações burguesas que, não controlando a política de Estado, aspiram a esse controle; todavia, trata-se, nesse caso, de um coronelismo minoritário, porque ineficaz (para os seus aliados) e desvantajoso (para o coronel), já que concorre em desigualdade de condições com o coronelismo de adesão permanente e incondicional (dentro de certos limites que são os da manutenção da própria Ordem Social no campo e na cidade) ao Estado (1998, p.106).

Esta forma de exercer o poder é vinculada à estrutura de sociedade burguesa, na qual os instrumentos de poder, exercidos pela via do Estado moderno, permitem uma reatualização com os traços arcaicos, como a figura do coronel que controla um território e é subordinado aos representantes da burguesia.

As características acima mencionadas da formação do Estado brasileiro e da cultura política, como patrimonialismo, círculo fechado do Estado, autoritarismo, clientelismo e coronelismo, são essenciais para compreender o processo histórico da formação social do Estado brasileiro na passagem do período do Brasil colônia à república, assim como para entender a realidade contemporânea do Brasil, uma vez que essas características dialogam e perduram na sociedade capitalista até os dias atuais.

2.2 ESTADO, DIREITOS E CIDADANIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.

Discutir a relação de Estado, direitos e cidadania no Brasil, após o período ditatorial (da ditadura cívico-militar instaurada em 1964), implica em pensar o Estado democrático, ou seja, o Estado de direito. Para realizar essas reflexões coloca-se como necessário discutir o período da Constituinte, entendido aqui como um processo de “conciliação pelo alto”, derivado da negociação entre as forças políticas conservadoras e progressistas, impedindo uma saída radical.

O processo da “transição fraca” (lenta, gradual e segura) foi realizando o projeto de abertura sobre duas questões centrais de intervenção, sobre setores radicais do PCB e setores moderados e para cada um teve uma política. Segundo Coutinho,

a)Na tentativa de adotar uma ação repressiva mais seletiva, voltada “apenas” contra setores mais radicais da sociedade civil; b) no esforço para cooptar os segmentos mais moderados da oposição, incluído-os subalternamente no bloco no poder. (Coutinho, 2000 p.92)

Entretanto, como indica Ianni, nesse contexto eram três as forças presentes no Brasil, com abrangência nacional, que tinham a capacidade e possibilidade de protagonizar esse processo:

Há apenas três grandes forças no Brasil capazes de promover mudanças sociais sem radicalismos e extremismo. Elas são as Forças Armadas, a administração federal e a Igreja. As três têm abrangência nacional, têm disciplina interna, teoria, objetivos (1976, p.44).

Diante destas forças políticas capazes de “mudar”, ou seja, de realizar algumas reformas sem alterar a essência da sociedade burguesa brasileira, foram sendo constituídas as características da transição do regime ditatorial modernizador no Brasil, dando forma particular ao processo de transição. Esse processo foi tencionado pelas lutas históricas da classe trabalhadora que explicitavam as contradições do regime cívico-militar. Mas a saída da crise política foi uma saída pela via institucional, tal como indicava um dos porta-vozes da classe dominante, Tancredo Neves: “Esta crise só se revolve pela vida da Constituinte” (Ianni 1976, p. 44), foi e é, desde sempre, a “saída maquiavélica” da burguesia brasileira. Assim, como indica Viera,

As reformas constitucionais fazem parte do costume político mais ou menos presente no Brasil depois de 1830, durante o Império, convertendo-se em tema obrigatório na República, sobretudo a partir da década de 1920: Reforma Constitucional em 1926, Revolução Constitucionalista em 1932 e Constituintes de 1934, de 1937(outorgada), de 1946, de 1967, de 1969 (outorgada com o Ato Institucional n.5) e de 1988. (Artigo originalmente publicado no JORNAL DA USP, 12.11.357, de 5 a 11 de agosto de 1996, p.2).

No período da transição democrática no pós-1964, como nos demais momentos mencionados pelo autor acima citado, a classe dominante temia uma saída radical, transformadora e revolucionária. Diante deste fantasma que rondava e perturbava os projetos da burguesia, a melhor saída foi participar do “processo de transição”, hegemonizado pelas elites, para dar lugar a uma democracia controlada que não implicasse em uma ameaça às estruturas burguesas.

Por razões as mais diversas, todos movimentam-se tomando por referência o que poderia ser uma revolução operária, uma revolução popular ou uma “avalancha

revolucionária”. Falam em refazer o ‘pacto social’; retomar a tradição brasileira de ‘conciliação’, desenvolver um processo de ‘transição política’, da ditadura à democracia controlada, do Estado de fato ao Estado de direito, sem estagnação ou retrocessos ‘funestos’; buscar um ‘gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático’, com o ‘mínimo de segurança indispensável’ e o ‘máximo de desenvolvimento possível’ (IANNI, 1976, p.43).

Portanto, este novo pacto social e de saída foi sempre “pelo alto”, às “costas do povo”: dos operários, camponeses, assalariados do setor privado, funcionários públicos e outras categorias de trabalhadores, mas com a participação dos representantes da burguesia e dos militares.

Para Ianni, “Os ideólogos, escribas, políticos, técnicos ou funcionários do bloco de poder representado pela ditadura militar, trata-se de fazer alguma coisa para afastar ‘a hipótese de mudança por via revolucionária’” (1976, p. 44). Diante desta situação que a burguesia temia, foi-se constituindo uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, que foi mais uma questão de “fachada legal” do que um mecanismo para ampliar a participação das classes subalternas. Esta dinâmica contraditória que caracterizou o processo de transição combinou, como indica Coutinho, um “projeto de abertura” encaminhado “pelo alto” com processos de abertura que vinham “de baixo”.

O caráter da transição foi denominado pelo autor por ser “transição fraca” e com elementos que caracterizavam ser um processo de transição negociada que objetivava a não realização de mudanças estruturais. Segundo Coutinho, esse processo de transição deu lugar ao reforço de:

1) O executivo (presidencialismo imperial) forte em detrimento do parlamento, ou, de modo mais geral, a tendência a desequilibrar, em favor do Estado, a relação entre esse e a sociedade civil; 2) mecanismos transformistas, ou seja, a tentativa permanente de obter apoio para o governo por meio da cooptação e dos fatores clientelistas; 3) formas de populismo, isto é, de representação política por intermédio do vínculo direto entre líder e massa atomizada, sem mediação da sociedade civil, e, em particular, dos partidos; 4) a tutela militar, vale dizer, a atribuição de um peso político às forças armadas sem nenhuma relação com o balanço de forças efetivamente presentes na sociedade civil. O governo Sarney materializou este processo pelo alto. (COUTINHO, 2000. p.93).

Sobre essas premissas o executivo (apoiado no presidencialismo) obteve apoio para o governo através da cooptação e do clientelismo, assim como da utilização de mecanismos e formas de populismo e da tutela militar; este conjunto de estratégias deu sustentação aos governantes e permeou todo um processo da Constituinte de 1988.

A cartada utilizada no jogo de xadrez, neste período histórico, social e político da “Nova Republica”, como menciona Coutinho (2000), foi uma “transição lenta, gradual e segura”, colocando o “Congresso Constituinte domesticado e tangido de cima por um governo disposto a manter os proletários e os oprimidos “em seu lugar” (Fernandes, 2014, p.42)”. Ou seja, o lugar reservado à “sociedade civil”, especificamente, à classe trabalhadora foi o de serem meros espectadores do processo e utilizados como massa de manobra para legitimar o processo da Constituinte, mesmo que incorporados nos espaços de participação criados a partir desse projeto de transição comandado pelas elites.

Tal como mencionado pelos autores acima referenciados, a classe trabalhadora é inserida na Constituinte como sujeito de direito. Entretanto, os direitos sociais reconhecidos na Carta Magna não foram ditados pelos trabalhadores.

Segundo Fernandes,

Seria utópico sonhar com isto na presente situação histórica e no plano parlamentar. Trata-se, bem compreendidas as coisas, de que os debaixo que passam a possuir um espaço no processo da constituinte e, portanto, a nova Constituição que deve refletir todas as classes, toda a nação, servindo como um novo ponto de partida para o expurgo da república e a universalização dos direitos e liberdades civis fundamentais (FERNANDES, 2014, p.66).

A expurgação permite “livrar-se” deste passado imoral e colocar o país em outro cenário político de busca de “reconciliação” entre as classes sociais, tentando reduzir as “pressões de fora” das organizações internacionais (FMI, BIRD etc.) Estas sempre, deste o seu surgimento após a segunda guerra mundial, tiveram influências nos governos em países periféricos.

A Constituição Federal de 1988 colocou os direitos sociais no Brasil subordinados aos interesses das classes dirigentes. A Carta Magna no seu artigo 6º. Afirma que são

A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC no 26/2000 e EC no 64/2010) (BRASIL, 1988, p. 19).

Os art. 6º ao 11º. Compreendem cinco classes de direitos sociais; a) direitos sociais relativos ao trabalhador, b) direitos sociais relativos à seguridade, compreendendo os direitos à saúde, à previdência e à assistência social; c) direitos sociais relativos à educação e à cultura; d) direitos sociais relativos à família, à criança, ao adolescente e ao idoso; e) direitos sociais relativos ao meio ambiente (SILVA, 2006, p.184).

Por um lado, importa destacar que estes direitos sociais, sob a tutela da grande burguesia, encontram-se limitados pelos interesses do capital. Mesmo assim, é necessário frisar que a ampliação da participação das classes subalternas nos vários espaços sociais e políticos, que era permitida, foi uma conquista por parte da classe trabalhadora que lutou para que o Estado brasileiro reconhecesse estes direitos do ponto de vista jurídico.

Por outro lado, na prática concreta é possível perceber que na execução destas políticas públicas trata-se da "política social sem direitos sociais", uma vez que o Estado garante os direitos sociais, em momentos de pressão social, por parte da sociedade civil organizada, e retrocede quando as lutas dos trabalhadores se tornam menos intensas.

A luta pela Reforma Agrária é um bom exemplo para esse processo. Na constituinte os três artigos que dialogam com a questão da Reforma Agrária são os artigos 184, 185 e 186 e indicam, no ponto de vista jurídico, certa progressividade com relação a esta problemática.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I A pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 110-111).

A luta e mobilização popular dos movimentos sociais no campo pelo respeito destes artigos constitucionais não foram poucas, e os gráficos a seguir dão um nítido panorama dessas lutas pela reforma agrária.

O Gráfico 1 demonstra o número de ocupações de terra nos períodos de 1998 a 2012.

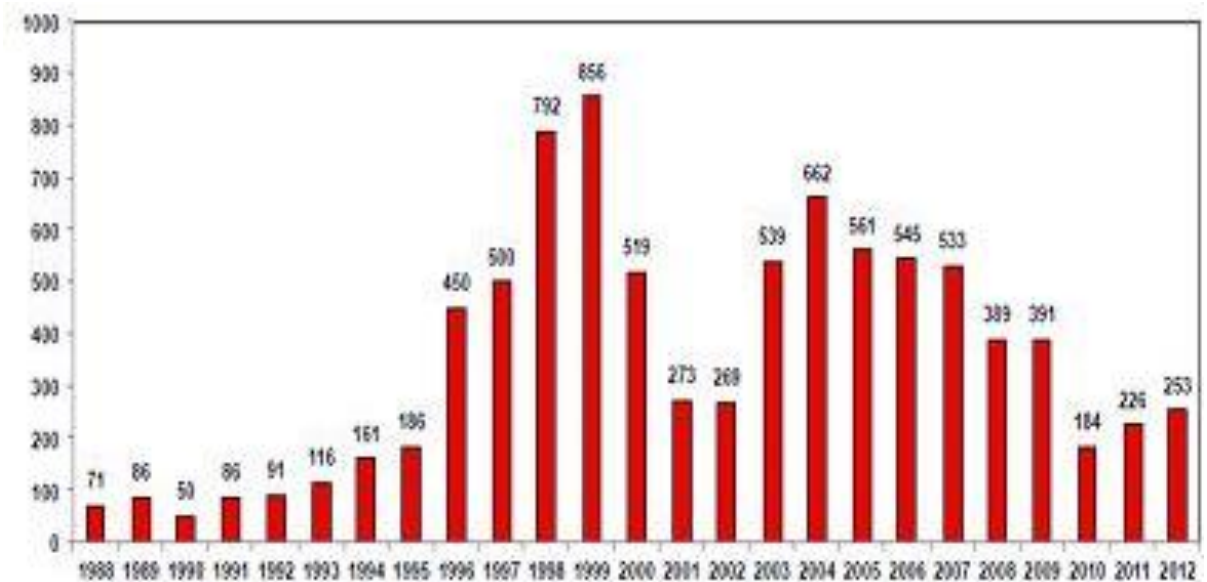


Gráfico 1 - Número de Ocupações de Terra nos Períodos de 1988 a 2012.

Fonte: Data Luta 2013.

O Gráfico 2 demonstra o número de assentamentos rurais nos períodos de 1985 a 2012.

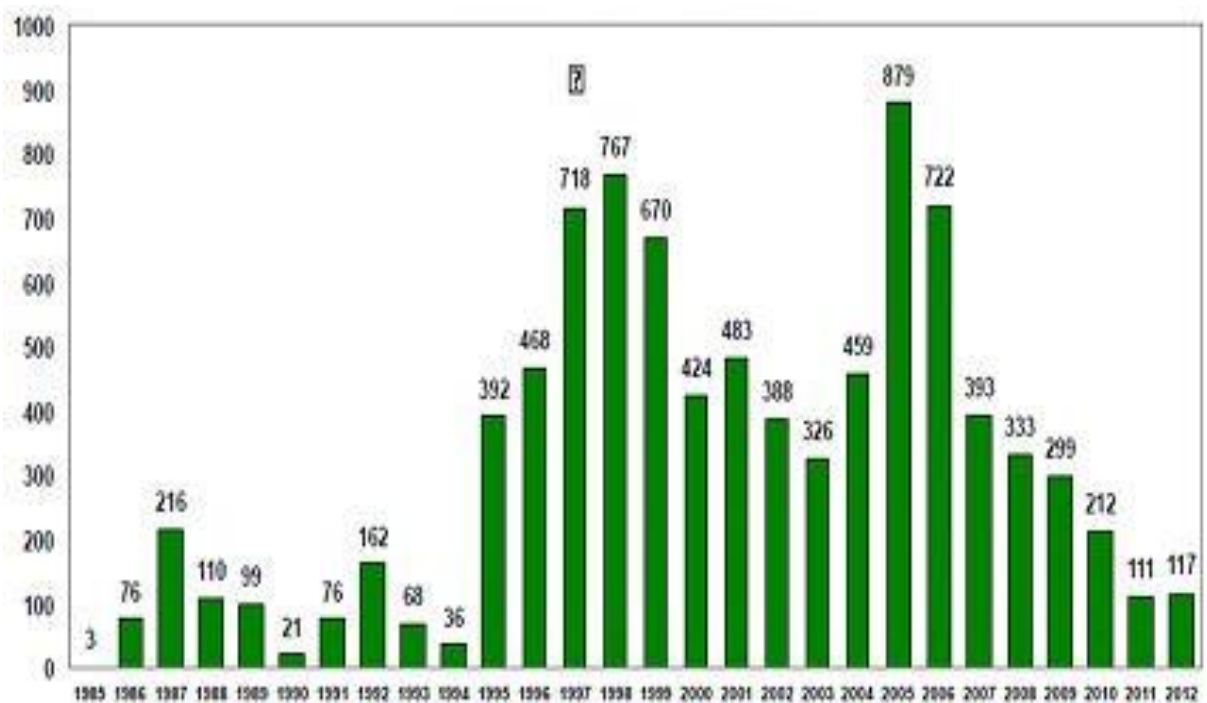


Gráfico 2 - Número de Assentamentos Rurais nos Períodos de 1985 a 2012.

Fonte: Data Luta 2013.

A partir da leitura desses dois gráficos percebemos que a política de assentamentos acompanha o movimento das lutas dos trabalhadores no campo, expressa através das ocupações. Nesses gráficos também se observa que há dois grandes momentos de lutas. O primeiro período vai de 1996 a 2000, interstício em que houve 3.117 ocupações, o massacre

de Eldorado Carajás e a Marcha de 1997, com a chegada de cem mil pessoas em Brasília. Neste período tivemos 3047 assentamentos e nele também se observa um acirramento dos conflitos no campo e na busca da uma visibilidade da luta pela Reforma Agrária.

O segundo momento pode ser caracterizado como de ascensão na luta pela terra: foi o período que se entende dos anos de 2003 a 2007, onde tivemos 2940 ocupações, a Marcha de 2005 – de Goiânia a Brasília (contando com a participação de 12 mil militantes), o massacre de Felisburgo, em 2004, e as ocupações em prédios públicos nos Estados. Neste período tivemos a conquista de 2779 assentamentos.

Dessa forma, a partir dos dois gráficos acima, podemos afirmar que a ascensão da luta e das conquistas das políticas públicas para os assentamentos deu-se nos momentos de maior conflito, ou seja, nos períodos em que tivemos conquistas importantes na luta pela terra. Portanto, o grau das conquistas não só foi determinado pelo conflito, mas também expressa a correlação de forças.

De forma semelhante podemos afirmar que a inclusão no texto constitucional dos direitos sociais foi uma conquista das maiorias trabalhadoras que, através das lutas, conseguiu o reconhecimento por parte do Estado dos direitos sociais, entretanto, esses direitos sociais, assim como os políticos, só poderão ser garantidos pelo Estado no contexto da luta de classe.

Um limite da Constituinte na implementação dos direitos é o limite da burocratização do Estado democrático e de direito, que foi consolidado sobre a tutela da burguesia brasileira. Silva (2006, p.183) destaca que:

A ordem social, como a ordem econômica, adquiriu dimensão jurídica a partir do momento em que as constituições passaram a discipliná-la sistematicamente – o que teve início com a Constituição Mexicana de 1917. No Brasil a primeira Constituição a inscrever um título sobre a ordem econômica e social foi a de 1934, sob a influência da Constituição Alemã de Weimar, o que continuou nas constituições posteriores.

Os direitos sociais nessas constituições saíam do capítulo da ordem social, que sempre estivera misturada com a ordem econômica. A Constituição de 1988 traz este capítulo próprio dos direitos sociais e – bem distanciado deste – um título especial sobre a ordem social (Título VIII). Mas não ocorre uma separação radical como se os direitos sociais não fossem algo ínsito na ordem social.

Esta tentativa de separação ente o social e o econômico é parte constitutiva da organização do Estado burguês, que cria e recria uma estrutura burocrática.

Os direitos econômicos constituirão pressupostos da existência dos direitos sociais, pois sem uma política econômica orientada para a salvação e participação estatal na economia não se comporão as premissas necessárias ao surgimento de um regime democrático de conteúdo tutelar dos fracos e mais numerosos. (SILVA, 2006, p. 183).

Portanto, direitos sociais são da totalidade de um projeto social, político e econômico e os direitos são uma parte constitutiva fundamental da implantação de qualquer política social por Estado (falta algo) a sociedade civil dividida em classes sociais.

Reafirmamos a importância histórica da Constituinte de 1988, que abriu espaços de diálogo na sociedade brasileira, dentro do “pacto social” que deu lugar a um processo de transição de um regime ditatorial à democracia.

Segundo Fernandes (2014 p.50-1),

Tivemos várias Constituições, mas nunca tivemos uma Constituição tão importante na História do Brasil. E, infelizmente, nunca tivemos também condições tão adversas para que ela possa ser elaborada, tendo em vista a natureza dos problemas com que nos defrontamos. Para se debater o tema da soberania da Assembleia Nacional Constituinte, é preciso entender que ela resulta de um processo político inelutável. Houve uma transição que se chamou “transada”, isto é, a atual nova República nasceu de um parto da ditadura, e o que herdamos foi uma ordem institucional ilegal. O que caracteriza essa situação histórica é que a revolução democrática e a revolução nacional, sempre preferidas pelas elites e das classes dominantes – juntamente com outras transformações capitalistas como a revolução urbana e a revolução nacional – estão eclodindo e não podem ser detidas. A Constituição tem que responder às exigências históricas que se colocam a partir dessa realidade. Esta que vamos elaborar não se trata de uma Carta institucional para organizar o Estado in abstracto, mas que deve reformular a organização do Estado e adaptá-lo a uma sociedade capitalista diferente, na qual a luta de classe se tornou visível nos dois polos.

Quando os donos da terra e os empresários fizeram e o governo se curva; quando os operários, ainda sob a ditadura se levantam e dão brado de revolta cívica contra leis arbitrárias e o Estado se curva – isso significa que a guerra civil é um elemento potencial a ser considerado. Estamos, portanto, em uma situação extrema. A nossa burguesia ganhou uma oportunidade histórica nova, e torna-se estranho que eu, marxista, venha aqui defender a validade de uma constituição burguesa e a sua revogação. Mas esses são os fatos históricos da nossa evolução e de fatos inexoráveis, não há como fugir.

Esta oportunidade histórica nos obriga a pensar naquelas transformações que são exigidas pelos operários, pela massa dos miseráveis da terra, pela pequena burguesia enraivecida, pelos setores de classe média baixa, que estão perdendo posição, status e renda, e pelos outros setores que reclamam, por outros motivos, por outras razões, com a mesma justiça.

Portanto, a janela histórica que se abriu para a classe trabalhadora possibilitou as conquistas fundamentais da organização de partidos políticos comprometidos com os interesses dos trabalhadores e da organização dos setores da classe. Também a organização dos movimentos sociais no campo e aqueles vinculados às questões urbanas permitiu, nesse momento histórico, colocar a classe trabalhadora em outro patamar da disputa pela hegemonia na sociedade brasileira. Este nível de disputa ficou nítido nas eleições de 1989, onde foram confrontados dois grandes projetos de sociedade, defendidos por dois blocos de poder que se fizeram evidentes na Constituinte de 1988.

Essa disputa entre projetos societários, ao final dos anos 1980, foi importante para a classe trabalhadora, mas, mais uma vez a burguesia brasileira impôs uma derrota a essa classe, que a partir de então passa a ter um processo de retrocesso das conquistas.

Porém o mais grave é: em nenhum momento histórico da República brasileira (para só ficar nela, pois o restante consiste no Império escravista) os direitos sociais sofrem tão clara e sinceramente ataques da classe dirigente do Estado e dos donos da vida em geral como depois de 1995. (Artigo originalmente publicado no JORNAL DA USP, 12.11.357, de 5 a 11 de agosto de 1996. p.2),

Esta derrota no campo da esquerda e avanços do campo conservador fizeram com o Estado democrático de direito passasse por reformas em que a classe trabalhadora perdeu os ganhos fundamentais conquistados no período da Constituinte.

2.3 NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ESTADO NOS ANOS 1990

Nos anos 1989 a esquerda no mundo passava por uma crise internacional, momento marcado por dois grandes episódios: a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas–URSS e a queda do Muro de Berlim. Diante desta conjuntura de crise do projeto da esquerda, o capital internacional encontra terreno fértil para avançar e ocupar novos espaços.

A burguesia, pela sua característica fundamental de ser insaciável na busca por ampliar a acumulação do capital e com a pretensão de aumentar o domínio e hegemonia, em novembro do ano de 1989, organiza uma reunião com os organismos de financiamento internacional (do FMI e Bird), as autoridades governamentais norte-americanas e os principais economistas e técnicos orgânicos do capital, com o objetivo de avaliar a política econômica do continente latino-americano e demais países sob hegemonia do capital; evento que passou a ser conhecido por *Consenso de Washington*. De acordo com Montañó, neste encontro foram tiradas as grandes diretrizes políticas e econômicas que orientariam os governos neoliberais. Dessa forma:

As recomendações (impostas pelo FMI aos governos devedores) dessa reunião abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação de leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual (MONTAÑO, 2011, p. 210-1).

Diante destas dez grandes linhas estratégicas, o capital internacional e o Estado arquitetaram as duas mudanças fundamentais e essenciais que contribuiram para dar um novo rumo aos países capitalistas. Essas duas alterações que buscam atender as necessidades do grande capital financeiro que passa a hegemonizar o processo de acumulação foram: a reestruturação da produção (apoiada não mais nos princípios do fordismo-taylorismo, mas no toyotismo) e a contrarreforma do Estado. Estas mudanças influenciaram na organização da produção, na política, na organização e controle do trabalho etc.

Para atender as necessidades do processo de acumulação se coloca como imperativo uma nova organização do capital, onde o processo de reestruturação produtiva é apresentado como um recurso essencial. Este processo de transformação deu-se em um contexto dominado pelo elevado desenvolvimento das forças produtivas, denominado por alguns autores como de “revolução tecnológica”. Segundo Montaño, “(...) terceira revolução tecnológica (...), com a presença de um novo bloco econômico-produtivo (os Tigres Asiáticos), confirmada a partir de um novo padrão produtivo, mais flexível às flutuações do mercado mundial em crise, o toyotismo”. Segundo o mesmo autor, as mudanças do modo de produção capitalista rígido para o toyotismo, têm o objetivo de:

Reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho (...) eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas e possibilitar, então, o propugnado ajuste de preços relativos. Para tal finalidade, procurando no imediato a redução do tempo e custos de produção, o capital precisa reestruturar, particularmente no ocidente, a atividade produtiva, “importando” da terra do “sol nascente” processos e princípios do chamado “modelo japonês”. (MONTAÑO, 2011, p.197).

O processo de reestruturação produtiva altera o modelo do fordismo que organizava a produção de forma rígida, direcionada para o consumo massificado e que requeria um contingente de operários inseridos no chão da fábrica.

Conforme Montaño, dentre as características que são alteradas é importante mencionar:

Primeiramente, o forte sindicalismo, fundamento europeu, representa um componente que mantém certa presença e que conforma um forte elemento de manutenção e de oposição a determinadas inovações (terceirização, flexibilização do contrato de trabalho, automação etc.), em segundo lugar, resulta sumamente difícil e lenta a passagem de uma fábrica concebida como “autossuficiente” (fordista), em que tudo é produzido internamente de forma “padronizada” e na lógica “internalista”), para um modelo de fábrica mínima, flexível ou enxuta (toyotista), montada na base da terceirização e subcontratação de força de trabalho ou de pequenas e microempresas, e reduzindo os custos totais da produção, numa lógica

“externalista”; em terceiro lugar, ainda se produz, em certa medida, nos países ocidentais, em massa e padronizadamente (MONTAÑO, 2011, p.198).

Todas estas mudanças acontecidas no modo de produção capitalista, mencionadas acima, vêm acompanhadas de alterações nas funções e na regulação do Estado.

Um Estado mínimo, que tem como política fundamental de não proteção aos trabalhadores, influenciou diretamente na organização da classe trabalhadora: “menor sindicalização, menores leis trabalhistas, menor expectativa salarial” (Montano 2011, p 199). Estas medidas neoliberais foram para atender os interesses do capital e de ampliar os seus lucros.

Também são percebidas mudanças significativas com relação aos direitos dos trabalhadores, que passaram a arcar com as consequências da crise. Por sua vez, o Estado é apresentado pelos técnicos neoliberais como neutro, como mediador na relação capital e trabalho.

A relação “formal” (regulada e relativamente protegida por lei e com a presença do Estado) passa agora a se tornar “informal” (desprotegida, desregulada e numa relação direta, quase pessoal, entre empregador, por cada empresa e sem mediação, compulsória, de leis, direitos e do Estado) (MONTAÑO, 2011, p.199-200).

Assim, a flexibilização também incide nas normas jurídicas que regulam a proteção social que os trabalhadores conquistaram com décadas de lutas. Com a posta em marcha do processo de reestruturação e de contrarreforma do Estado, muitos desses direitos sociais vêm-se fragilizando.

As mudanças no Estado não foram poucas, o processo denominado de contrarreforma de orientação neoliberal, vai buscar atender as necessidades do capital.

Para Montañó (2011, p.203).

A reforma do Estado funda-se na necessidade do grande capital de liberalizar – desimpedir, desregulamentar – os mercados. Assim, concebe-se como parte do desmonte das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas. (...) seu caráter não é um “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo – institucional, apenas no plano político-burocrático. (...) tem assim um caráter político, econômico e ideológico que visa alterar as bases do Estado de Bem-Estar Social.

A contrarreforma que se encontra em curso, desde a segunda metade dos anos 1990, implica em um desmonte do Estado regulador, ou seja, na perda da capacidade do Estado

intervir nas expressões sociais da questão social, através da posta em prática das políticas sociais.

Esse processo de desmonte beneficia o grande capital, principalmente, o capital especulativo que comanda o processo de acumulação na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, essas transformações contribuem com a retirada de muitas das conquistas em termos de direitos políticos e sociais.

Segundo Vieira,

Análises dão o nome de política social neoliberal àquela política que nega os direitos sociais, que garante o mínimo de sobrevivência aos indigentes, que exige contrapartida para o gozo dos benefícios, que vincula diretamente em nível de vida ao mercado, transformando-o em mercadoria. (Artigo originalmente publicado no JORNAL DA USP, 12.11.357, de 5 a 11 de agosto de 1996. p.2).

Uma importante consequência da reestruturação do Estado foi a redução das receitas para serem aplicadas na implementação de políticas sociais.

Como indica Montañó, fazendo referência aos técnicos neoliberais que entendem que a crise é uma crise fiscal e não do capital, uma importante consequência é que “a crise fiscal do Estado, em que os gastos superam as receitas, gerando déficit estatal, o que acaba por ser combatido, inicialmente com inflação permanente, depois com os recortes orçamentários” (2011, p.204).

A partir destes elementos os pensadores neoliberais justificaram a necessidade de mudanças no Estado, tanto na sua estrutura – considerada como pesada e burocrática – quanto nas suas funções.

Seguindo as orientações políticas e as diretrizes definidas pelo Consenso de Washington, o Estado passa por um processo em diferentes dimensões, como:

a) segurança das instituições (mediante a estabilidade e previsibilidade do cenário político do país no qual ocorre o investimento, procurando diminuir e controlar a conflitividade social a partir das ações de combate a sindicatos, movimentos sociais e trabalhistas e contestatórios, e a repressão e criminalização da pobreza); b) a infraestrutura (custeada pelos Estados nacionais, estimula-se o investimento privado mediante a criação de subsídios e incentivos fiscais); c) a privatização e desnacionalização de empresas públicas, a transferência para o capital privado transnacional do controle das empresas públicas, criando assim áreas produtivas que, longe de terem um mercado saturado de bens ou serviços, apresentam uma enorme e crescente demanda, levantando a um superfaturamento e diminuindo os efeitos da crise de superprodução e superacumulação; d) a redução e restrição do gasto público-social, diminuindo o gasto em políticas sociais, privatizando a seguridade social, a assistência, a previdência e a saúde, assim como a educação; e) desregulamentação das relações de trabalho, salários reduzidos e relações trabalhistas precarizadas e flexíveis; f) a desobrigação, desoneração e remuneração do capital especulativo criando incentivos fiscais, altas taxas de juros e desregulação

dos ingressos e egressos do capital financeiro especulativo (MONTANÕ, 2011, p.205).

O poder especulativo do grande capital internacional sob a influência nas nações da política é a demonstração do poder acumulativo da burguesia produtiva e passando para o capital financeiro.

Esta metamorfose do capital produtivo para o capital financeiro e da concentração e a centralização das economias globais.

Segundo a Iamamoto,

A mundialização da economia está ancorada nos grupos de indústrias transnacionais, resultantes de processos de funções e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos), que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais. A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada, como já anteriormente elucidado. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital dinheiro tivesse o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independentes da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. (2012, p.108-9).

A especulação é a capacidade de o capital recriar e acumular mais riquezas através da especulação financeiras e do capital $D + D$ e gerar o poder econômico das grandes corporações internacionais de financiamentos (do Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD). Estas organizações influenciam diretamente nas economias dos países na apropriação dos recursos públicos.

O capital especulativo busca ampliar o capital também nos recursos públicos, ou seja, fundo público, recursos estes que são orçados para atender os programas sociais. Onde vem? E como é formado o fundo público?

É a Tatiana Brettas que procurou desenvolver no texto Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público:

Partimos do entendimento de que o fundo público é composto por recursos arrecadados sob a forma de impostos e contribuições pagos tanto pela classe trabalhadora, quanto por capitalistas. Principalmente nos países em que há uma grande desigualdade de renda e riqueza, como é o caso brasileiro, essa arrecadação não se dá de forma igualitária, muito menos progressiva, de modo que a maior parte advém de parcelas significativas do salário recebido pela classe trabalhadora. Para se ter uma ideia, do total de recursos do fundo público, mais da metade é arrecadada

por meio de impostos indiretos (são considerados sobre a produção, circulação e consumo de bens e serviços) e menos de 4% advém de tributação sobre o patrimônio, que seria uma forma de onerar os detentores de propriedades privadas. (BRETTAS, 2012, p.101).

Portanto, estes recursos, arrecadados por diversas formas que o Estado utiliza, na sua maioria são oriundos da arrecadação sobre a classe trabalhadora. Mas estes também são disputadíssimos com os detentores do grande capital.

Segundo a Tatiana Brettas (2012, p.101), “ao mesmo tempo, tanto a arrecadação quanto o gasto não se resumem a uma questão técnica e têm como pano de fundo a forma como a sociedade se organiza e a correlação de forças existentes”.

O que faz que a definição da destinação dos recursos para atender a classe trabalhadora ou a destinação para o superávit primário é a disputa política de classe que força o governo atender os interesses antagônicos da sociedade dividida em classe social.

Ivanete Boschetti (2012, p. 38-39) afirma que:

No Brasil. Para pagar os juros da dívida e aumentar o superávit primário estabelecendo em acordos com o FMI, o governo federal compromete os recursos que deveriam ser investidos em políticas sociais. Em 2011 o governo cortou R\$ 50 bilhões do orçamento e em 2012 anunciou um corte de R\$55 bilhões, sendo R\$ 5,47 bilhões da saúde e R\$ 1,93 bilhão da educação. (...) No orçamento geral da União de 2011, foram utilizados 45% dos recursos do orçamento somente para pagamento dos juros da dívida (R\$ 708 bilhões de reais ou US\$ 406 bilhões de dólares). Por outro lado, foram destinados apenas 4,07% para a saúde, 2,29% para a educação, 2,85% para a assistência social, 2,29% para políticas de trabalho, 0,12% para a reforma agrária e 0,41% para a segurança pública, conforme estudos da auditoria cidadã da dívida.

Estas são as funções econômicas que os representantes dos Estados assumiram nas organizações internacionais para restabelecer a nova ordem mundial, após a segunda guerra mundial.

As organizações criadas no campo da economia em 1944, foram o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, hoje OMC) e, no ano de 1945, Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo de manter a paz mundial, proteger os direitos humanos e promover desenvolvimento econômico e social, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco), Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 1948, Organização dos Estados Americanos (OEA - 21 países originalmente e,

em 1962, expulsão de Cuba). Em 1948, proposta da ONU, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Em 1959, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (organização financeira internacional), entre outras.

Estas organizações têm por objetivos a “minimização do Estado” e alargar a “liberdade de mercado”. Dentro dessa lógica, os organismos internacionais que assessoram as reformas, buscando materializar as diretrizes por eles definidas na busca por atender os interesses do capital internacional, influenciam os governos locais que adotaram as receitas neoliberais.

Segundo Montañó (2011, p.209), foram implementadas duas grandes estratégias no processo de reforma:

A primeira é o incremento da privatização dos serviços sociais, seja pela contratação direta de serviços privados, seja pela precarização do serviço público (obrigando boa parte da população a procurar os serviços no setor privado ou mercantil), seja pela própria mercantilização introduzida no aparato público através de mecanismos de gestão de natureza privada e da possibilidade de cobrança dos usuários pelos bens sociais. A segunda ação é o fomento e a indução para que os governos de previdência os locais estabeleçam parcerias contratando serviços que devem ser prestado por parte das organizações filantrópicas e organizações não governamentais, bem como a mobilização da chamada solidariedade individual e voluntária.

Diante desse conjunto de mudanças é que aconteceu a reforma do Estado e a consolidação do “Estado mínimo” e, assim, a soberania das nações, do povo e do Estado passou a ser gerenciada pelos interesses do capital. Portanto, o estudo da reforma do Estado é fundamental para compreender as consequências que essa contrarreforma trouxe para o campo e para as políticas sociais, questões intimamente ligadas com nosso objeto de estudo que serão desenvolvidas, logo mais à frente.

2.4 O NEODESENVOLVIMENTISMOS E OS GOVERNO DO PT

Depois da posta em prática dos preceitos neoliberais que orientaram a reforma do Estado no Brasil, processo que trouxe um longo período de recessão econômica e crises sociais e políticas, no início do século XXI, na América Latina, e em particular no Brasil, começa a ser criticado o modelo neoliberal. Foi nesse contexto que entra em cena a candidatura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Foi através da aliança formada pelo Partido dos Trabalhadores - PT e o setor empresarial, na representatividade do Partido Liberal – PL, com José Alencar, empresário na área têxtil, que o Lula chega ao executivo nacional.

Portanto, essa aliança do PT, que detinha força significativa nos setores dos trabalhadores, com o setor empresarial permitiu a construção de uma coalizão de governabilidade e de organização do Estado brasileiro, que por um longo período de tempo atendeu os dois setores acima mencionados.

Segundo Singer (2012, p. 45),

Um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a sua construção ideológica. A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco.

Na busca por obter condições para a governabilidade houve uma opção em não intensificar a polarização a partir de projeto político-ideológico, mas em reforçar a simbologia representada no Lula, como trabalhador metalúrgico, sindicalista e sujeito capaz de implementar uma política de Estado através da “conciliação” entre as classes.

Dessa forma, como diz Singer, buscou-se consolidar um governo “capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem” (2012, p.11); naquela conjuntura política foi mais uma “saída pelo alto”, para atender os interesses da burguesia.

Essa “saída pelo alto” foi um exemplo da capacidade da burguesia de recolocar o Estado brasileiro, regulando a economia, ou seja, negando dessa forma as diretrizes fundamentais do neoliberalismo, que consiste na defesa do Estado mínimo e da ideia de que o “Estado não tem que intervir na economia”, no seu lugar defendeu-se que o Estado tem o “papel de ‘Estado indutor’, do empresariado” (2012, p. 85), consolidando assim o papel fundamental do Estado no projeto denominado projeto neodesenvolvimentista.

Este projeto neodesenvolvimentista tem os seus alicerces no tripé: crescimento econômico, distribuição de renda e a inclusão social.

Portanto, se identificamos uma política de inclusão social nos governos do PT, é óbvio também que na sociedade atual temos os excluídos que estão sendo incluídos. Aqui é importante destacar que a exclusão na sociedade brasileira é histórica com uma dimensão racial, de território e de classe.

Três são os personagens clássicos da exclusão social no Brasil, país que nasce sob este signo: os índios, os negros e os trabalhadores rurais. No início do século XVI, ainda antes do tráfico de escravos, são os índios os grandes excluídos, considerados pelos europeus (Voltaire inclusive) como uma espécie de sub-raça, homens inferiores ou mesmo semi-homens. (NASCIMENTO, 1994, p. 09).

A exclusão é histórica aos povos indígenas, praticamente exterminados no século XXI, e tendo as terras roubadas pelo grande capital internacional. A exclusão aos povos negros, dando a “liberdade” com a Lei Áurea, mas sem proteção do Estado, após a suposta liberdade aos negros, e por último os camponeses e agricultores, como já disse Alberto Passos Guimarães no seu belo texto “Quatro séculos de latifúndio” e diria, mais ainda, são os cinco séculos de exclusão, invisibilidade e aditivos (do atrasado e do jeca tatu), esta ótica do campo brasileiro. Mas também não nego a forte presença no campo em expressões culturais do Brasil arcaico.

Seguindo o raciocínio sobre a exclusão e fazendo uma interligação do Brasil arcaico pode-se dizer que aqui a exclusão social, que Segundo Nascimento, “A exclusão social, não como discriminação social, mas como expulsão do espaço de iguais ou não reconhecimento de direitos a outros, considerando-os como não semelhantes, é uma ameaça à modernidade” (Nascimento, 1994, p. 06).

Aqui importa que a gente analise a segunda característica da burguesia brasileira, que é de ser antipovo, ela não reconhece essas populações que surgiram da miscigenação dos índios, negros, alemães, italianos e etc. Estes não foram reconhecidos, pois “ser incluído é ter direito a ter direitos” (1994, p. 10) na sociedade brasileira.

Portanto, depois de contextualizar quem eram os sujeitos excluídos e a exclusão social, volto a dialogar sobre a questão da distribuição de renda e da inclusão social que houve nos governos do PT, a inclusão de conquistas de direitos sociais e de consumidores. Nas palavras da economista Maria da Conceição Tavares, fica nítido o que seria esse projeto.

Eu estou lutando pela igualdade desde que aqui cheguei [1954]. E só agora é que eu acho que estamos no rumo certo. Um ano antes, Conceição assinalava que o governo Lula estava “tocando três coisas importantes: crescimento, distribuição de renda e incorporação social”. (SINGER, 2012, p. 6).

Desse modo, foram incorporados os interesses dos trabalhadores e da burguesia brasileira nas pautas do governo, segundo Singer (2012, p.82).

O fortalecimento do mercado interno de massa correspondia à plataforma petista. É verdade que, no decorrer da trajetória anterior, o partido não acreditava que fosse possível ativar o mercado interno sem confrontar os interesses do capital financeiro.

Os responsáveis para o fortalecimento do mercado interno e do crescimento foram as políticas do Estado, como, por exemplo, a política salarial, a inclusão dos setores mais pauperizados em programas sociais, a política de crédito e a política de incentivo ao consumo. Segundo o mesmo autor,

O salário mínimo, aumentado em 6% acima da inflação naquele ano, totalizava 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010. Cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e duzentos reais por mês do Programa Bolsa Família. O crédito havia se expandido de 25% para 45% do PIB, permitindo o aumento do padrão de consumo dos estratos menos favorecidos, em particular mediante o crédito consignado (SINGER, 2012, p. 6).

Estas políticas foram grandes responsáveis pelo crescimento do Brasil e pela dinamização da economia em uma conjuntura internacional de crises.

Os governos de Lula, neste período de crise que se fez explosiva em 2008, estimularam ainda mais estas políticas para o fortalecimento do mercado interno.

O Gráfico 03 mostra o valor do salário mínimo no período 1983 a 01/01/2015.

Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2015

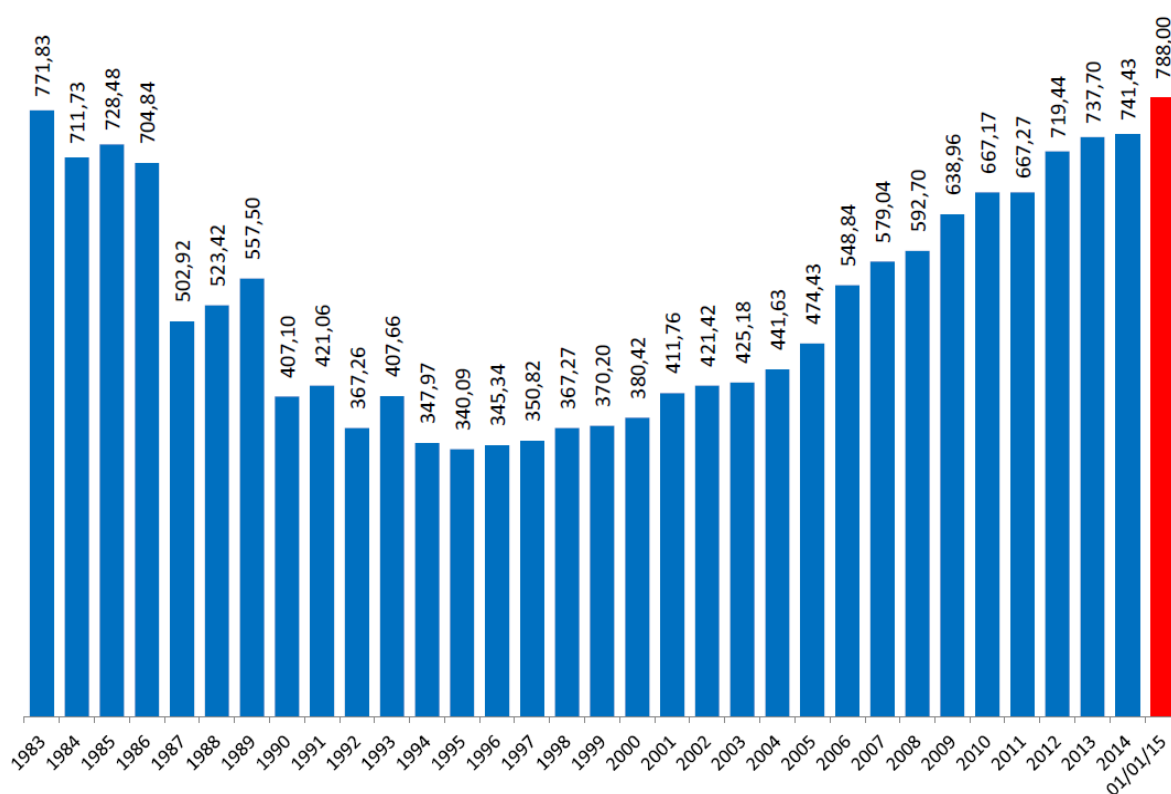


Gráfico 03 - Valor do Salário Mínimo no Período 1983 a 01/01/2015.

Fonte: DIEESE

O Gráfico 04 demonstra o valor do salário mínimo *versus* desemprego no período 2003 a 2013.

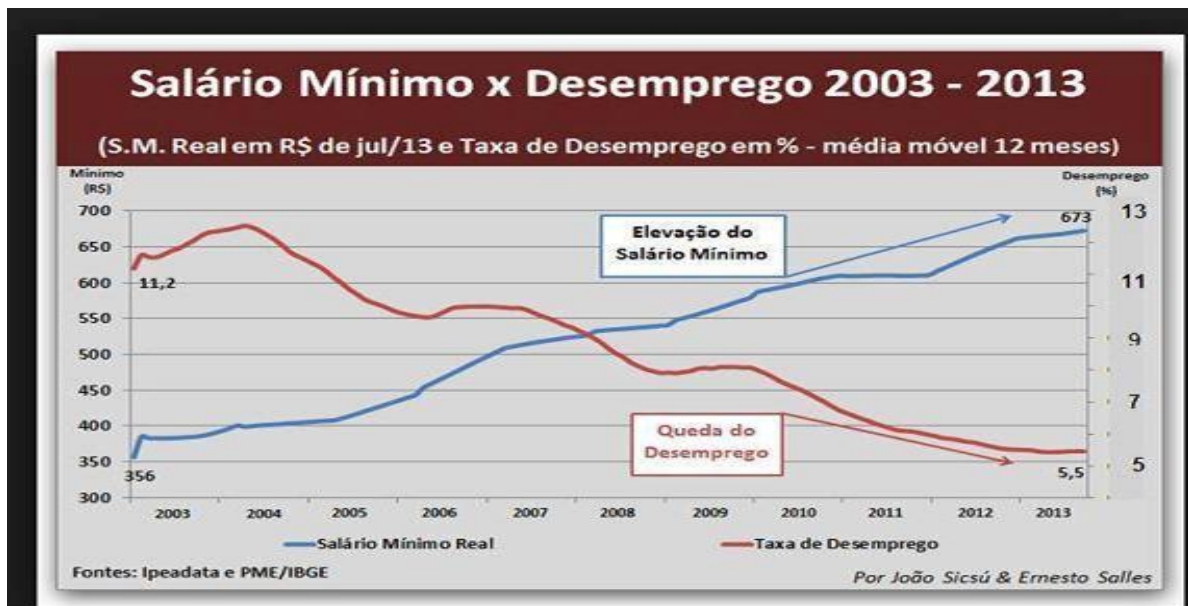


Gráfico 04 - Valor do Salário Mínimo *versus* Desemprego no Período 2003 a 2013.

Fonte: Disponível em: <http://guerrilheirodoanoitecer.blogspot.com.br/2014/01/porque-o-programa-de-fhc-para-campanha.html/> Acesso em: 08 de Ago. 2016.

Analisando os dois gráficos acima, percebemos que nos períodos dos governos do PT houve valorização do salário mínimo e a queda crescente do desemprego, sendo que para atingir esses patamares foram centrais dois elementos: os programas de transferência de renda e o crescimento econômico brasileiro.

Ainda, segundo Singer (2012, p.86),

Grosso modo, a desorganização das finanças mundiais deixou ao setor público de cada país o encargo de impedir que houvesse ciclo de longa depressão econômica. No Brasil, Lula optou por ampliar o consumo popular mediante aumentos do salário mínimo, das transferências de renda, das desonerações fiscais e do alongamento do crediário. Segundo Amir Khair, 75% do consumo que estimulou o crescimento adveio das famílias.

A política de crédito do governo e a redução de impostos, um dos exemplos, é imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (para automóveis e produtos da chamada “linha branca”, como geladeiras, fogões, máquinas de lavar).

Esta política favoreceu os empresários, levou ao crescimento do produto interno bruto - PIB e a sociedade brasileira e, principalmente, a classe trabalhadora acessaram os créditos de estímulo ao consumo.

Portanto, esta política levou ao endividamento da renda das famílias, chegando a um endividamento das famílias de 46,3% em abril, de 2015, segundo a pesquisa do Banco Central.

A denominada política de redistribuição de renda apoiada no aumento do salário mínimo e nos programas de transferência de renda foi uma estratégia utilizada pelo governo, na época, para enfrentar o problema presente na história da sociedade brasileira, de ser um país com uma enorme desigualdade social. Essa estratégia, no seu auge, incidia sobre 0,46% do PIB nacional. Como demonstram os estudos de Singer, tratou-se da maior transferência de renda na história do Brasil.

De acordo com Marcelo Neri, considerado o intervalo de 2001 a 2009, “não há na história brasileira, estatisticamente documentado desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada”. Segundo os cálculos da FGV-RJ, nesse período “a renda dos 10% mais pobres cresceu 456% mais do que a dos 10% mais ricos” (SINGER, 2012, p.105).

Esses dados demonstram que essa intervenção, embora considerada limitada, realizada pelo Estado Democrático de Direito com vistas a favorecer a população que vivia em situação de pauperismo absoluto, ou seja, vivia com uma renda inferior a cem reais mensais, significou uma inovação histórica.

Essa alteração em termos de renda encontra-se indicada no Gráfico 5, apresentado na continuação.

Gráfico 05 mostra a transferência de renda para a Bolsa Família no período de 2003 a 2013.

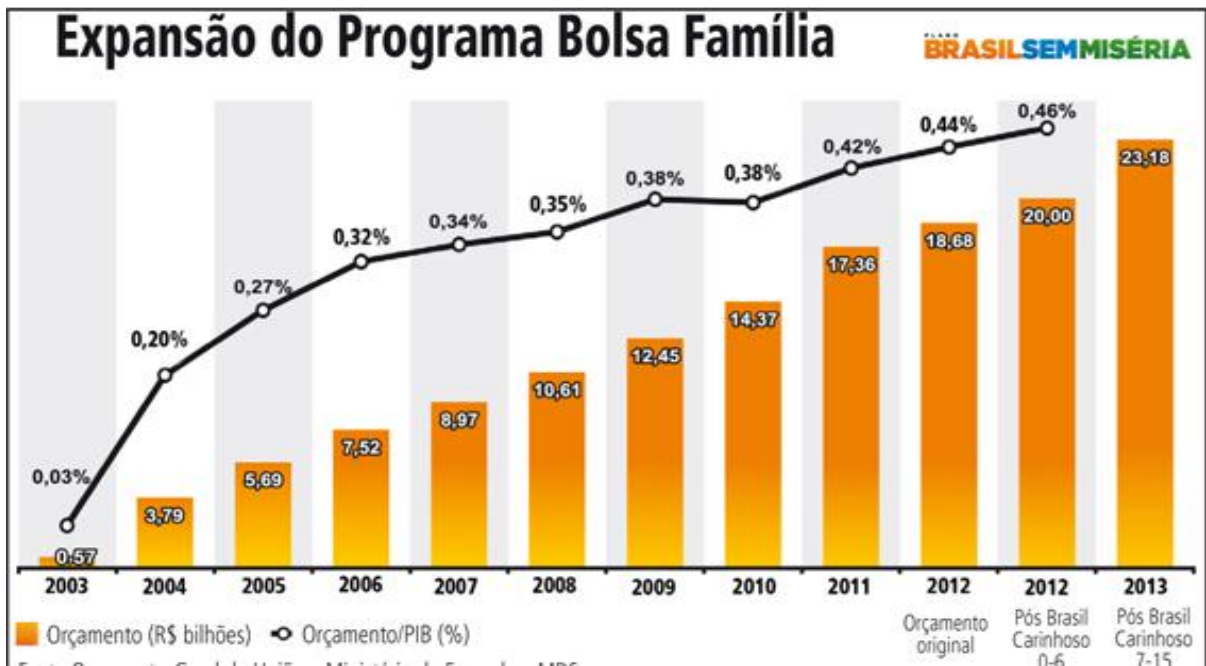


Gráfico 5 - Transferência de renda para Bolsa Família no período de 2003 a 2013

Fonte: orçamento-Geral da União e Ministério da Fazenda e MDS

Até o presente momento, mencionamos algumas políticas públicas (regulação do salário mínimo, programas de transferência de renda, estratégias para reduzir o desemprego etc.), voltadas para a classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho e para a massa de trabalhadores que compõem a superpopulação relativa.

Entretanto, cabe agora mostrar o outro lado das intervenções do Estado que buscam ampliar as vantagens para o setor privado e empresarial em particular. Mas antes é importante frisar que essas políticas sociais e intervenções do Estado brasileiro implicaram em mudanças aparentes, mas, na sua essência, essas políticas, que o Estado impulsionou, contribuíram para o desenvolvimento da engrenagem de sociedade burguesa, buscando criar as condições necessárias para o processo de acumulação do capital.

Portanto, cabe agora analisarmos o outro lado das intervenções do governo que programou, também, um conjunto de políticas para atender a pauta dos setores empresariais e agroindustriais no Brasil. O Estado, nesse período, fez grandes investimentos em diversos setores: infraestrutura, indústria, comércio, serviços e agropecuária.

Para melhor compreender o papel do BNDS, observe-se o gráfico abaixo.

Gráfico 06 mostra os investimentos e financiamentos do BNDS, do período acumulado de janeiro de 2005 até o segundo trimestre de 2009.

Desembolsos: Indústria = R\$ 40,3 bilhões
Infraestrutura = R\$ 36,4 bilhões

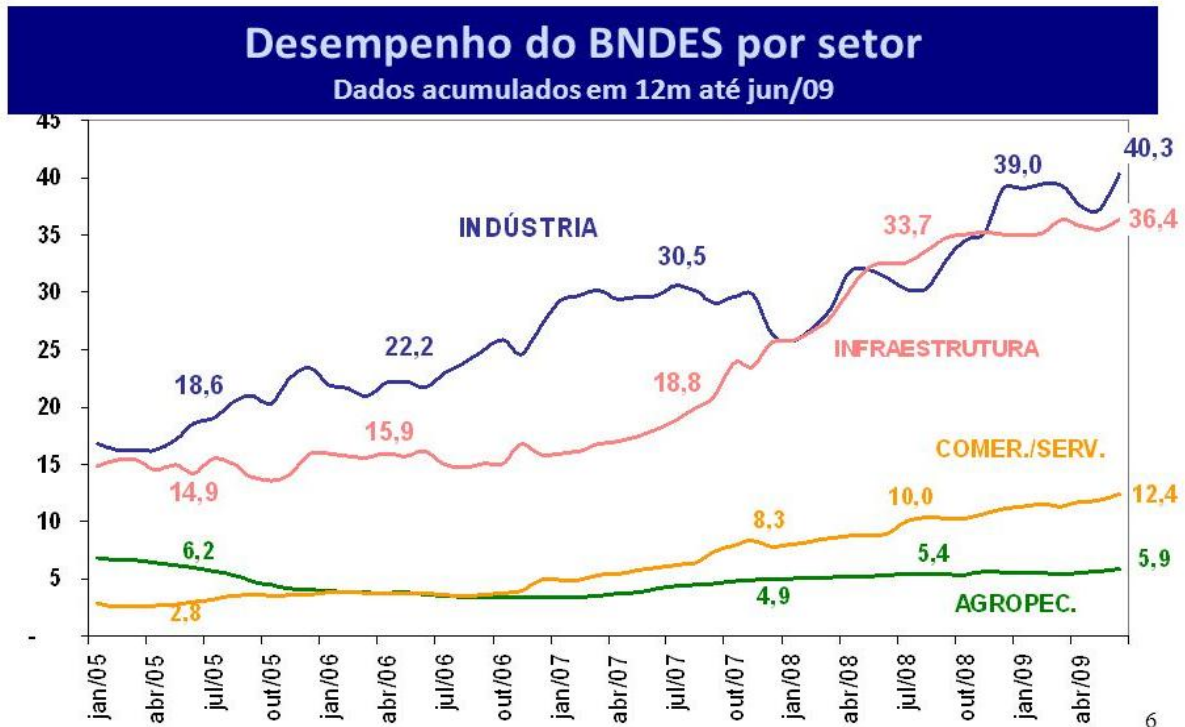


Gráfico 6 - Investimento e financiamento do BNDS do período acumulado de janeiro de 2005 até o segundo trimestre de 2009.

Fonte: Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/bndes/investimento-financiamento-e-o-bndes-42137103>> Acesso em: 08 de Ago. 2016.

Gráfico 07 mostra o valor de desembolso do BNDS para infraestrutura econômica do período de 2007 a 2012.

Alinhamento com prioridade de governo: apoio crescente para infraestrutura econômica **BNDES**

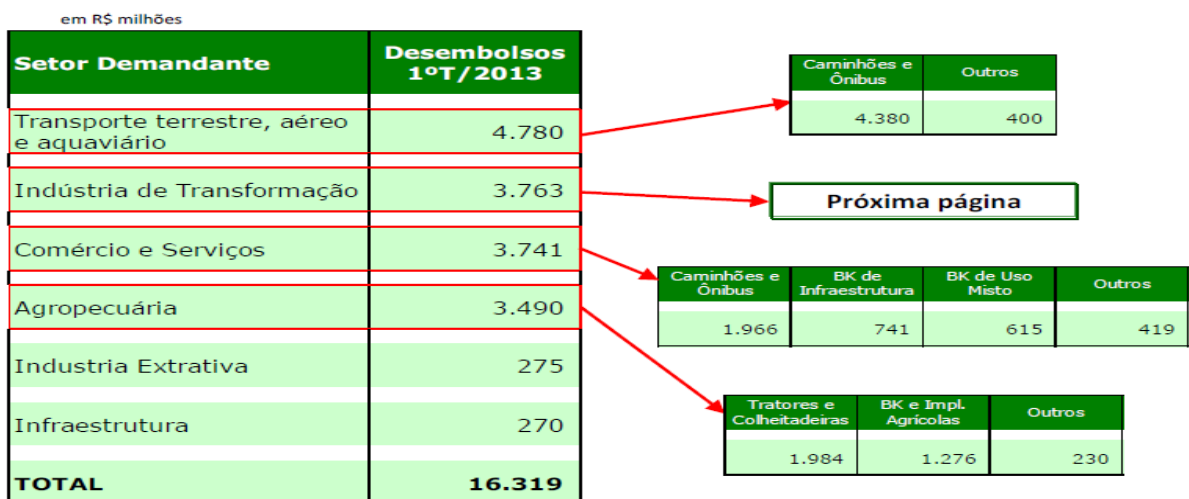


Gráfico 7 – Valor do desembolso do BNDS para infraestrutura econômica de 2007 a 2012.

Fonte: Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/bndes/investimento-financiamento-e-o-bndes-42137103>> Acesso em: 08 de ago. 2016.

O Gráfico 8 mostra o valor desembolso do BNDS para financiamento para compra de equipamentos no primeiro trimestre de 2013.

Desembolsos 1T/2013
BNDES FINAME – Setor demandante x equipamentos **BNDES**



O Gráfico 8 - Valor de desembolso do BNDS para financiamento para compra de equipamentos no primeiro trimestre de 2013.

Fonte: Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/bndes/investimento-financiamento-e-o-bndes-42137103>> Acesso em: 08 de Ago. 2016.

Nos gráficos acima percebemos os setores que se foram beneficiando pelo Estado e seu projeto (neo) desenvolvimentista, em que se utilizou do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essas ações foram resultado de uma política do Estado, onde, no entendimento de Singer, houve um “desbloqueio do investimento público, redução da taxa de juros” (2012, p. 86). Segundo o autor, o desbloqueio deu uma oxigenada na economia brasileira, no período de 2003 a 2013, quando o BNDES investiu aproximadamente R\$ 1.122,7. O Gráfico apresentado a seguir indica o movimento ascendente dos investimentos públicos.

O Gráfico 9 mostra o valor do desembolso do BNDS para empréstimos no período de 1995 a 2014.



Gráfico 9 - Valor de desembolso do BNDS para empréstimos no período de 1995 a 2014.

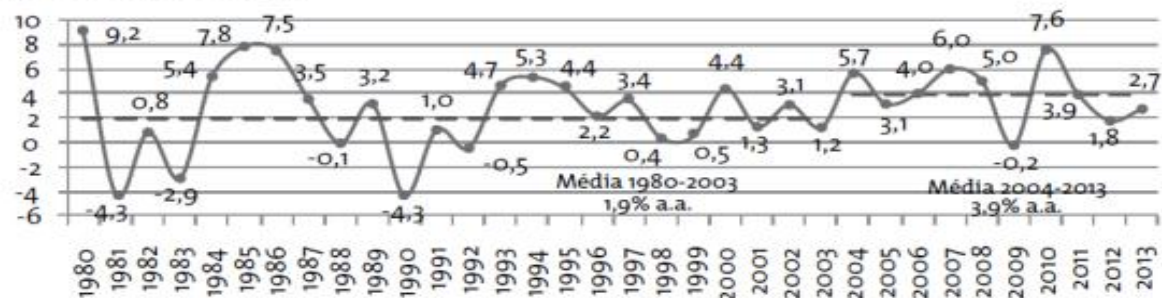
Fonte: Rafael Bianchini;<<http://jornalggm.com.br/noticia/consideracoes-sobre-o-papel-do-bndes-por-rafael-bianchini.>> acesso dia 13 de Agosto de 2016.

Diante destes investimentos nos vários setores da economia brasileira, o Brasil passa a ter de volta o crescimento econômico, após longo período de recessão econômica que o país enfrentou, depois das três décadas gloriosas para o capital (1950 60 e 70).

Nesse período, o país começa a ter um crescimento do PIB, que se manteve na média de 3,9%, entre os anos de 2004 e 2013.

O Gráfico 10 mostra a taxa de crescimento do PIB brasileiro no período de 1980 a 2013.

Taxa de crescimento do PIB brasileiro, 1980-2013 (var. em % a.a.)*



Fonte: Sistema de Conta Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

*Dados com a nova metodologia do Sistema de Contas Nacionais – Ano de Referência 2010 retroagidos até 1996 pelo IBGE.

Gráfico 10 - Taxa de crescimento do PIB brasileiro no período de 1980 a 2013.

Fonte: IBGE, 2013.

Para entender o crescimento do PIB e dos grandes investimentos do Estado (neo) desenvolvimentista brasileiro, é importante não perdermos o foco da análise mundial, portanto, é importante compreender que o Brasil é um país inserido de forma dependente na periferia do capitalismo e que na divisão internacional do trabalho tem um papel importante na produção de matéria prima.

Carlos Lessa aceitou que a exportação de *commodities* dê conta de produzir um crescimento médio (que ele chama de medíocre), desde que o consumo chinês continue forte, sem que o Brasil precise fabricar produtos de alto valor agregados (SINGER, 2012, p. 90).

Toda esta produção de *commodities* indica o lugar na economia mundial, deste país periférico, que ainda não conseguiu tirar o “fardo histórico” da colonização e heteronomia, que o subordina a viver de ciclos em ciclos econômicos na função de economia agroexportadora, para os países centrais, e que neste momento é agroexportador de soja, açúcar, álcool, minério de ferro, petróleo, carne, laranja etc.

Portanto, afirmamos, “de ciclos em ciclos econômicos” na agricultura não é fenômeno natural, é sim um processo de subordinação e de opção das elites econômicas e políticas deste país que sempre estiveram voltadas para os interesses “de fora para dentro”.

Essas políticas implementadas pelos governos do PT, nesse período, foram centrais para consolidar o projeto da aliança do PT com a burguesia brasileira. Este pacto político,

econômico e social foi uma tentativa, em outros momentos da história, pelo Partido Comunista Brasileiro.

O PT conseguiu fazer uma aliança com a burguesia nacional desenvolvimentista, que obteve um crescimento econômico, e a sociedade brasileira, principalmente os mais pobres, que tiveram acesso às diversas políticas públicas e a distribuição da renda, que foi a valorização do salário mínimo.

Este projeto (neo) desenvolvimentista possibilitou o crédito para o consumo e parte da massa da sociedade brasileira, que teve acesso ao crédito, passou a consumir e fez com que a classe empresarial investisse na infraestrutura da produção para atender a demanda.

Estas medidas fizeram com que o Brasil tivesse um crescimento econômico.

“Existem apenas duas classes sociais, as do que não comem e as dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem.” (Milton Santos).

3 MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

3.1 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA

Nos quinhentos anos de história a agricultura brasileira perpassou por diversos projetos no campo (espaço rural). O Brasil, país dependente localizado na periferia do capitalismo, na divisão internacional do trabalho por muito tempo cumpriu o papel de produtor de matérias primas, passando por muitos ciclos produtivos nestes cinco séculos. Dentre esses, é possível mencionar: o ciclo do pau-brasil, da cana de açúcar, do café, do cacau, do couro e, recentemente, o ciclo da soja, milho, da celulose, da carne e da cana. Todos estes ciclos produtivos na agricultura têm a característica da exploração da riqueza produtiva e climática do solo brasileiro.

Portanto, os ciclos de produção na agricultura em todos os períodos históricos do Brasil foram projetos da subordinação ao modo de produção capitalista internacional. Segundo Leite, na economia exportadora capitalista brasileira é possível identificar os seguintes períodos:

a) nascimento e consolidação da grande indústria – fase que se estende de 1888, com o surgimento do trabalho assalariado, até 1933; b) industrialização restringida – que

abrange o período compreendido entre 1933 e 1955; c) industrialização pesada – caracterizada pela endogeneização do departamento produtor de bens de produção, ocorrida entre os anos de 1956 e 1961, conferindo especificidade à economia brasileira em termos capitalistas (LEITE, 2005, p.39).

As mudanças que aconteceram nos ciclos da produção e nos modelos de agricultura tiveram, na sua essência, dois elementos fundamentais que percorreram na história da sociedade brasileira.

O primeiro elemento diz respeito à produção da matéria prima voltada para fora do Brasil, com o objetivo de atender os interesses externos da produção capitalista internacional; e o segundo elemento se relaciona com a função assumida pelo Estado brasileiro, no período colonial e no Brasil moderno burguês, cuja função central é intervir para produzir as mudanças nos modelos de produção na agricultura, que beneficiava política e economicamente a elite brasileira. Segundo Pereira, (2010, p.1)

A política não é exercida apenas no seio do Estado; é também no âmbito da sociedade politicamente organizada; não é apenas o ato de governar, de reformar as instituições e definir políticas públicas; é também a ação de cada cidadão e de cada organização da sociedade civil de discutir valores, de argumentar e de persuadir.

Esta dimensão da política entendida como a capacidade de a elite argumentar e persuadir, ou seja, capacidade da “burguesia brasileira” para se tornar mandatária da política no Brasil, foi poucas vezes utilizada, geralmente a mão repressiva do Estado e o uso dos aparatos repressivos são a via para materializar as mudanças.

No início dos anos de 1960, o Brasil passou a viver momentos de grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essas transformações societárias são reflexo da luta de classes na sociedade brasileira e dos projetos que tencionavam a emergência de um “outro” Brasil.

Diante desta nova conjuntura político-econômica, a “sociedade civil”, ou seja, as classes subalternas passam a ter um papel de protagonista através da organização dos vários movimentos sociais na cidade e no campo. Portanto, o debate nos colocava diferentes projetos econômicos, mas também no âmbito da cultura e da política.

Neste contexto de crise generalizada de natureza político-econômica e institucional, as contradições políticas, deste período de 1960, indicavam a existência de três possíveis projetos societários. O primeiro projeto denominado capitalismo nacional, vinculado ao governo Goulart, tinha como foco o conjunto de reformas de bases. O segundo, de orientação

socialista, defendido pelas organizações da esquerda brasileira, tanto no campo quanto na cidade. O terceiro projeto, a opção vitoriosa, buscava consolidar e expandir o capitalismo dependente, sob a orientação teórica do grupo da USP comandado por Delfim Neto.

A opção pelo modelo do capitalismo dependente teve como protagonistas as burguesias agrária, comercial, industrial e financeira nacional e internacional, e impuseram com a ostensiva aprovação dos Estados Unidos a ditadura da burguesia no Brasil. Todos os projetos em disputa na sociedade brasileira, acima mencionados, dialogavam diretamente com a questão agrária no Brasil, ou seja, questionavam-se de diversas formas sobre qual deveria ser o projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro e qual o papel da agricultura no projeto econômico da nossa sociedade.

Portanto, no contexto histórico dos anos de 1950 a 1964, no Brasil encontravam-se em permanente processo de disputa quatro projetos para a agricultura brasileira, projetos que estavam representados por diversas forças políticas na sociedade brasileira.

Para Delgado, existiam diferentes forças políticas e sociais que disputavam os projetos mencionados. O primeiro projeto defendia “As teses dos principais intelectuais agrários do PCB – Caio Prado Jr., Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães – [teses que] protagonizaram teórica e politicamente o debate da questão agrária nos anos 1960 no campo marxista” (Delgado, 2005, p.03). A representação da intelectualidade do Caio Prado Junior colocava a situação social dos camponeses pobres e dos grandes proprietários rurais e, diante disto, o campo expressava uma situação de “dualidade”.

O cerne das teses de Caio Prado é o ataque às relações sociais fundiárias e de trabalho no meio rural brasileiro. Estas relações impõem condições subumanas de vida à maior parte da população rural do país. Estas mesmas relações são vistas na obra de Alberto Passos Guimarães– “Quatro Séculos de Latifúndio” (1964) – como corroboração de sua tese de “restos feudais” na agricultura brasileira. Esses autores divergem em suas teses sobre a “questão agrária” e ainda preveem distintos enfoques da reforma agrária. Caio Prado acredita na tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho rural e por isso destaca a tese de defesa da legislação social-trabalhista, tendo a reforma agrária um papel secundário. Por sua vez, Alberto Passos observa o latifúndio brasileiro como uma espécie de feudalismo agrário, cuja transformação o capitalismo não realiza, mas que a reforma agrária deveria fazer. Finalmente Ignácio Rangel, o economista desse grupo que está preocupado com a superpopulação rural gerando uma questão agrária, “seja porque o setor rural não libera mão-de-obra para os demais setores, ou ao contrário a libera em excesso” (Rangel, 1961). Mas a reforma agrária é apenas uma hipótese remota para o autor, visto que pelo seu diagnóstico a expansão urbana e os mercados externos criariam uma solução alternativa para essa superpopulação rural (DELGADO, 2005, p.03).

Estes três pensadores hegemonizavam o pensamento do PCB sobre o entendimento da questão agrária brasileira.

O segundo projeto da Comissão econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL defendia um projeto de desenvolvimento nacional em que a agricultura teria a principal demanda: a produção de alimentos.

A tese central da Cepal neste período, protagonizada no Brasil pela contribuição de Celso Furtado e diagnosticada no Plano Trienal 1963-1965, destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial. Este problema estrutural do setor agrícola brasileiro justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo (Presidência da República, 1962) (DELGADO, 2005, p.04).

A filosofia Cepalina dialogava com o projeto nacional desenvolvimentista para o Brasil que detinha as forças políticas de esquerda, do centro e da própria direita desenvolvimentista.

O terceiro projeto concentra o pensamento das forças sociais progressistas no espaço da Igreja Católica que tiveram uma influência política e social neste contexto societário, sobre a questão da reforma agrária.

O pensamento católico sobre a questão agrária, (...) voz dos seus intelectuais orgânicos. Neste tempo ele surge principalmente por meio das declarações dos seus bispos, cartas pastorais e nas encíclicas sociais do Vaticano. O foco da questão agrária nas cartas pastorais e manifestações do Episcopado nos anos 1950 e 1960 é a tentativa de aplicação da doutrina social da Igreja em contraste a uma realidade agrária de grave injustiça e exclusão social, então denunciado pelo Episcopado. (...) Nesse contexto político e social, a Igreja Católica terá importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exercerá influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social (DELGADO, 2005, p. 04).

A contribuição da Igreja Católica foi fundamental em dois sentidos no contexto social, econômico e político da mobilização social da classe subalterna ou dos camponeses pauperizados pela organização e a estrutura fundiária brasileira. A primeira contribuição diz respeito à elaboração teórica sobre a questão agrária e tendo como elemento fundamental o problema da pauperização dos camponeses entendida como fruto da estrutura fundiária, que causa a desigualdade social do sistema político capitalista. A segunda contribuição se deu com o estímulo à organização da classe subalterna pauperizada no campo no processo de luta pela a Reforma Agrária.

O quarto projeto em disputa que tencionava a sociedade era aquele vinculado aos setores econômicos conservadores. Delfim Neto, uma das principais lideranças e representante do debate, ou “porta-voz” do núcleo de economista na USP, tinha já a publicação de vários artigos acadêmicos sobre a leitura da agricultura brasileira e de uma

proposta de modernização agrícola que, mais adiante, dominará o debate agrário dos anos 1970 e 1980.

Portanto, o debate, que se consolidou no contexto social do golpe de 1964, aprofunda o projeto econômico conservador.

O argumento chave deste grupo nega a existência de uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico, [e define como diretrizes (...)]

- a) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos;
- b) criação de mercado para os produtos da indústria;
- c) expansão das exportações; e
- d) financiamento de parte de capitalização da economia (DELFIM NETO, in DELGADO, 2005, p. 06).

O Estado ditatorial impôs o projeto do capitalismo dependente, com as frações da burguesia brasileira na representação política da burguesia agrária, comercial, industrial e financeira, diante desta conjuntura é realizado o projeto da modernização conservadora na agricultura brasileira. Esse projeto assim denominado foi implementado, pelas forças políticas que hegemonizavam o Estado ditatorial, ou seja, a burguesia brasileira não consegue fazer política nos termos clássicos: exercendo a “capacidade de argumentar e persuadir”.

A intervenção do Estado, guiada pelo projeto da modernização na agricultura, tinha funções e objetivos vinculados de forma direta aos interesses da classe dominante, assim o “Estado age para beneficiar os grandes produtores agrícolas no Brasil” (Gonçalves, 2009, p.11).

Portanto, esta é a opção do Estado brasileiro desde sua gênese, defender e atender os interesses da classe dominante. Dessa forma, o “Estado beneficiou a classe hegemônica. Historicamente, os grandes proprietários de terra sempre foram os principais beneficiados pelas políticas públicas” (David, 2002, p. 4).

A partir da realização das alianças entre os diferentes setores da elite econômica e política, estes passam a coordenar e articular os interesses de classe com vista, por um lado, a esmagar e enquadrar as lideranças dos trabalhadores e entidades de representação de forças e projetos antagônicos ao hegemônico, com foco repressivo nas organizações de camponeses no interior do país; por outro lado, busca-se a expulsão da grande massa de camponeses pauperizados para os centros urbanos, para serem mão de obra barata na agroindústria e indústrias, peças centrais do processo modernizador das forças produtivas.

O objetivo central do debate político e acadêmico concentrou-se em entender o processo de modernização conservadora na agricultura e qual foi o papel da intervenção do Estado. A modernização no campo, segundo Delgado, consistiu no “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” (2000, p.58). A mudança fundamental deu-se no modelo de produção da agricultura.

No Brasil, segundo Sérgio Pereira Leite, a mudança aconteceu na agricultura em três períodos.

O primeiro: “A modernização agropecuária, ou seja, alteração do padrão tecnológico no início da década de 1950, dada, sobretudo pela utilização mediante importação de máquinas e fertilizantes”.

O segundo: “Industrialização dos processos de produção rural – com a instalação no país do departamento de bens de produção e insumos para a agricultura a partir do final dos anos 1950”.

O terceiro: “Fusão ou integração de capitais intersetoriais na agricultura sob o comando do grande capital, especialmente a partir de 1965 com a implementação do SNCR” (Leite, 2005, p 40).

Estes foram os momentos do processo da implementação do modelo de modernização conservadora da agricultura – no campo – brasileira. Estes períodos também foram a base fundamental para consolidar a dependência da agricultura ao modelo industrial. A dependência da agricultura brasileira com os setores da indústria e do capital internacional.

Para entender melhor o que foi o projeto da modernização da agricultura as palavras de Leite (2005, p. 42) são esclarecedoras.

Balanço da literatura a especializada permitiria consubstanciou-se, sobretudo, nos seguintes aspectos: a) a adoção do padrão tecnológico radicado basicamente no binômio química mineral-mecanização; b) não obstante essa observação, um aumento da produção e da produtividade, ainda que a estrutura fundiária permanecesse inalterada no período, chegando mesmo a atestar uma ligeira concentração da posse da terra; c) a consolidação das cadeias e dos complexos agroindustriais, imprimindo uma dinâmica à produção de produto processado, bem como uma integração à montante com a indústria químico-farmacêutica e o setor de bens de capital; d) promovendo a integração de capitais agroindustriais e agrocomerciais, bem como o fortalecimento da valorização especulativa do imóvel rural e a transformação de ativos reais, como terra e gado, em ativos do processo conhecido como “territorialização” da burguesia, no qual se imóveis rurais, sobretudo em operações abonadas por fartos incentivos da participação da agricultura brasileira.

Os pilares de sustentação e consolidação do modelo de agricultura hegemônico no Brasil são: a química mineral-mecanização, o aumento da produção, a estrutura fundiária

permanecendo inalterada, a ligeira concentração da posse da terra, a consolidação das cadeias e dos complexos e agroindustriais, a indústria químico-farmacêutica, a integração de capitais agroindustriais e a territorialização do campo ao projeto da burguesia brasileira.

Na dianteira deste processo todo de mudanças o Estado ditatorial jogou um papel fundamental para construir as bases essenciais e os meios para promover a reprodução do capital na agricultura. Para atender estas mudanças foi necessário o protagonismo do Estado no processo de implementação das empresas públicas a fim de atender os múltiplos interesses internos e externos.

As mudanças econômicas, políticas, jurídicas e sociais, que fundamentava o projeto econômico conservador, foram as diretrizes centrais para implementar um programa da modernização conservadora no campo.

A estrutura burocrática construída foi eficiente para o modelo produtivo na agricultura.

Esfera normativa: Ao Estado cabe legislar e normatizar as bases contratuais sobre as quais se estabelecem as relações de trabalho e de propriedade no meio rural. Exemplificam essa normatização o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4.214, de 2 de Março de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de dezembro de 1964). Esfera Financeira e Fiscal: nesta o Estado administra a política financeira e os incentivos fiscais, que estimulam, compensam e financiam a aplicação de capitais privados nas atividades rurais ou a elas conectadas por diversas formas de integração. O exemplo efetivo dessa esfera de atuação no meio rural é o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR. Esfera Produtiva: embora o Estado não desempenhasse diretamente nenhuma atividade agrícola, as empresas estatais tiveram papel relevante na fabricação de insumos (fertilizantes e defensivos químicos), pesquisa, assistência técnica e extensão rural, através de instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Esfera Previdenciária: desde a sua constituição, esta passou a ser crescentemente comprimida em função do crescimento do contingente de desempregados e subempregados (rurais e urbanos). A precariedade das condições de vida e de trabalho tornam essa população vulnerável às doenças, aumentando a dependência da assistência médica e do aparato previdenciário (DAVID, 2002,p.04).

Esses pilares que foram essenciais para a modernização conservadora da agricultura, orientaram ao mesmo tempo as políticas públicas que foram implantadas no campo. A conjuntura brasileira desse momento histórico já pôde determinar qual era o perfil das políticas públicas voltadas para privilegiar algumas culturas como a da soja, milho, feijão, algodão e café.

As principais regiões atendidas por essas políticas e legislações foram a Sul, Sudeste e, como início da extensão da agricultura, o Centro Oeste do país, que, por meio destas regulamentações do Estado, foram sendo respondidos os interesses das classes produtoras, médias e grandes propriedades.

A modernização do campo brasileiro trouxe mudanças essenciais no modelo e na reestruturação produtiva na agricultura brasileira. Estas mudanças na base tecnológica da agricultura elevaram as forças produtivas no campo.

A produção de tratores nacionais começou a operar a partir de 1960, quando detinha 0,3% da oferta de tratores de rodas utilizados nos estabelecimentos. Já em 1970, na esteira da implantação das indústrias de base e do setor metal-mecânico no país, a oferta nacional de tratores correspondia a 99% da oferta global (FONCECA, 1987, p.40).

A oferta de 99% de tratores para modernizar o campo foi vital para aumentar o faturamento dos grandes aglomerados industriais que contaram com o crédito do Estado brasileiro para se instalar no país.

Para uma compreensão mais clara do processo de modernização e mecanização no campo, vejamos o gráfico abaixo do Ministério da Agricultura de 1977.

A Tabela 1 apresenta o potencial da frota de tratores na agricultura brasileira.

A Tabela 1 – Frota de Tratores na Agricultura Brasileira.

Tratores na agricultura brasileira				
<i>Tratores na agricultura brasileira</i>				
	1920	–	1.706	
	1940	–	3.380	
	1950	–	8.372	
	1960	–	61.345	
	1970	–	157.340	
	1975	–	331.000	

Produção de tratores e área colhida de produtos trator-intensivo, média 1960-62				
<i>Período</i>	<i>Produção anual média de tratores de quatro rodas</i>		<i>Área colhida de produtos com utilização intensiva de tratores</i>	
	<i>Unidades (mi)</i>	<i>Índice</i>	<i>Área (mil ha)</i>	<i>Índice</i>
1960-62	9,3	100	1.947,3	100
1963-65	10,8	116	2.014,7	103
1966-68	8,7	94	2.321,1	119
1969-71	15,1	162	4.106,4	211
1972-74	36,7	395	6.944,5	357
1975-76	53,5	575	10.736,5	551

Fonte: Sistema Nacional de Planejamento Agrícola. Apud; Bernardo Sorj, 1998, p.27.

A frota de tratores, no ano 1960, era de 61.345 unidades e, no ano de 1975, aumentou para 331.000 mil unidades, esse aumento contou com o financiamento do Estado que atendeu a demanda da modernização da agricultura brasileira.

O segundo, elemento importante a ser mencionado diz respeito à expansão territorial do capitalismo no campo.

A tabela 1 acima demonstra que no ano de 1960 encontravam-se cultivados, um milhão e novecentos e quarenta e sete mil hectares de terras, entretanto, no ano de 1975, as terras cultivadas aumentam para dez milhões e setecentos trinta e seis mil hectares.

Nesse sentido, a intervenção do território brasileiro e, sobretudo, em terras indígenas e a grilagem de terras, foi realizada sob a tutela do poder judiciário que beneficiou os grandes proprietários de terra.

A expansão também pode ser percebida a partir do montante de créditos concedidos. Esse dado indica a forte aliança entre os grandes proprietários e as indústrias nacionais, que embasa o projeto da modernização no Brasil.

É claro que esse processo teve participação fundamental das empresas multinacionais que tiveram um território fértil, contaram com a infraestrutura para se instalar, o suporte do modelo de produção, do transporte, do armazenamento, da industrialização e a comercialização no mercado interno e externo.

O processo de industrialização no Brasil deu-se de forma subordinada ao grande capital. Segundo Leite (2005), as características da industrialização na economia exportadora capitalista brasileira são:

a) nascimento e consolidação da grande indústria – fase que se estende de 1888, com o surgimento do trabalho assalariado, até 1933; b) industrialização restringida – que abrange o período compreendido entre 1933 e 1955; c) industrialização pesada – caracterizada pela endogeneização do departamento produtor de bens de produção, ocorrida entre os anos de 1956 e 1961, conferindo especificidade à economia brasileira em termos capitalistas. (LEITE, 2005, p.39).

A produção agrícola passa a ter um papel estratégico na valorização do capital financeiro e este conjunto das políticas agrícolas que foram implementadas, na segunda metade da década de 1960, tiveram um papel fundamental na indução para a adoção de um pacote tecnológico derivado da Revolução Verde norte-americana.

A grande produção de grãos que o Brasil alcançou nesse período foi necessária para criar as agroindústrias em determinados espaços territoriais e atender a produção de matéria prima.

Vejamos o gráfico abaixo que indica quais foram as empresas que se instalaram no território brasileiro e os principais produtos.

A Tabela 2 apresenta os principais produtos da Nestlé do Brasil nos anos de 1921 a 1975.

A Tabela 2 - Principais os Produtos da Nestlé do Brasil

Principais produtos lançados
ou controlados pela Nestlé no Brasil (1921-1975)

<i>Data</i>	<i>Produtos</i>
1921	Leite condensado açucarado "Moça"
1928	Leite em pó integral "Ninho"
	Leite em pó modificado "Lactogeno"
1932	Chocolate Solúvel "Nescau"
1938	Leite em pó "Nestogeno"
1953	Café solúvel "Nescafé"
1959	Chocolate Nestlé
1962	Caldos e sopas "Maggi"
	Chás "Crosse & Blackwell"
1967	Biscoitos "São Luís"
1971	Peixes e camarões congelados "Findus"
1972	Sorvetes "Yopa"
1973	Iogurtes, leites gelificados e sobremesas lácteas "Chambourcy"
1975	Água mineral "Minalba"
	Alimentos infantis "Baby Food" e "Junior Food"

Fonte: Apud; Sorj, 1998, p.33.

O que demonstra a tabela 2 acima são as instalações das empresas multinacionais no setor da indústria de alimentos controlados pela Nestlé (que concentra os produtos das marcas Maggi, Findus, Baby Food, dentre outras), empresas que tiveram um papel fundamental na mudança cultural e no hábito de alimentos na sociedade brasileira.

Diante de um quadro conjuntural de mudanças estruturais no campo, o Estado interveio no espaço rural e criando as instituições estatais e um aparato ideológico, que sustentava a transição da implementação, do projeto político, da "burguesia nacional" que foi atrelada aos interesses do capital internacional, que determinavam e hegemonizavam, as diretrizes da implementação da modernização conservadora na agricultura brasileira.

Segundo Gonçalves e Teixeira (2009, p.13).

A política adotada foi fundamental para atender os interesses externos ao agro, como o macroprojeto de modernização da economia brasileira, os interesses do setor industrial e as necessidades dos agropecuaristas e não atender as necessidades dos pequenos produtores e trabalhadores sem-terra.

A realização desta política o Estado foi muito eficiente e estratégica para construir o consenso na classe dominante, destinando ações repressivas para os setores organizados da classe trabalhadora.

Este modelo excluiu os camponeses pauperizados, dessa forma foram "cerca de 80% dos estabelecimentos agrícolas [deixados] à margem deste processo", estes ficaram excluídos do processo de modernização na medida em que não serviam ao modelo de produção da

agricultura dominante. Para estes camponeses só restou como alternativas vender a sua mão de obra às agroindústrias, migrar para os grandes centros urbanos localizando-se nas periferias ou permanecer no campo e lutar pela terra.

Segundo Gonçalves e Teixeira (2009, p.10), as políticas públicas foram pensadas para atender a classe dominante.

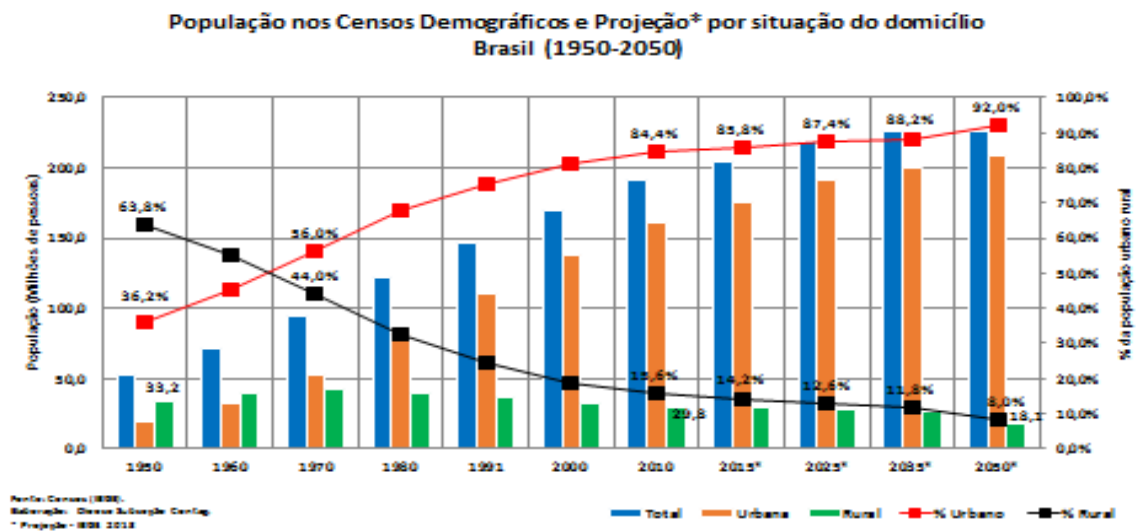
As intervenções do Estado na agricultura são na verdade a implementação de ações pensadas por determinados grupos sociais que têm o comprometimento com a reprodução do capital e de si mesmo como grupo dominante neste setor, sendo inteligentes o suficiente para fazer concessões à medida que estas garantam a sua condição.

A opção da elite política foi de apoiar o modelo de produção de agricultura, subordinado aos aglomerados agroindustriais internacionais, que introduziram um modelo de agricultura, baseado em um padrão de desenvolvimento tecnológico, ou seja, os rejeitos da segunda guerra mundial foram destinados à agricultura formando um pacote tecnológico de insumos, máquinas e equipamentos. A transferência deste pacote tecnológico de rejeitos da segunda guerra trouxe inúmeras consequências.

A primeira que destacamos foi a exclusão de 80% das pequenas propriedades do modelo de produção que estava se consolidando. Segundo Flávia Camargo de Araújo (2004), “Os benefícios da modernização foram apropriados pelas cidades e pelo comércio internacional, com cerca de 80% dos estabelecimentos agrícolas à margem deste processo”, Estes trabalhadores camponeses pauperizados foram expulsos para os grandes centros urbanos.

A segunda consequência foi a grande transferência de trabalhadores pauperizados do campo para serem utilizados como mão de obra barata. Para melhor compreender essa realidade podemos observar os dados estatísticos da população brasileira. Vejamos o gráfico abaixo e percebemos a mudança democrática da população do campo para a cidade e qual o período histórico da mudança.

O Gráfico 11 mostra o crescente número de população urbana e o esvaziamento populacional rural.



Crescente urbanização X esvaziamento rural

**População rural em 2004: 31,4 milhões (Pnad/IBGE)
6,0 milhões na faixa etária de 15 a 24 anos (19,1% do total)**

**População rural em 2012: 29,8 milhões (Pnad/IBGE). Queda de 1,6 milhões em 9 anos.
1,1 milhão só de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos (65,6% dos que saíram)**

DIEESE

Gráfico 11 - Número populacional urbano e o esvaziamento populacional rural.

Fonte: DIEESE

Portanto, este período de 1960 e 70 foi o responsável por mudança de público do campo para as cidades transformando-as em centros “urbanos caóticos”, sem o mínimo de planejamento. A grande oferta de mão de obra barata para trabalhar na industrialização, teve a influência de puxar os salários para baixo e assim intensificou o nível de exploração desta grande massa camponesa pauperizada.

Outra consequência foi à expansão territorial, ou seja, abrir as fronteiras agrícolas e invadindo e destruindo a mata atlântica.

O Quadro 1 demonstra o grau do desflorestamento na Mata Atlântica em números de hectares e o período histórico.

Desmatamento Observado	Total Desmatado (ha)	Intervalo (anos)	Taxa anual (ha)
Período de 2012 a 2013	23.948	1	23.948
Período de 2011 a 2012	21.977	1	21.977
Período de 2010 a 2011	14.090	1	14.090
Período de 2008 a 2010	30.366	2	15.183
Período de 2005 a 2008	102.938	3	34.313
Período de 2000 a 2005	174.828	5	34.966
Período de 1995 a 2000	445.952	5	89.190
Período de 1990 a 1995	500.317	5	100.063
Período de 1985 a 1990	536.480	5	107.296

Quadro 1 - Grau do Desflorestamento na Mata Atlântica em Números de Hectares e o Período Histórico.

Fonte: www.sosma.org.br/17811/divulgados-novos-dados-sobre-o-desmatamento-da-mata-atlantica.

Percebe-se que no período de 1988 a 1990 o capital intensifica ainda mais a exploração quando se consolida o modelo da modernização conservadora na agricultura.

No quadro acima é possível observar que houve a maior destruição da mata atlântica, 536.480 ha, neste processo de consolidação do modelo de agricultura.

Nos últimos 28 anos, a Mata Atlântica perdeu 1.850.896 ha, ou 18.509 km² – o equivalente à área de 12 cidades de São Paulo. Atualmente, restam apenas 8,5% de remanescentes florestais acima de 100 ha. Somados todos os fragmentos de floresta nativa acima de 3 ha, restam 12,5% dos 1,3 milhões de km² originais (A Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2014). www.sosma.org.br/17811/divulgados-novos-dados-sobre-o-desmatamento-da-mata-atlantica.

Esses dados demonstram o grau da destruição e do impacto ambiental no território brasileiro, do bioma e da fauna da mata atlântica brasileira, realizando uma perda da biodiversidade.

Por último, traz-se à questão da modernização a elevação da desigualdade social no campo. Este processo todo foi dirigido pelo Estado brasileiro, com menos capacidade de argumentar e construir consenso na sociedade civil, mas pelo poder da “mão de ferro” do Estado.

Diante desta realidade, afirmamos que o Estado brasileiro contribuiu para a produção e a reprodução da desigualdade social do campo, fazendo com que fosse rebaixada a remuneração da força de trabalho nas áreas rurais. Esse foi um dos elementos essenciais responsáveis pelo abandono do campo por parte da população rural que vai procurar uma alternativa de sobrevivência nos grandes centros urbanos. Este processo de modernização da

agricultura causou uma penetração do capitalismo no campo, privilegiando os grandes proprietários e possibilitando a concentração de terra e de renda.

O projeto da modernização conservadora na agricultura brasileira, implementado nos períodos de 1960, 70 e 80, pelo Estado brasileiro, foi à primeira base fundamental da mudança no campo que se consolidou atualmente, que é o modelo do agronegócio.

3.2 O AGRONEGÓCIO ENQUANTO MODELO HEGEMÔNICO NA AGRICULTURA

O modelo de produção que passa a ser hegemônico na agricultura é resultado de alianças da burguesia (nacional e internacional), do Estado neoliberal (consolidado na era FHC) e dos setores que defendem o projeto (neo) desenvolvimentista (no período dos governos Lula e Dilma).

A formação do tripé do Estado, burguesia nacional e internacional, base do chamado “capitalismo associado”, e o surgimento e consolidação da indústria de base no país no período assinalado possibilitaram o desenvolvimento posterior da indústria produtora de bens de produção (D1) para a agricultura (LEITE, 2005, p.39).

O capital (produtivo e improdutivo) foi orientado pela elite política, ideológica e financeira defensora das diretrizes definidas no Consenso de Washington que arquitetou um conjunto de medidas e regras formuladas em novembro de 1989.

Segundo Delgado (2013, p.2), o “agronegócio é empiricamente definido como soma dos negócios no e com o agro (...), a economia do agronegócio requer ação concertada do Estado, sem o que essa estrutura não existiria, na acepção de estratégia de economia política”.

A intervenção do capital na agricultura tem o campo como um território de expansão, acumulação e reprodução do modo de produção capitalista, e conta com o Estado para criar as condições necessárias para seus negócios. O momento atual de consolidação do agronegócio no Brasil possui algumas características que são semelhantes ao momento vivido no país quando tinha como centro da atividade econômica o setor agroexportador (1500 a 1930).

A monocultura é uma das características dos modelos de produção na agricultura brasileira no modo de produção capitalista. Para a monocultura neste modelo do agronegócio é necessária a grande continuidade do uso intensivo de insumos químicos, a produção em escalas (grandes extensões de terras), a utilização de máquinas pesadas e com muita tecnologia, a dependência de grandes volumes de crédito (capital financeiro), a biotecnologia

(transgênicos), a apropriação dos recursos naturais (como terra, água, vegetação) e a produção para exportação.

O Gráfico 12 mostra o número de exportações do agronegócio.



Gráfico 12 - Número de exportações do agronegócio

Fonte: <http://souagro.com.br/15323./ABMR&Agronegocio>. Acesso dia 13 de Agosto de 2016.

O papel da economia do Brasil na dinâmica mundial é ser um país produtor de matérias primas e contribuir através da exportação com as “*commodities*”, ou seja, a sua contribuição na provisão da matéria prima para fora. Segundo Delgado (2013, p.3),

Brasil vira “bola da vez” da especulação financeira internacional em 1999 – (crise cambial), o que forçaria o segundo Governo FHC a reorganizar sua política econômica externa, tendo em vista gerar saldos comerciais de divisas a qualquer custo. Aqui começa a reestruturação econômica da economia do agronegócio, diretamente vinculada à expansão mundial das “*commodities*”. Em pouco mais de uma década, 1999-2012 o País quintuplica em dólares suas exportações – passando de 50,0 bilhões a 250,00 bilhões.

Diante da conjuntura internacional, o agronegócio no Brasil passa a ter um destaque e um tratamento especial pelos os governos de FHC, Lula e Dilma, uma vez que:

A hegemonia do modelo do agronegócio não é somente uma estratégia na área econômica (dos grandes proprietários fundiários, dos grandes aglomerados agroindustriais de setores (interno e externo)). A nova composição globalizada, o setor agrícola também se insere no processo de “globalização”, ou seja, a produção de bens e serviços globais com especificidades locais, contornando o dilema entre consumo de massas x nichos, incorporando-se à passagem do *global market* para a vigência do *global production system*, no qual a padronização das *commodities* cede lugar à diferenciação de produtos e à segmentação de mercados (LEITE, 2005, p.33).

A hegemonia do agronegócio é justificada e reproduzida através dos aparatos ideológicos e estes constroem um discurso que é reproduzido na sociedade civil: o modelo do agronegócio será o grande responsável para o desenvolvimento da economia brasileira.

A seguir apresentamos algumas frases que sintetizam essa ideologia, que busca colocar o agronegócio como a estratégia fundamental para obter desenvolvimento econômico no Brasil.

A Figura 1 mostra a importância do agronegócio para a economia do Brasil.



FIGURA 1 – A importância do agronegócio para a economia do Brasil

Fonte: Apresentação de José A. Annes marinho.

Este discurso, reproduzido na sociedade pelo senso comum, apoia-se na ideia de que o agronegócio é o modelo fundamental para a agricultura no Brasil, para produzir alimentos e desenvolver economicamente o país.

Para compreender melhor como esse discurso hegemônico do agronegócio é difundido na sociedade seria interessante entender a “Campanha ideológica do Pelé”, do agronegócio sustentável brasileiro.¹

Esta campanha foi lançada no dia 10/07/2012, em Brasília, organizada pelas principais organizações da burguesia brasileira vinculadas às atividades do agro: a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

¹ A referida Campanha pode ser visualizada no site: <https://www.youtube.com/watch?v=ov3KD000zlg>

A duas maiores personalidades da atividade foram Edson Arantes do Nascimento (o “Rei Pelé”) e a Companhia de Dança Carlinhos de Jesus. É interessante mencionar alguns elementos desta Campanha Protagonizada, por um dos maiores jogadores de futebol brasileiros e por representantes da cultura popular, que coloca no seu centro o “agronegócio sustentável”. No evento de lançamento da mesma esteve presente Kátia Abreu, na época presidente da CNA e senadora, posteriormente ministra da Agricultura no governo Dilma.

Precisamos expandir nossos mercados e só iremos conseguir isso mostrando que o alimento brasileiro é confiável e de qualidade. E ninguém como o Pelé, com credibilidade internacional, para mostrar o quanto os nossos produtos são saudáveis e confiáveis. Esperamos que ele, que marcou tantos gols nos campos, ganhando três copas do mundo, possa nos ajudar a marcar os gols que precisamos para mostrar a nossa produção sustentável lá fora. Temos mais de cinco milhões de craques, que são nossos produtores rurais, que devem jogar junto com a pesquisa, com a tecnologia, com as políticas para o campo. Em agricultura, estamos na primeira divisão mundial e devemos ter um time bem preparado.

Na mesma atividade, Luiz Eduardo Barretto, presidente do SEBRAE, afirma: “Brasil, que é cinco vezes campeão do mundo no futebol, será campeão mundial na agricultura com essa campanha estrelada por Pelé”. Por sua vez, o Pelé no seu discurso diz que “Vamos fazer do Brasil o primeiro do mundo na agricultura, porque Deus só me bota em equipes vencedoras”.

Estas frases expressam com um sentido pitoresco o sentir presente no senso comum de uma sociedade em que “homem cordial” sobrevive num mundo de emoções da campanha. A mesma transmite a falsa ideia de que o agronegócio se vincula com a saúde e proteção da natureza.

A demonstração da força política e ideológica do projeto do agronegócio é uma indicação da apropriação do Estado pela burguesia brasileira, que desenvolve um conjunto de aparelhos ideológicos a serviço do projeto do agronegócio.

O exemplo acima mencionado evidencia como o Estado ocupa um lugar central no processo da modernização conservadora na agricultura. Segundo Delgado (2013, p.4) são variados os mecanismos de controle social do agronegócio na sociedade civil e no Estado:

- Uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais;
- Uma Associação de *Agrobusiness*, ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular;
- Um grupo de mídias – imprensa, rádio e TVs nacionais e locais, sistematicamente identificados com formação ideológica explícita do agronegócio;

Uma burocracia (SNCR) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial), acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES);

Uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (INCRA, IBAMA E FUNAI), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação da terra indígena;

Uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico.

Portanto, existe uma hegemonização do agronegócio no campo brasileiro e suas diretrizes gerais são difundidas através de diferentes estratégias: primeiro, os diversos canais de comunicação das associações de produtores e agroindústrias; segundo, os grupos que controlam as mídias, TVs, rádios e jornais, que utilizam a propaganda para ideologizar o agronegócio; terceiro, a burocracia do Estado brasileiro que funciona e legisla para atender os interesses desses setores.

Também poderíamos mencionar um quarto caminho que se relaciona à inércia e passividade das instituições vinculadas à regulação fundiária (INCRA, IBAMA e FUNAI), que estão sendo duramente sucateadas pelo Estado, encontrando assim muitas dificuldades para seu funcionamento e grandes limites legais e infraestruturais (recursos humanos e financeiros). Adicionalmente, a importância de mencionar a utilização da estratégia de cooptação de técnicos e intelectuais, vinculados à academia que se colocam a serviço do projeto do agronegócio.

A expansão do capitalismo no campo fez com que houvesse uma concentração e centralização do capital, contribuindo com a internacionalização das empresas capitalistas na produção, beneficiamento e comercialização de produtos e insumos para agricultura. Todo este investimento do capital na agricultura consolida o denominado complexo agroindustrial.

O complexo agroindustrial se transforma num dos elementos centrais no processo de acumulação de capital na medida em que permite:

A) a expansão da produção agrícola, tanto para o mercado interno quanto para o externo, que incrementa a massa de sobre-trabalho gerada na agricultura;

B) gerar um novo campo de valorização do capital, de insumos e produtos industriais ligados à agricultura;

C) o incremento de divisas necessárias para a expansão do atual modelo econômico, além de economizá-las através do suprimento das necessidades do mercado interno (SORJ, 1998, p.07).

Para compreender e ter uma noção do que foi este processo de concentração e centralização do capital na agricultura e a consolidação da hegemonia do agronegócio no campo, como o modelo de produção capitalista para agricultura, as reflexões de Horácio Martins de Carvalho são centrais. Este autor pontua que os setores do agronegócio concentraram e centralizaram as atividades do campo, este modelo centralizador e

concentrador, que tem dominância desde 1990, evidenciam que “quem domina o campo é o capital financeiro, domina através da compra de ações das empresas do agronegócio que possuem ações das 40 maiores empresas do mundo determina comportamentos dos mercados de alimentos” (Apresentação em PowerPoint, 2008).

Isto fica nítido nos dados relativos à safra colhida no ano de 2007 e apresentado pelos dados mencionados a seguir, pelo o mesmo analista.

Na safra de 2007, foram colhidas 2.330 milhões de toneladas de grãos. O destino desta produção: 1.009 milhões de toneladas para o consumo humano, 756 milhões de toneladas para o consumo animal, e 364 milhões de toneladas para produção de etanol etc. (Idem, 2008).

Os 756 milhões de toneladas para o consumo animal foram destinados para a alimentação de gado, na Europa.

Também, existe uma forte concentração no mercado mundial de agroquímicos. As seis maiores empresas controlam 73% das empresas: BAYER (Alemanha), SYNGENTA (Suíça), BASF (Alemanha), DOWN AgroScienc (EUA), MONSANTO (EUA) e DUPONT (EUA).

A Figura 2, apresentada a seguir, exemplifica as empresas que têm a concentração e centralização em vários setores do agronegócio no mundo.



Figura 2 – As grandes empresas do agronegócio

Fonte: Dados da pesquisa.

A oferta de fertilizantes está concentrada em oito transnacionais que determinam e controlam o mercado e a produção mundial.

As empresas que concentram esse setor são: POTASH CORP (Canadá), YARA (Noruega) + SINOCEM (China), MOSAIC (EUA), ICL (Israel), K + S (Alemanha), BUNGE e BORN (Argentina) e CARGILL (EUA). No Brasil as duas empresas com maior presença são a BUNGE e a CARGILL.

Também existe uma importante concentração do mercado mundial de sementes que, na prática, encontra-se acompanhada da extinção de muitos tipos e variedades de sementes. Segundo Horário Martins de Carvalho em (2008), “Há 30 anos havia 7 mil empresas de sementes no mundo. No ano de 2000, 37% das sementes era controlada por dez empresas, já no de 2008 o controle é 57% (MONSANTO, SYNGENTA, DUPONT, BAYER, BASF, DOWN QUÍMICA)”. Este mercado das sementes movimenta 24 bilhões de dólares no mundo; é importante lembrar que as sementes são o principal alicerce na cadeia alimentar. No mercado das sementes ainda há muito campo para o capital avançar: nas patentes e na transformação genética das plantas.

Horário Martins afirma que já há 550 patentes para enfrentar o estresse climático, a seca, inundação, salinidade e chuvas. Estas empresas querem colocar mais propriedades nas plantas para enfrentar as mudanças climáticas.

Na área da produção de alimentos e no processamento, são cinco as empresas que se destacam: NESTLÉ, DANONE, UNILEVER, COCA-COLA e PEPSI-COLA. Na distribuição são doze empresas: NESTLÉ, GRAND METROPOLITAN-PILLSBURY, RJR NABISCO, PHILLIP MORRIS, KELLOGG, GENERAL MILLS, UNITED BISCUIT, BSN, HILLSDOWN HOLDINGS, RALSTON PURINA, SAFEWAY e CHIQUITA INTERNATIONAL.

Portanto, a economia do agronegócio no Brasil se estruturou na produção primária exportadora para atender a economia mundial em um período de forte expansão das “commodities” na área agropecuária (concentrados em soja, milho, carnes, açúcar-álcool, celulose de madeira e café) e na área da mineração (com destaque ao ferro e bauxita-alumínio).

Para a definição do Brasil de ser exportador de *commodities* foi central a formação de um bloco hegemônico e de consenso político no executivo, legislativo e judiciário. O acordo em torno deste modelo percorre uma travessia de quatro governos presidenciais: FHC II, Lula I, Lula II e Dilma I. Segundo Singer,

O ciclo de expansão de 2003 a 2007 foi marcado por deslocamento de indústrias para a China e secundariamente para a Índia, que se somaram às existentes na Coreia do Sul e em Taiwan, formando um robusto polo fabril no Leste da Ásia, o qual gera extensa demanda por commodities. Para o Brasil, produtor de leque variado delas (soja, açúcar, álcool, minério de ferro, petróleo, carne, laranja etc.), o ciclo expansivo acompanhado da valorização dos produtos exportados foi “uma grande sorte”, conforme Bresser-Pereira, pois ajudou a puxar a economia para cima (SINGER, 2008, p.102).

Falando ainda de commodities, a área agropecuária tem muito espaço para o capital continuar a sua expansão territorial no campo, tanto na área da produção como do consumo. Segundo Gerson Teixeira, Presidente da ABRA (2013), em uma *Leitura da Conjuntura Rural Brasileira e Possíveis Cenários Futuros*,

O especialista projeta que doravante, por muitos anos, prevalecerá situação de equilíbrio entre oferta e demanda alimentar. Considera exageradas as previsões de incremento da demanda por alimentos feitas por instituições como FAO e OCDE, pelas quais a agricultura enfrentaria dificuldades para alimentar 9 bilhões de pessoas até 2050. Para embasar essa avaliação Hurt prevê a estabilização da demanda chinesa por carnes e, por conseguinte, das demandas de soja e milho, em patamares mais modestos. Também prevê a redução da utilização do milho para a fabricação do etanol nos EUA que já teria alcançado o seu pico (125 milhões de toneladas anuais).

Portanto, é importante entender que este modelo de produção do agronegócio está ligado à subordinação ao modo de produção capitalista internacional e preocupado com os interesses da burguesia.

Para Gerson Teixeira (2012, p. 01),

A central está associada ao projeto estratégico de interesse das empresas transnacionais que controlam de forma direta ou indireta o agronegócio brasileiro da "meia dúzia" de produtos nobres. Afora outros fatores, a rendição interna a esse projeto traduziu a aceitação da tese sobre a inexorabilidade de um processo de primarização intensiva da economia por força da divisão internacional do trabalho, dada que no caso agrícola nos projeta como um "fazendão" do mundo.

A subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional implica também na perda da soberania nacional, que acontece num processo de investida do capital internacional de se apropriar da biodiversidade no território brasileiro.

Na Figura 3 apresenta-se a localização e abrangência de propriedades rurais de estrangeiros não residentes no Brasil.

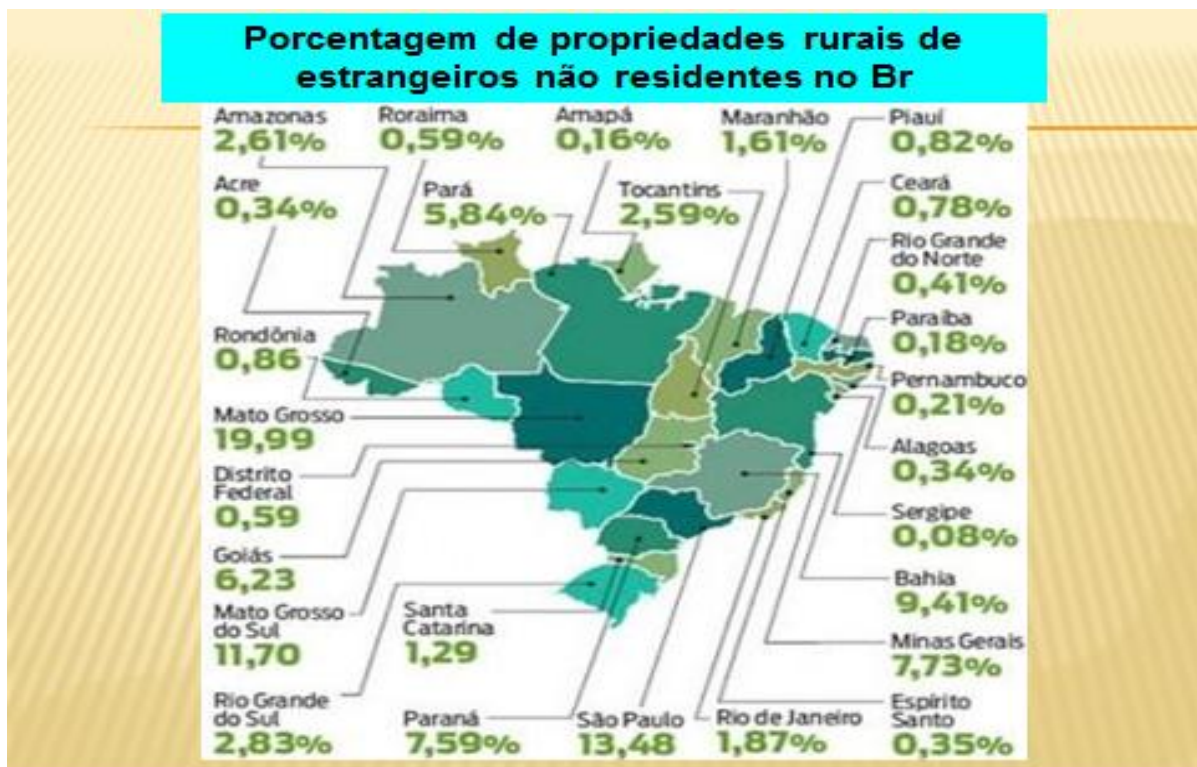


Figura 3 – As propriedades rurais de estrangeiros no Brasil e sua localização.

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta Figura demonstra uma visão “(agro) estrategista” sobre o território brasileiro indicando que a compra das terras, que estão sendo apropriadas pelo capital é incentivada pela capacidade produtiva do solo, pelas potencialidades climáticas e pela riqueza da biodiversidade.

Dados do INCRA, de 2008, já indicavam que existiam 34.632 imóveis em mãos de estrangeiros, numa área total de 4.037.667 hectares. Portanto, temos uma área do tamanho da Alemanha, uma França e uma Argentina em posse de estrangeiros no Brasil.

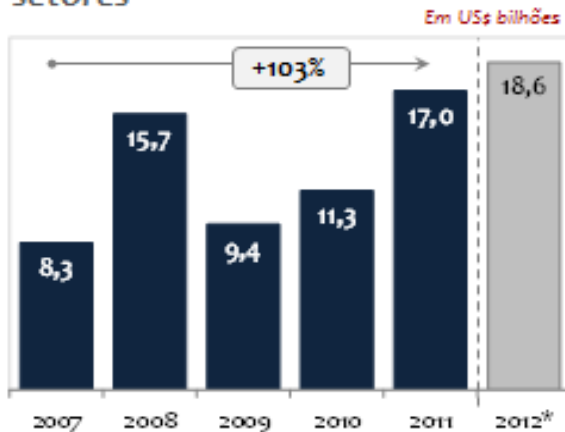
O modelo do agronegócio desenvolve a produção voltada para a exportação, evidenciando, assim, a influência do capital internacional nas riquezas internas do Brasil.

Por isso, afirmamos que se trata de um modelo com uma característica fundamental, o reforço da dependência ao capital internacional e aos insumos agropecuários.

O Gráfico 13 demonstra a importações de insumos agropecuários no Brasil.

Insumos Agropecuários | Importações Brasileiras

Resultado consolidado de todos os setores **



Importação por Segmento (em valor)

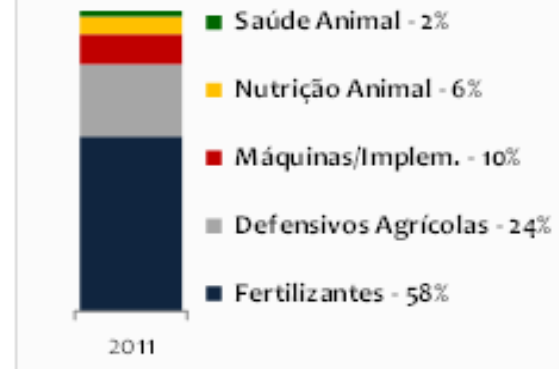


Gráfico 13 - Importações de insumos agropecuários no Brasil

Fonte: Deagro, Brasília, 04 de fevereiro de 2013.

A dependência é a característica fundamental do modelo de produção capitalista que se desenvolveu no Brasil e que perpassou todos os modelos e momentos do desenvolvimento econômico no campo: o agroexportador, a colonização, república e o Estado moderno.

Este modelo de produção centrado no agronegócio produz diversas consequências à biodiversidade.

Segundo Flávia Camargo de Araújo e Elimar Pinheiro do Nascimento,

A perda da biodiversidade decorrente das práticas da agricultura moderna produz custos econômicos e ecológicos. Dentre os segundos, destaca-se a necessidade de fornecer às culturas dispendiosos insumos (adubos e agrotóxicos), assim, o sistema agrícola perde a capacidade de sustentar seu equilíbrio (fertilidade dos solos e controle de pragas). Os custos ecológicos remetem à redução da qualidade do solo, da água e dos alimentos produzidos em decorrência da contaminação por agrotóxicos ou nitratos (in ALTIERI, 2002, p.05).

A não biodiversidade coloca em risco a existência de todos os seres vivos, do planeta terra, entretanto da sociedade brasileira. Por que, entretanto, esse modelo de produção capitalista baseado no agronegócio traz como consequência, a artificialização da agricultura, privatização dos saberes, desmatamento acelerado, degradação do meio ambiente, mercantilização dos gens, controle dos mercados varejistas de alimentos, homogeneização do paladar, alto preço dos alimentos e, por último, porém não menos importante, a desagregação histórica dos camponeses e agricultores familiares.

Para Elimar Pinheiro do Nascimento, “A exclusão social, não como discriminação social, mas como expulsão do espaço de iguais ou não reconhecimento de direitos a outros, considerando-os como não semelhantes, é uma ameaça à modernidade” (1994, p.06).

3.3 A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

O debate sobre agricultura familiar e camponesa é histórico na esquerda e na intelectualidade, podendo mencionar, por exemplo, Alexander Chayanov e Karl Kautsky, dentre um grande leque de pensadores que refletiram a problemática da questão agrária.

No Brasil, o camponês e agricultor é um sujeito político histórico invisível pelo Estado brasileiro que, historicamente, cumpriu o papel de fornecer mão de obra barata para as agroindústrias e indústrias urbanas. Também esse segmento da população foi fundamental para a produção de matérias primas para a indústria capitalista.

Na metade do século XX, estes camponeses e agricultores pauperizados, “invisíveis” na sociedade brasileira, passam a assumir um papel fundamental e a ter maior visibilidade na luta pela construção do projeto de reforma agrária no Brasil. A força política que estes sujeitos assumem é aniquilada com o Estado ditatorial instaurado pelas elites econômicas e militares em 1964.

Mas, com o processo de redemocratização do Brasil, no início da década de 80, estes “sujeitos invisíveis” voltam a ter um papel fundamental na luta pela redemocratização do país, pela reforma agrária e pela aprovação da Constituição Federal de 1988. A partir desse momento, o campo também passa a ser compreendido como um espaço de direitos políticos e sociais.

O processo de luta pela redemocratização do Brasil e pela reforma agrária reforçou a politização e organização dos trabalhadores do campo que assumiram um papel fundamental na resistência ao ideário neoliberal. Este processo de lutas e resistências no Brasil possibilitou a ampliação dos direitos de cidadania e, no ano 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura familiar - PRONAF.

Este breve resumo histórico é para contextualizar e trazer os elementos importantes para fundamentar a concepção que defendo de que no período que se entende de 2003 a 2006, no contexto do governo LULA, foram colocados importantes debates que contribuíram para alargar as políticas públicas para o trabalhador no campo.

Esta visibilidade, que o governo passa a dar às políticas públicas, fez com que a sociedade civil, se organizasse e desenvolvesse um intenso debate acerca do espaço rural, da concepção do campo e refletisse sobre os projetos em disputa que tencionavam o debate da agricultura familiar e camponesa.

As forças políticas e sociais, que representavam os interesses dos trabalhadores no campo, fizeram-se ouvir no governo (no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e na Confederação Nacional da Agricultura – Contag) e contribuíram para que a Lei nº 11.326 fosse sancionada pelo Presidente da República, em 24 de julho de 2006, a qual estabeleceu as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar.

A opção do governo, em adotar o conceito de agricultura familiar, para atender e intervir no campo com as políticas públicas é uma definição do caráter do Estado democrático, de direito brasileiro, do reconhecimento pelo Estado de que o agricultor é um sujeito de direito.

Juridicamente, os “Agricultores familiares a serem alcançados pela categorização oficial de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996)” (Neves,2012, p.34), são definidos como sujeitos de direito sociais que devem ser amparados pelo Estado através do reconhecimento e posta em prática das políticas públicas.

Assim, o Estado reconhece que o agricultor e o camponês também são vítimas das manifestações da questão social e, enquanto sujeitos de direitos, devem ser protegidos pelo poder público.

Agricultura familiar correspondeu ao deslocamento social de um segmento de trabalhadores e produtores pobres (nos termos da atribuição de sentido por abrangência econômica, política e cultural), secularmente marginalizados dos privilegiados investimentos destinados à agricultura (Neves, 2012, p.38).

Será assim o conceito de agricultura familiar, para fazer referência à realidade destes agricultores pobres e marginalizados pelo modelo de agricultura que o Estado brasileiro adotou no decorrer do processo histórico. Dessa forma, entendemos que é necessário analisar a realidade dos agricultores e camponeses pobres e a intervenção do Estado.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, no Brasil havia 4,3 milhões de pequenas propriedades rurais, com menos de 100 hectares e, destas, a maioria eram propriedades até 10 hectares.

Também esses dados indicam que, 7 de cada 10 pequenos proprietários são pobres ou miseráveis, ou seja, possuem uma renda mensal inferior a um salário mínimo. Por sua vez, na

população considerada classe média no campo, 3 de cada 10 famílias possuem uma renda média mensal de aproximadamente R\$ 3.000,00 e, na sua maioria, sobrevivem produzindo ou arrendando terras para o agronegócio.

A estrutura fundiária brasileira se caracteriza pela concentração da terra. Os dados estatísticos indicam, por um lado, que 1% dos proprietários (47 mil grandes empresas) concentra quase a metade das terras do Brasil e, por outro lado, que 2,4 milhões de camponeses pobres ocupam 2% do território dividido em propriedades de menos de 10 hectares.

O Quadro 2 demonstra o número de áreas estabelecidas por grupos de área total no Brasil.

Número e área de estabelecimentos por grupos de área total – Brasil - 2006

Grupos de área total	Número de estabelecimentos (unidades)	%	Área de estabelecimentos (hectares)	%
Menos de 10 hectares	2.477.071	47,8	7.798.607	2,3
10 a menos de 100 hectares	1.971.577	38,0	62.893.091	19,0
100 a menos de 1.000 hectares	424.906	8,2	112.696.478	34,1
1.000 hectares e mais	46.911	0,9	146.553.218	44,4
Total	5.175.489	100,0	329.941.393	100,0

Quadro 2 - Número de Áreas Estabelecimentos por Grupos de Área Total no Brasil

Fonte: IBGE, censo agrário 2006 (Brasil 209, p. 107)

Dos cinco milhões de estabelecimentos rurais, 47 mil propriedades são de grandes proprietários, 700 mil são propriedades da denominada acima classe média e 4,3 milhões de propriedades pequenas, de camponeses e agricultores pobres no campo.

As transformações ocorridas nas últimas décadas na relação da produção na agricultura brasileira contribuíram para aumentar a concentração de terra e intensificaram a desigualdade social no campo. Esta política tem gerado uma massa de trabalhadores de

“pequenos produtores pauperizados que ficam crescentemente marginalizados, pela sua baixa produtividade, dos grandes circuitos produtivos” (Sorj, 1998, p.07).

Portanto, este modelo de agricultura faz com que os pequenos agricultores venham perdendo a soberania alimentar e autonomia, aguçando a sua subordinação à lógica do mercado.

Segundo David e Correa (2002, p.19),

O pequeno produtor subordinou-se aos mecanismos estruturais do mercado e perdeu sua autonomia. A categoria está cada vez mais pauperizada, restando-lhe vender sua força de trabalho nas grandes propriedades ou buscar novas estratégias para assegurar a reprodução familiar.

No projeto de expansão do capital na agricultura e de subordinação da pequena propriedade ao modelo de produção capitalista, ainda há espaço para mais 700 mil pequenas propriedades, no modelo do agronegócio, segundo a Ex-ministra da Agricultura, Katia Abreu:

Incluir mais 700 mil produtores na classe média rural nos próximos quatro anos; para isso, ela pretende integrar todos os organismos de assistência técnica espalhados pelo País e criar também uma secretaria de mobilidade social, que se tornaria a mais importante do Ministério da Agricultura; "aqui, não tem ideologia, o foco é colocar mais dinheiro no bolso dos produtores". Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/agro/166862/O-plano-de-K%C3%A1tia-Abreu.htm>>. Acesso em: 16 de Jan. 2015

Estes agricultores serão inseridos ao modelo pelo viés da integração e da produção para as grandes agroindústrias.

Segundo Sorj (1998, p.7),

A agroindústria passa a comandar a produção colocando-se como condição básica de geração de novos excedentes, transformando a agricultura no campo de realização da mais-valia gerada no setor de insumos e máquinas agrícolas e no fornecedor da matéria-prima para a indústria de transformação alimentar.

A lógica e dinâmica da agroindustrialização, determinam as transformações e as condições de trabalho do produtor, ou seja, transformam o pequeno produtor rural em um “trabalhador assalariado”. Este é o segundo movimento do impacto do capital na pequena propriedade que vai produzir a “proletarização da maior parte dos pequenos produtores e eventual aburguesamento de uma pequena camada destes” (SORJ, 1998, p.08).

Como indica o autor, este processo da agroindustrialização é lento e desigual, uma pequena parcela integra-se ao modelo de produção capitalista (integração às agroindústrias) e

se subordina ao capital e as maiorias dos agricultores familiares pauperizado são mão de obra barata para as agroindústrias.

A estrutura de dominação sobre os agricultores e camponeses se subordinará ao agronegócio, fenômeno que já está ocorrendo. O agronegócio adianta dinheiro ou insumos para os agricultores familiares e camponeses e, posteriormente, estas dívidas são pagas após realizar a colheita e vendida a produção.

Este mecanismo tem como objetivo prender e atrelar esse pequeno produtor ao modelo do agronegócio, e esse processo tem gerado um círculo vicioso, de endividado, que consiste em produzir cada vez mais e ganhar cada vez menos.

Segundo Sorj (1998, p.61),

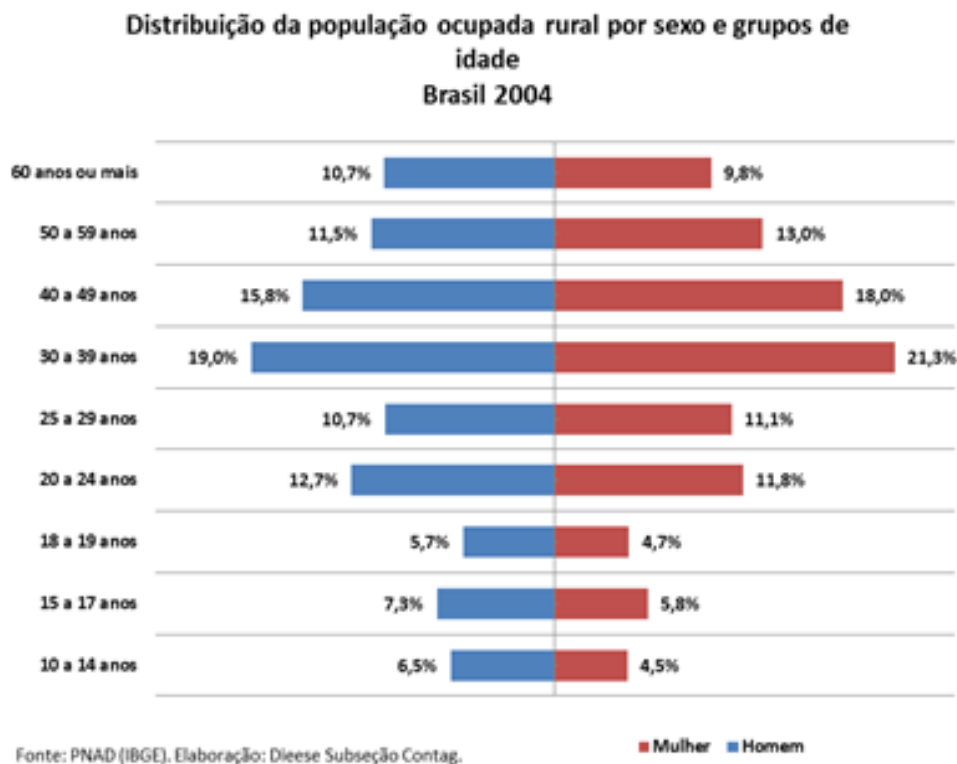
As cooperativas apresentam-se como o mecanismo através do qual o Estado disciplina o pequeno produtor no uso de crédito e insumos modernos, ao mesmo tempo em que oferece ao Estado uma organização relativamente fácil de penetrar e manipular, seja pela própria tendência das direções das cooperativas a se desvincular das bases, seja através dos mecanismos materiais e legais pelos quais as cooperativas dependem do Estado.

Diante desta realidade, é possível afirmar que a integração da agricultura familiar e camponesa é forçada e alavancada pela estrutura jurídica do Estado, assim como pela estrutura política, ideológica e organizativa do agronegócio (organizações sindicais, as cooperativas, os serviços realizados pelas organizações governamentais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, que executa o projeto do Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego - PRONATEC).

Os dados do SENAR, entidade ligada à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA indicam que, entre os anos de “2012 a 2015, foram mais de 130 mil matriculados em mais de 60 capacitações”, e esses cursos foram financiados pelo Estado. Estes cursos todos realizados pelo SENAR têm como objetivo a expansão e a consolidação da hegemonia do modelo na agricultura.

O agronegócio no campo tem consequências no campo, fazendo com que a pequena propriedade perca espaço, força e território. A primeira delas se relaciona com a redução e perda do território e das áreas ocupadas pelas pequenas propriedades, que não param de diminuir, de 9,9 milhões de hectares para 7,7 milhões de hectares, entre 1985 e 2006. Tal fato representa uma perda que equivale a 200 mil propriedades de 10 hectares, no meio rural brasileiro.

A segunda consequência se relaciona com a redução da força social no campo e da população jovem, segmento populacional que mais tem saído. O Gráfico 14 demonstra a distribuição da população rural por sexo e por idade no Brasil em 2004.

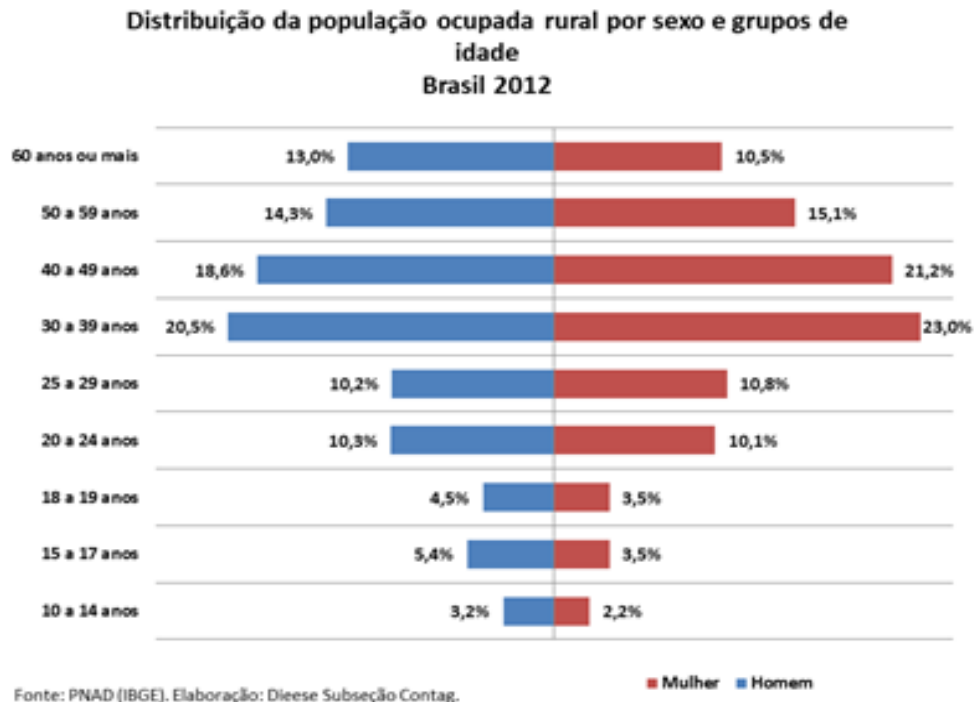


**A população rural ocupada em 2004: 17,3 milhões.
4,2 milhões na faixa etária de 15 a 24 anos (24,2% do total)**

Gráfico 14 - Distribuição da População Rural por Sexo e por Idade no Brasil em 2004
Fonte: PNAD (IBGE)

Os dados do DIEESE, apresentados no gráfico acima, demonstram a distribuição por sexo e faixa etária da população rural ocupada, em 2004, indicando que dos 17,3 milhões de população rural, 4,2 milhões possuem entre 15 a 24 anos (aproximadamente, 24% do total). Comparando esse dado com o ano 2012, vemos que existe uma queda de 5% (correspondente a 2,9 milhões).

O Gráfico 15 demonstra a distribuição da população rural por sexo e por idade no Brasil em 2012.



**População rural ocupada em 2012: 15,2 milhões. Queda de 2,1 milhões em 9 anos (31%).
1,3 milhão só de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos (61,9% dos que saíram)**

Gráfico 15 - Distribuição da População Rural por Sexo e por Idade no Brasil em 2012

Fonte: PNAD (IBGE)

A terceira consequência a ser mencionada relaciona-se com o processo de envelhecimento da população no campo, uma vez que a população acima de 50 anos teve um aumento significativo. A população, que permanece no campo ou que para ele se desloca, caracteriza-se por ser trabalhador adulto acima de 50 anos. Também é possível perceber uma masculinização do campo, fato que incide na dificuldade de formar uma nova geração de agricultores, o que leva à dificuldade em reproduzir a força de trabalho.

A quarta dificuldade, que é necessário mencionar, é a redução das possibilidades de obter uma renda que permita ao produtor rural uma sobrevivência digna. Essa pode ser uma das causas que leva à migração da juventude do campo. A renda média do trabalhador rural é de 80% do salário mínimo. Diante desta realidade, a população rural no Brasil encontra-se cada vez mais dominada pela pobreza e pela miséria em termos absolutos.

O Quadro 3 demonstra o valor do rendimento médio mensal do trabalho principal rural e urbano e rendimento por classe de pessoas de 10 anos ou mais na atividade agrícola.

Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo a situação do domicílio

Situação do domicílio	Rendimento médio mensal (em R\$) do trabalho principal
Rural	360
Urbano	1 017

Fonte: PNAD 2008

Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo o tipo de atividade

Atividade do trabalho principal	Rendimento médio mensal (em R\$) do trabalho principal
Agrícola	335
Não agrícola	1 020

Fonte: PNAD 2008

Rendimento, por classes, das pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas em atividade agrícola

Classes de rendimento mensal do trabalho principal	População ocupada em atividade agrícola
Até 1/2 salário mínimo	16%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	14,50%
Mais de 2 a 5 salários mínimos	5,80%
Mais de 5 salários mínimos	1,70%
Sem rendimento	43%

Quadro 3 - Valor do Rendimento Médio Mensal do Trabalho Principal Rural e Urbano por Classe de Pessoas de 10 Anos ou mais na Atividade Agrícola

FONTE: Divisão dos estabelecimentos rurais em base a renda- salários mínimos-2006.

O Quadro 4 demonstra a quantidade de renda de salários mínimos mensais por estabelecimentos.

Renda de Salários Mínimos mensal	Número de estabelecimentos (unidades)	%	Renda Bruta (em %)	Renda Bruta /estabelecimento/Salário Mínimo mensal
0 a 2 salários mínimos	2.904.769	66,0	3,2	0,5
2 a 10 s.m.	995.750	22,6	10,0	4,6
10 a 200 s.m.	472.702	10,7	35,4	34,4
Mais de 200 s.m.	27.306	0,6	51,1	861,9
Total	4.400.527	100,0	100,0	10,4

Quadro 4 - Quantidade de Renda de salários mínimos mensais por estabelecimentos.

Fonte:IBGE

O Quadro acima indica que no campo a renda média é de R\$ 360,00, valor extremamente baixo para atender as necessidades mínimas da população. Para melhor entender esta realidade tomamos como referência a população cuja renda encontra-se entre meio e dois salários mínimos, este grupo representa 49,50% da população do campo.

Também há outro dado ainda mais problemático e drástico que expressa a pauperização no campo: 43% da população do campo não têm nenhuma renda, concentrando, nesse grupo, jovens e mulheres, já que, no campo, quem controla a renda de forma hegemônica é o homem. Esse dado indica a predominância de uma cultura machista e patriarcal.

A quinta dificuldade a ser mencionada é a questão do trabalho realizado no campo. É uma atividade de longas jornadas de trabalho que exige muitos esforços físicos e este trabalho penoso tem provocado várias consequências negativas para a saúde e a qualidade de vida da população do campo.

O trabalho no campo é um tema complexo, a ser debatido com as famílias de agricultores e camponeses, como o trabalho infantil no campo, um aspecto cultural e de “princípio educativo”. Mas, mesmo este não sendo o foco do trabalho, não poderia deixar de mencionar.

O grau de exploração dos trabalhadores no campo é uma questão, ainda gritante. No século XXI, no espaço rural, por um lado, existem muitos trabalhadores e trabalhadoras vinculadas a empresas com um elevado grau de desenvolvimento tecnológico, e, por outro lado, muitos trabalhadores encontram-se submetidos a relações de escravidão. Para reafirmar este ponto é suficiente conferir os dados de 2006 do Ministério Público do Trabalho, de São Paulo, que realizou a fiscalização em 74 usinas e todas elas foram autuadas porque nelas existiam trabalhadores em situação de escravidão.

Também devemos mencionar a exploração à qual estão submetidos os trabalhadores no campo, segundo dados Ministério do Trabalho: “Se em 1970 um trabalhador recebia o equivalente a R\$ 2,00, por tonelada de cana cortada, e em 1990 R\$ 0,96, em 2005 a tonelada de cana paga valia R\$ 0,86” (2011, p.29). Igualmente importante é lembrar que, para cortar 10 toneladas de cana por dia, estima-se que são necessários 10 mil golpes de facão. Entretanto, o trabalho na cana de açúcar está tendo mudanças importantes com os avanços das forças produtivas; no campo os trabalhadores estão sendo cada vez mais substituídos pelas máquinas.

O Gráfico 16 demonstra o número de pessoas ocupando o campo nos períodos de 1970 a 2006.

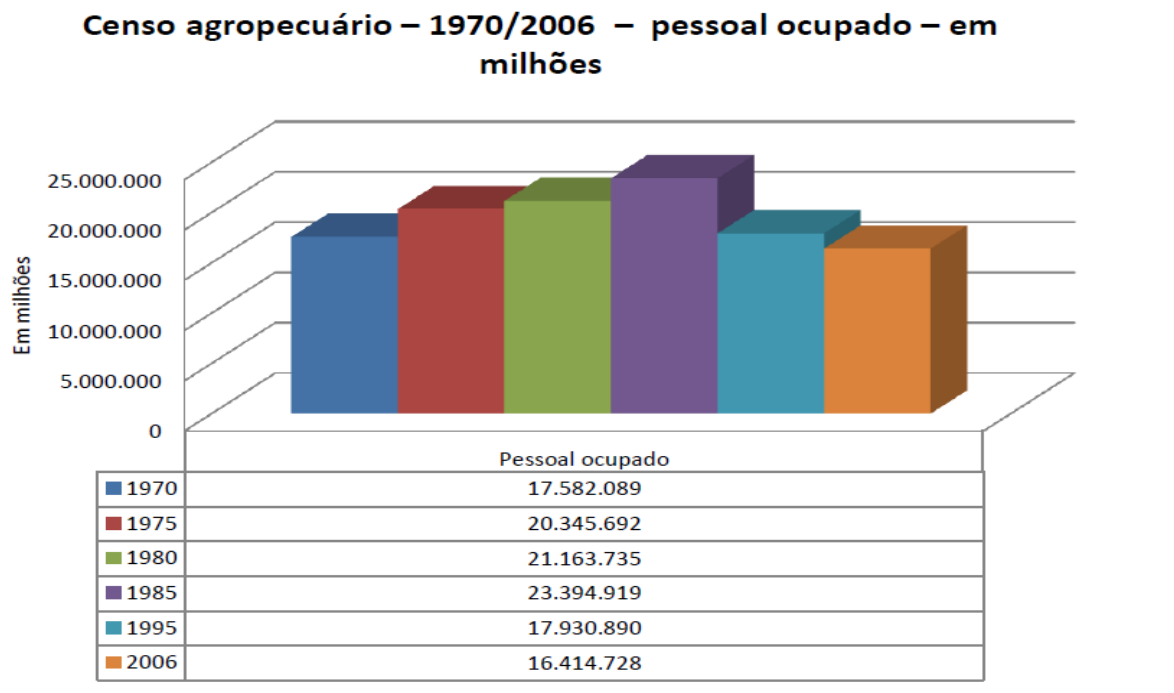


Gráfico 16 - Número de pessoas ocupando o campo nos períodos de 1970 a 2006.

Fonte: IBGE

O gráfico acima demonstra que houve uma queda no número de assalariados rurais; caiu de 23,3 milhões, em 1985, para 16,5 milhões, em 2006.

Portanto, o modelo de produção capitalista, pensado para a agricultura com máquinas e implementos agrícolas, tem provocado uma redução da população e da força de trabalho no campo. A classe média no campo é atendida por um conjunto de políticas públicas, dentre elas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao qual se somam outros programas e ações que começam a ser desenvolvidos mais recentemente nos governos Lula e Dilma.

O Gráfico 17 mostra em números o saldo do programa Mais Alimentos.



Gráfico 17 - Número do Programa Mais Alimento

Fonte: <http://www.vermelho.org.br/noticia/257590-1/> acesso dia 13 de Agosto de 2016.

Na ótica do Estado brasileiro dar visibilidade e foco nas políticas públicas é uma questão política, econômica e social que precisa ser atendida com a devida importância e são fundamentais as políticas para um projeto de neodesenvolvimento.

O Gráfico 18 demonstra evolução do crédito rural disponibilizado no Brasil nos períodos de 2003 a 2014.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DISPONIBILIZADO - BRASIL

(R\$ BILHÕES)

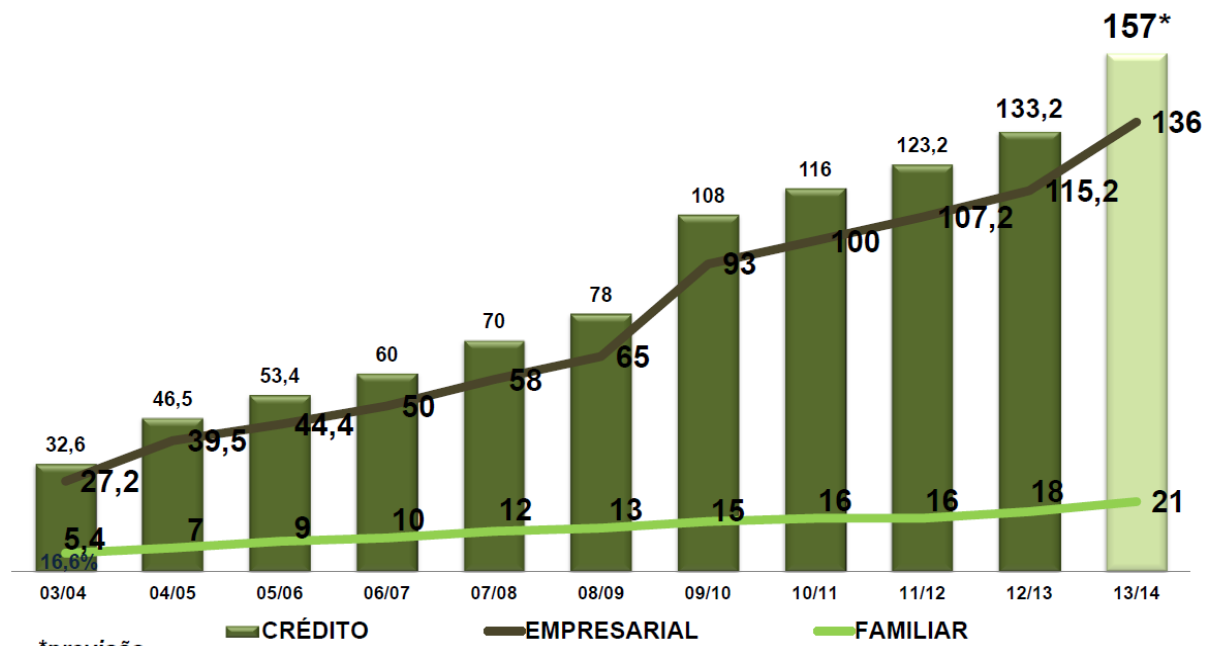


Gráfico 18 - Evolução do Crédito Rural Disponibilizado no Brasil no Período de 2003 a 2014.

Fonte: Apresentação do DIEESE na Escola Nacional Florestan Fernandes, em março de 2014.

O gráfico acima demonstra os avanços em relação ao aumento de recursos aplicados para a agricultura familiar. Esses dados são apresentados em comparação com o agronegócio, explicitando assim a desigual importância atribuída a esses dois setores. Os gráficos demonstram a desigualdade em termos de quantidade de trabalhadores e agricultores familiares, assim como dos recursos destinados para cada um dos setores.

É nítida a reprodução da desigualdade social pelas políticas públicas do Estado brasileiro. A desigualdade e a inclusão são essencialmente parte do modelo de produção capitalista. A estratégia de inclusão do trabalhador pobre do campo, através da implementação de políticas públicas, promovida pelo Estado brasileiro nos governos do Partido dos Trabalhadores, será a discussão que vamos realizar no próximo capítulo.

Quando eu morrer, que me enterrem
na beira do chapadão
contente com minha terra
cansado de tanta guerra
crescido de coração.
(Guimarães Rosa)

4. AS PARTICULARIDADES DA POBREZA NO CAMPO BRASILEIRO

A pobreza é um tema que tem percorrido a história da sociedade brasileira e nas últimas sete décadas transformou-se em uma questão presente nos debates e nos planos dos candidatos aos governos, onde todos mostravam a necessidade de combater essa problemática, mas nunca entenderam a pobreza como expressão da situação social. Também muitos destes políticos reduzem a pobreza à sua dimensão absoluta e a questão social a uma problemática que deva ser tratada como “caso de polícia”, através do uso da força e da repressão.

Entretanto, aqui entendemos a pobreza como uma expressão da questão social, resultado das contradições da sociedade capitalista que, por um lado, produz riqueza, e, por outro, produz a pobreza.

Nesse sentido, Netto (2006, p.152-3) no texto “As cinco notas a propósito da questão social” afirma que:

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII. É, neste processo da industrialização, que na sua essência produziu o fenômeno do pauperismo. A primeira obra a explicitar a “questão social”, foi a obra F. Engels “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. E que pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

A questão social surge no contexto histórico do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo nos marcos da revolução industrial que estava levando a sociedade a se modernizar e, por outro lado, cresciam as contradições de classe, onde uma pequena parcela concentra a riqueza produzida, esta classe portadora das riquezas (a burguesia), e a classe produtora (trabalhadora) fica excluída do acesso à riqueza produzida pelas suas próprias mãos.

Este processo de contradição social da sociedade capitalista, de riqueza e de exclusão, é um dos elementos fundamentais para incentivar a classe trabalhadora a reagir à exploração.

E a reação se fundamenta no questionamento do próprio modo de produção capitalista. Segundo Netto (2006, p.155-6),

Mas a explosão de 1848 não só afetaram somente as expressões, ideias culturais, teóricas, ideológicas do campo burguês. Ela feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores. 1848, trazendo à luz o caráter antagonico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulando pelo utopismo. (...)1848 foi a passagem, em nível histórico- universal, do proletariado da condição de classe em si e classe para si”.

Na experiência do movimento de 1848, que eclodiu em vários países do continente europeu, foi fundamental a organização da classe trabalhadora e a construção de um movimento internacional que o representasse e unidade da classe. Essa experiência também contribuiu para o amadurecimento da classe trabalhadora por meio do entendimento das contradições da sociedade capitalista, com elementos teóricos e metodológicos sobre a expressão da questão social e a gênese de todo o processo social da contradição do capital e trabalho.

Segundo Netto (2006, p.156-7),

Então em 1867 o camarada K. Marx produz e lança o primeiro volume da obra O Capital. Esta obra deu fundamento teórico da causalidade da questão social. Somente com o conhecimento rigoroso do processo de produção do capital, Marx pôde esclarecer com precisão que a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo.

Portanto, os trabalhadores tomam consciência da necessidade de uma organização da classe trabalhadora que os represente em todos os cantos do mundo, do conhecimento crítico da sociedade capitalista e dos elementos fundamentais para entender a origem da contradição do capital e trabalho.

Também todo esse processo contribuiu para que a classe trabalhadora desenvolvesse a construção de um projeto de sociedade que a representasse; e a primeira experiência da classe ser a protagonista de um projeto foi a Comuna de Paris, em 1871, onde a classe tomou o poder por 78 dias guiando suas ações por propostas em todas as áreas. A classe trabalhadora com o movimento de 1848 e a Comuna de Paris, em 1871, indicou o encerramento do ciclo progressista da burguesia e, fundamentalmente, colocou como um ponto de pauta a questão social.

Segundo Netto (2006, p.154-5),

O divisor de água, também aqui, é a Revolução de 1848, de um lado, os eventos de 1848, encerrado o ciclo progressista da ação da classe burguesia, (...), entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social”, forte desigualdade, desemprego, fome, doenças etc.

Estes fenômenos sociais que são expressão da questão social e que os ideólogos burgueses vão tratar com políticas de intervenção limitadas e tendo um foco de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista que tem como objetivo de combater qualquer manifestação da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa.

Este processo todo foi um divisor de água na história da sociedade dividida em classes sociais e, a partir desse momento, as expressões sociais da questão social são um setor que passa ter a intervenção do Estado.

Entretanto, é necessário focar nos fundamentos da pobreza e compreender as suas expressões sociais. A pobreza, enquanto manifestação da questão social, é uma situação social que assola o Brasil por vários séculos e todos os países subdesenvolvidos e subordinados ao modo de produção capitalista. Para entender a pobreza no Brasil como resultado da exploração do trabalho, no modo de produção capitalista, é preciso considerar as mediações da formação social brasileira, ou seja, compreender a combinação dos fatores sociais, econômicos e políticos para desvendar um dos maiores problemas sociais que é fruto da desigualdade social assentada na exploração burguesa.

Assim, pensando nas particularidades da formação social brasileira, as populações indígenas, negras e trabalhadores rurais² passam a ser sujeitos políticos fundamentais junto aos trabalhadores urbanos que sofreram e sofrem a exploração e aos quais lhes foram negados os direitos. Esses grupos excluídos dos espaços de participação institucionalizados, pela classe dominante não são pensados como sujeitos de direitos (civis, políticos e sociais), mas são vistos como inferiores nos espaços que eles assumem na sociedade brasileira.

Entretanto, para entender a pobreza e os personagens históricos vítimas, neste processo histórico de cinco séculos, do pauperismo absoluto, partimos da ideia de que essa não é uma questão cujas causas se encontram nos sujeitos pauperizados (formas de vida, hábitos, costumes etc.); pelo contrário, trata-se de uma problemática que se vincula de forma direta à sociedade burguesa.

² Segundo Nascimento “três são os personagens clássicos da exclusão social no Brasil, país que nasce sob este signo: os índios, os negros e os trabalhadores rurais. No início do século XVI, ainda antes do tráfico de escravos, são os índios os grandes excluídos, considerados pelos europeus (Voltaire inclusive) como uma espécie de sub-raça, homens inferiores ou mesmo semi-homens” (Nascimento, 1994, p.9).

Porém, a classe dominante, através dos aparelhos ideológicos (TV, rádio, jornais, instituições de ensino e revistas), reproduz os valores e ideias que vinculam a pobreza às atitudes e comportamentos individuais ou grupais, a noção do pobre do campo como o jeca tatu, como “um indivíduo indolente, preguiçoso e espacialmente distante”, ou do pobre urbano como o malandro, que não gosta de trabalhar. Para Nascimento, “é tema de folclore em nossa literatura, e mesmo no cinema nascente” (1994, p.15).

Essas ideias ocultam que a pobreza é uma expressão da estrutura social, portanto, que a mesma remete ao modo de produção vigente na sociedade capitalista e que este sistema é responsável pelas desigualdades sociais.

A tabela 3 apresenta o estudo dos indicadores e critérios da pobreza crônica.

Tabela 3 - Indicadores e Critérios da Pobreza Crônica

Indicadores e critérios de privação (Banco Mundial)	
Pobreza crônica: Renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 140 e simultânea privação em 3 ou mais dimensões	
Indicador	Considera-se que o domicílio sofre privação nas seguintes situações
Frequência escolar das crianças	Se alguma criança em idade escolar (7-17 anos) não está matriculada na escola
Anos de escolaridade	Se nenhum dos membros da família tem 8 anos de estudo ou mais
Saneamento básico	Se o domicílio não tem acesso à rede de esgoto ou fossa séptica
Acesso à água	Se o domicílio não tem acesso a água encanada fornecida pela rede geral de abastecimento, poço ou nascente
Eletricidade	Se o domicílio não tem acesso à eletricidade
Habitação	Se o domicílio não foi construído com material de alvenaria (como tijolos e pedras)
Ativos	Se a família não possui pelo menos dois dos seguintes bens: i) refrigerador/freezer; ii) telefone fixo/celular; iii) fogão que utiliza combustível “limpo” (elétrico ou a gás)

Fonte: Dados da pesquisa.

Mas, o que é pobreza? Onde ela está? Quais são as políticas públicas que têm como alvo essas populações?

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não agrícola.) Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (MARX, 1996, p. 261).

Dessa forma entendemos que a questão da pobreza é uma das consequências de uma sociedade desigual assentada na exploração que se caracteriza por um “desenvolvimento

desigual e combinado”, ou seja, riqueza e pobreza, mas também, capital e trabalho, os elementos constitutivos do modo de produção capitalista.

Os dados da Receita Federal de 2009, apresentados a seguir, demonstram a realidade desigual no Brasil; os 0,9% mais ricos do país detêm entre 59,90% e 68,49% da riqueza dos brasileiros.

O Gráfico 19 demonstra a repartição da riqueza no Brasil no ano de 2012.

Repartição da Riqueza no Brasil pertencente as percentuais da população – 2012

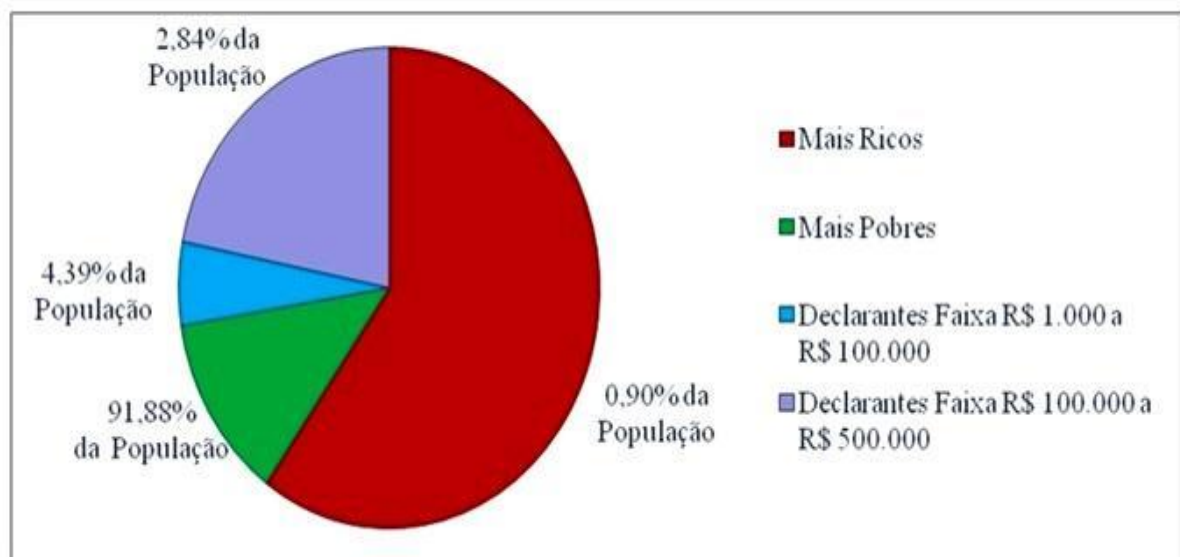


Gráfico 19 - Repartição da riqueza no Brasil - ano de 2012

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta desigualdade, com relação ao acesso à riqueza socialmente produzida, não pode ser desvinculada do processo de produção e reprodução da pobreza. Embora a existência da pobreza não seja uma novidade no modo de produção capitalista, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, o crescimento do empobrecimento absoluto começa a ser entendido como um problema para as potências mundiais.

A partir dos anos 1960, a pobreza torna-se um dos alvos da preocupação dos organismos internacionais que começam a intervir nos países capitalistas localizados na periferia com políticas sociais. Quanto ao Brasil, sente-se a necessidade de explicitar esta realidade social e pensar o que estava sendo feito para redução dessa problemática.

No sentido de entender e explicitar a pobreza várias instituições desenvolvem estudos e propostas de intervenção. Destacamos uns dentre eles.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2005, apresentou os dados sociais relativos ao nível de renda dos brasileiros. Nessa pesquisa constatou-se que no Brasil

há 53,9 milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza absoluta, dentre eles 21,9 milhões de pessoas são indigentes, ou seja, sua renda não lhes permite adquirir sua alimentação. O instituto de pesquisa acima mencionado considera como pobres as famílias que vivem com até meio salário.

Outro dado que merece ser mencionado: algumas regiões brasileiras são concentradoras da pobreza no campo, como é o caso do Nordeste. No campo, os camponeses e agricultores têm o acesso ao alimento produzido através de técnicas de autossustentabilidade, mas encontram-se excluídos do acesso a saneamento básico e dos serviços de saúde.

Esta realidade demonstrada, de que o trabalhador no campo brasileiro é um território historicamente de abandono pelo Estado, e que as políticas sociais, de maneira geral, são tardias para a sociedade brasileira e para o campo, acontece só depois da Constituição de 1988.³

Para André Calixtre e Fábio Vaz, as desigualdades entre o campo e a cidade “são notórias quando se comparam as zonas urbanas e rurais” (2015, p.21). As expressões da questão social, como miséria, desproteção social e violência no campo, são mais evidentes, indicando, ao mesmo tempo, a desigualdade regional e evidenciando os três grupos de indivíduos não reconhecidos historicamente como sujeitos de direito, que são o índio, o negro e o pequeno agricultor (camponês).

Assim, entendemos importante analisar as especificidades sociais do pauperismo, que se apresenta por séculos a este campo brasileiro, que se articula com a permanência do arcaico (relações de favor, presença do coronelismo etc.), expressado por uma elite política e econômica que domina o campo e o trabalhador rural.

Como foi trabalhado no primeiro capítulo, o modelo de agricultura brasileira implementado com a modernização conservadora, entre os anos 1960-80, e, principalmente, o modelo hegemônico do agronegócio, que se inclui no modo de produção capitalista, são os responsáveis pela exclusão de 80% das pequenas propriedades que ficaram na periferia e excluídas do modelo de produção dominante.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil tinha 4,3 milhões de pequenas propriedades rurais com menos de 100 hectares e, destas, a maioria era de propriedade de até 10 hectares e, nelas, 7 de cada 10 trabalhadores eram pobres ou miseráveis, quer dizer, produziam para sobreviver e tinham que transformar parte dos integrantes da família em assalariados para complementar a renda.

³ O Funrural foi constituído com o decreto-lei n. 276, de 1967, criado no período da ditadura.

Outro dado importante: muitos desses pequenos produtores, mesmo sendo beneficiários do Programa Bolsa Família, tinham que vender sua força de trabalho como única forma de sobreviver. Esses dados e reflexões nos questionam acerca das intervenções do Estado brasileiro nos governos do PT, desde o ano 2003.

O primeiro ponto que levanto é a presença do pauperismo absoluto no campo brasileiro, fato que nos leva para o debate de cidadania e a questão do “direito de ter direito”. No ano de 2003, quando Lula assume a presidência da república, 9 milhões de mulheres não possuíam a documentação básica (identidade ou registro de nascimento), segundo dados de Pezza Cintrão (2011). Isto quer dizer que esse grupo populacional não estava registrado nas estatísticas oficiais e, portanto, elas não eram consideradas cidadãs, sujeitos de direitos civis, políticos e sociais⁴.

A segunda questão da expressão do pauperismo no campo é a reduzida renda dos camponeses e agricultores, dimensão que expressa uma marca da classe social no campo, território arcaico e de dominação social, política, econômica e cultural do modo de produção capitalista. O campo brasileiro encontra-se hoje sob a hegemonia do agronegócio, que ameaça extinguir 80% das pequenas propriedades. Esse é um aspecto fundamental para pensar a problemática da renda no campo, no ano de 2003.

De acordo com os dados do IBGE, 75,9% dos trabalhadores dessas pequenas propriedades tinham uma renda mensal de até um salário mínimo. Esta “baixa renda” no campo, na maioria das pequenas propriedades, é a expressão de um modelo que transforma o trabalhador do campo em produtor de matéria prima.

A terceira questão da expressão do pauperismo no campo diz respeito à incorporação de equipamentos e maquinarias de reduzido nível tecnológico na pequena agricultura, cada vez mais subordinada e expropriada pelos setores dominantes. Estas pequenas propriedades – setor agrário “atrasado” – transferem parte do excedente para a acumulação industrial ao produzir alimentos baratos para os grandes aglomerados agroindustriais que impõem a produção de matérias primas.

As reflexões de Delgado (2013, p.473) são importantes para entender os impactos das transformações no campo na vida dos trabalhadores rurais.

A ausência de mecanização e implementos agrícolas, combinada com jornada extensiva, confere ainda à atividade um elevado grau de penosidade. Entre 2009 e

⁴ Esse dado também deve ser pensado a partir da discussão de gênero, uma vez que essa realidade é reflexo de uma sociedade patriarcal. Lembremos que o voto feminino foi uma conquista tardia – no ano de 1932. Dessa forma, afirmamos que exclusão social neste país é de caráter de classe e de gênero.

2011, o número de concessões de aposentadorias rurais por invalidez cresceu 31,4%, com destaque para a invalidez decorrente de doenças dos tecidos osteomuscular e conjuntivo e enfermidades do aparelho circulatório. Estes dados, somados aos números elevados de trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravidão nas principais cadeias produtivas do agronegócio, apontam para a “convivência” entre modernização técnica e trabalho degradante.

Ausência de implementos agrícolas que expressa o baixo nível tecnológico na pequena agricultura aparece no gráfico abaixo que toma como referência dados do Censo agropecuário de 2006.

O Gráfico 20 mostra os estabelecimentos entre 0 e 20 ha que usam a força de tração mecânica ou animal e mecânica por precedência da força de tração.

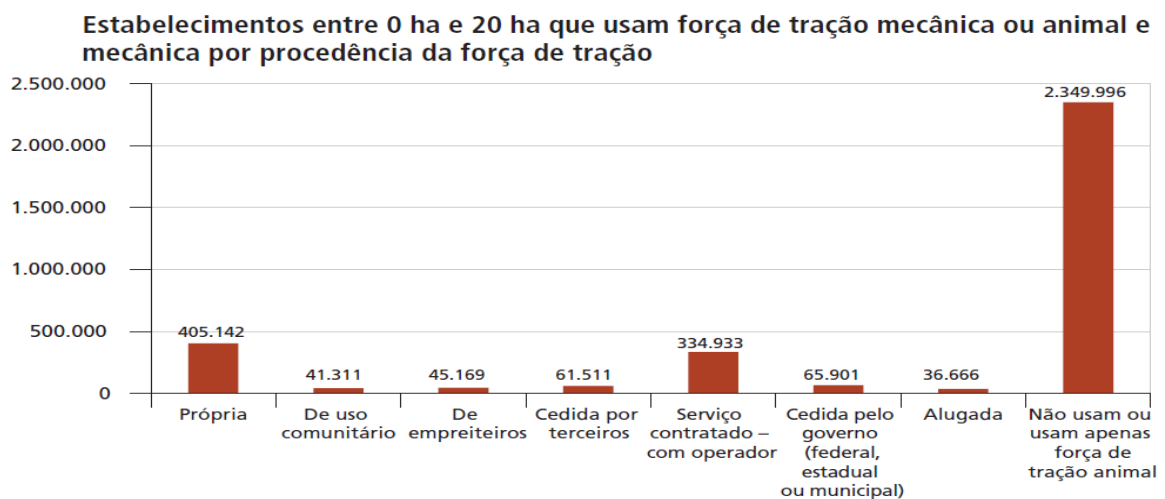


Gráfico 20 - Estabelecimentos de 0 ha e 20 ha que usam a força de tração mecânica ou animal e por precedência da força de tração

Fonte: IPEA, 2014, p.472.

Por meio do Gráfico 20, verifica-se o baixo nível tecnológico presente em mais de dois milhões de pequenas propriedades que usavam, em 2006, apenas força de tração animal.

Uma quarta expressão do pauperismo no campo brasileiro é vinculada com a jornada extensiva na pequena agricultura, com trabalho de elevado grau de penosidade, que tem provocado graves problemas de saúde aos trabalhadores na agricultura. A expressão do baixo nível tecnológico impregnado no campo e as condições de trabalho precárias e penosas fazem com que aumente o número de trabalhadores procurando os benefícios previdenciários como estratégias de sobrevivência.

O Quadro 5 apresenta o número de auxílio-doença/acidente e aposentadoria por invalidez nos anos 2000 a 2009.

Anos	2000		2005		2009		Δ% 2009/2000	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
(1) Auxílios-doença + Auxílios-acidente	931,5	144,3	2.023,2	247,9	2056,7	218,4	120,1	51,4
(2) Aposentadoria por Invalidez	148,4	20,6	269,2	33,2	187,3	21,0	26,2	1,91
Total (1+2)	1079,9	164,9	2292,4	281,1	2244,0	239,4	107,8	45,2

Quadro 5 - Número de auxílio doença/acidente e aposentadoria por invalidez nos anos 2000 a 2009.

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social. (Delgado, 2012)

Segundo os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, os atendimentos de auxílio-doença somados ao auxílio-acidente e à aposentadoria por invalidez, de 2000 a 2009, teve um de aumento 45%. Este dado revela que os trabalhadores no meio rural também estão adoecendo devido às condições de trabalho pesado e degradante.

A quinta expressão do pauperismo no campo brasileiro se expressa no quantitativo de trabalhadores que trabalham no campo em condições análogas à de escravidão nas principais cadeias produtivas do agronegócio. Este dado aponta para a “convivência” entre modernização técnica e trabalho degradante, ou seja, indica a relação entre “desenvolvimento desigual combinado”, onde, de um lado, existe a incorporação de alta tecnologia a serviço da produção no campo; e, de outro, a exploração de trabalhadores em condições de escravidão “moderna”.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que já foram libertados mais de 47 mil trabalhadores submetidos a relações de escravidão e, destes, 83% tinham entre 18 e 40 anos de idade, 72% eram analfabetos ou não tinham concluído a quarta série.

O Gráfico 21 demonstra o número de trabalhadores escravos no período de 2003 a 2014.

RAIO-X QUEM É O TRABALHADOR ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

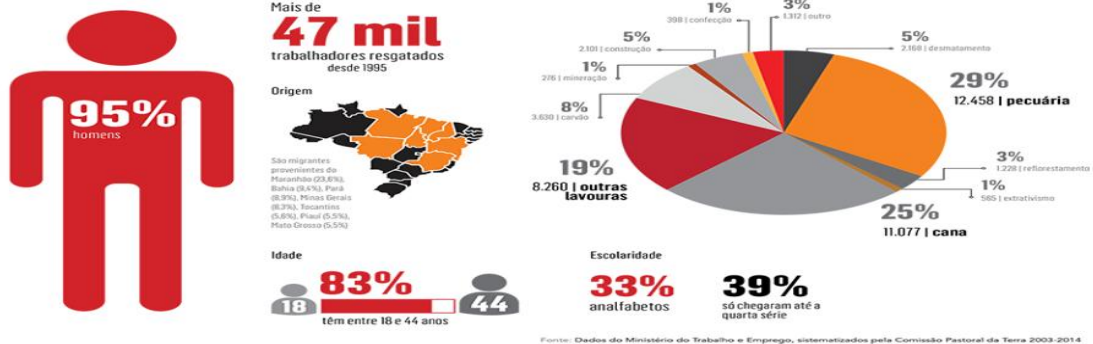


Gráfico 21 - Número de trabalhadores escravos no período de 2003 a 2014

Fonte: Ministério do Trabalho

A realidade social explicitada no gráfico acima é a demonstração de que nosso país, no século XXI, ainda não conseguiu se libertar das amarras e dos males de cinco séculos de escravidão e mais um século de falsa libertação dos trabalhadores. Esta é mais um traço do modo de produção capitalista que se expressa de forma particular na formação social brasileira.

Também as condições de precarização do trabalho se apresentam no alto índice de trabalhadores rurais sem carteira de trabalho. Esta é a sexta expressão do pauperismo no campo brasileiro, que se conjuga com a baixa remuneração do trabalho realizado no campo e com a fragilidade das condições de vida (produção e reprodução) dos trabalhadores que se encontram cada vez mais vulneráveis devido à:

Fragilidade da oferta de bens e serviços pelo Estado no meio rural (saúde, educação, lazer, transporte etc.); escassez, penosidade e precariedade do trabalho no meio rural (que ainda persiste, apesar das grandes transformações tecnológicas e de normas e instrumentos legais); incremento do nível tecnológico das atividades rurais. Diminuição de taxas de fecundidade, que reduziu sensivelmente a reposição da população; elevação da concentração da propriedade da terra, pela ausência de política nacional de reforma agrária (DIEESE, 2014, p.3).

Segundo o estudo do DIEESE, sobre o mercado de trabalho acerca do assalariado rural no Brasil, 59,4% dos trabalhadores rurais não possuem carteira de trabalho assinada e, portanto, não têm acesso aos direitos da previdência social.

O Gráfico 22 abaixo demonstra o número de assalariados rurais segundo posição e ocupação e legalidade/informalidade no Brasil no período de 2004 a 2013.

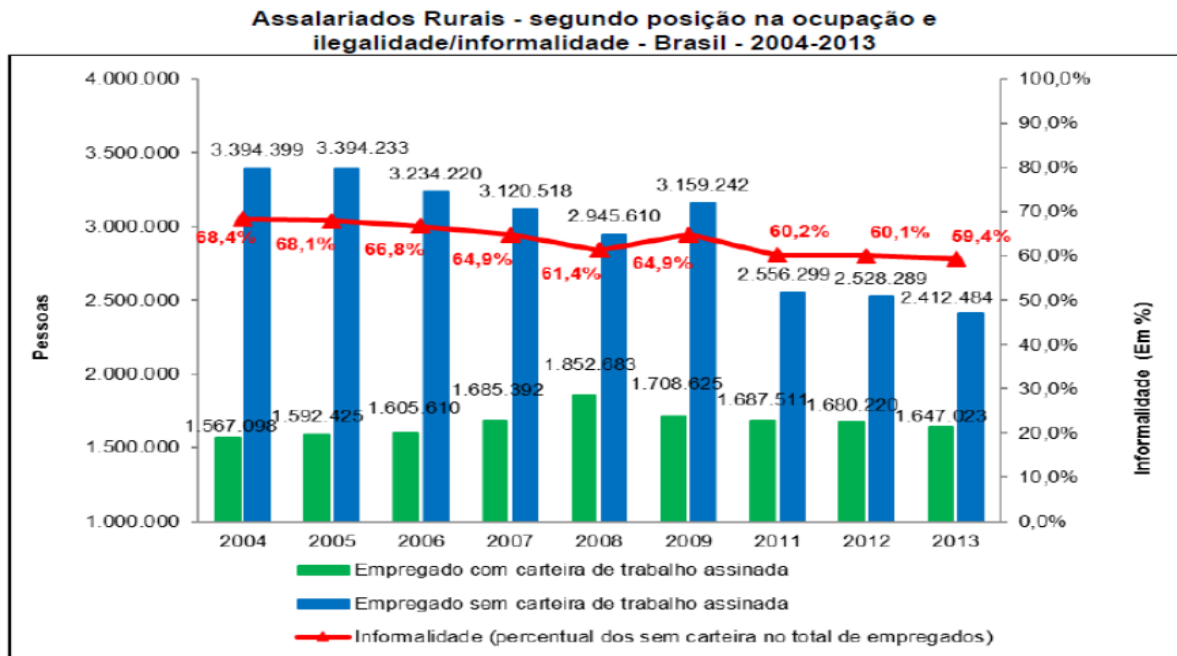


Gráfico 22 - Número de assalariados rurais segundo posição e ocupação e legalidade/informalidade no Brasil no período de 2004 a 2013

Fonte: IBGE

Portanto, a realidade do campo brasileiro indica que ainda vivemos num regime caracterizado pela ausência de direitos e pela superexploração do trabalhador. Estudo do DIEESE, de 2014, ajuda a compreender a pauperização dos trabalhadores no campo.

Em 2013, entre os 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada, e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada. Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal. Esta taxa de ilegalidade ou informalidade está bem acima da taxa geral do país, em torno dos 50,0% (PME/IBGE, agosto 2014). (DIEESE, 2014, p.11)

A expressão do pauperismo no campo brasileiro relaciona-se com as condições de produção e reprodução das famílias camponesas e dos agricultores familiares submetidos, por um lado, ao pauperismo absoluto, e, por outro, à subordinação à classe dominante. A subordinação e o pauperismo absoluto a que são submetidos os trabalhadores do campo são um traço característico da sociedade brasileira.

Os problemas de falta de infraestrutura básica para viver de forma digna, como saneamento básico, água potável, iluminação, coleta de lixo, telefone etc., é um sinal da situação de abandono do trabalhador do campo por parte do Estado brasileiro. Somado a isso,

está à falta de acesso a serviços de saúde, educação, transporte, dentre outros. Os dados do IBGE apresentados a seguir exemplificam essa realidade.

O Quadro 6 demonstra a falta de infraestrutura básica nos domicílios particulares no Brasil.

Domicílios particulares	Brasil				Sul		Nordeste	
	Urbana		Rural		Rural		Rural	
	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009
Sem canalização interna de água	5,5%	2,6%	42,2%	31,2%	7,2%	4,7%	71,4%	49,6%
Sem iluminação elétrica	0,5%	0,1%	18,1%	6,4%	6,0%	1,4%	27,4%	8,5%
Sem esgotamento sanitário	2,3%	1,0%	27,8%	17,7%	4,3%	3,2%	47,5%	30,2%
Sem coleta de lixo (direta ou indireta)	3,5%	1,5%	79,5%	67,3%	71,8%	51,0%	88,3%	80,2%
Sem telefone	31,4%	10,6%	78,2%	45,2%	53,5%	19,4%	92,4%	59,9%

Quadro 6 – A Falta de Infraestrutura Básica nos Domicílios Particulares no Brasil

Fonte: IBGE

A pobreza no campo é um reflexo da invisibilidade desse trabalhador produtor de matéria prima na inserção econômica e do papel social que compre nos marcos da sociedade capitalista. É importante mencionar também outro dado que é o déficit habitacional: mais de um milhão de famílias no campo não têm moradia para viver.

O Gráfico 23 apresenta o déficit habitacional absoluto e relativo por área e unidade da Federação, em 2010.

Unidades da Federação	Déficit Absoluto (A)			Domicílios (B)	Déficit Relativo (A/B)
	Urbano	Rural	Total		
Rondônia	50.862	8.513	59.376	455.599	13,0%
Acre	24.208	10.120	34.328	190.645	18,0%
Amazonas	154.997	40.796	195.793	799.629	24,5%
Roraima	16.295	9.440	25.735	115.844	22,2%
Pará	265.758	147.454	413.212	1.859.165	22,2%
Amapá	32.186	3.400	35.586	156.284	22,8%
Tocantins	47.890	18.178	66.068	398.367	16,6%
Maranhão	228.900	224.903	453.803	1.653.701	27,4%
Piauí	79.089	50.945	130.034	848.263	15,3%
Ceará	228.003	55.208	283.212	2.365.276	12,0%
Rio Grande do Norte	95.828	18.078	113.907	899.513	12,7%
Paraíba	103.751	19.529	123.281	1.080.672	11,4%
Pernambuco	271.719	38.379	310.098	2.546.872	12,2%
Alagoas	101.838	23.634	125.472	842.884	14,9%
Sergipe	59.813	16.276	76.089	591.315	12,9%
Bahia	400.046	132.552	532.597	4.094.405	13,0%
Minas Gerais	523.456	49.714	573.170	6.028.223	9,5%
Espírito Santo	100.480	8.757	109.237	1.101.394	9,9%
Rio de Janeiro	527.147	8.355	535.501	5.243.011	10,2%
São Paulo	1.519.906	31.263	1.551.168	12.827.153	12,1%
Paraná	261.187	33.892	295.079	3.298.578	8,9%
Santa Catarina	164.479	19.003	183.483	1.993.097	9,2%
Rio Grande do Sul	277.336	32.798	310.134	3.599.604	8,6%
Mato Grosso do Sul	72.393	14.667	87.060	759.299	11,5%
Mato Grosso	100.196	21.071	121.267	915.089	13,3%
Goiás	218.472	16.364	234.835	1.886.264	12,4%
Distrito Federal	127.275	2.601	129.876	774.021	16,8%
Brasil	6.053.510	1.055.889	7.109.399	57.324.167	12,4%

Distribuição do déficit habitacional por área, 2010



Fonte: dados preliminares da Fundação João Pinheiro, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, IBGE.

Distribuição do déficit habitacional por componente, 2010



Gráfico 23 - Déficit habitacional absoluto e relativo por área e unidade da Federação, 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Diante deste diagnóstico social, político e econômico da situação de pauperismo, que impregna o cotidiano do trabalhador rural, procederemos à análise as políticas públicas no campo brasileiro, ou seja, a intervenção do Estado brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores, buscando entender a lógica dessas políticas públicas e da intervenção dos governos Lula e Dilma.

4.1 REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E A REALIDADE DO CAMPO

O período da transição brasileira “lenta e gradual” da ditadura cívico-militar para a democracia representativa foi protagonizado por diversos setores da sociedade, mas sob a tutela da grande burguesia brasileira que definiu e redigiu as ideias e os elementos fundamentais do projeto de abertura.

As tensões entre os projetos defendidos pelos diversos grupos se fizeram presentes na Constituinte.

Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (sempre reiterado em nossas paragens...): uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares. Houve forte mobilização social, por meio das emendas populares – 122 emendas, assinadas por 12.277.423 brasileiros (Boschetti, 2006) –, num movimento intenso e por vezes subestimadas pelos analistas. Todavia, prevaleceram os acordos estabelecidos por uma maioria mais conhecida como “Centrão” – apelido que diz muito sobre a natureza de tal articulação –, que chegou até a prolongar o impopular governo Sarney por mais um ano. Assim, Nogueira tem razão quando afirma que “a Carta de 1988 não se tornou a Constituição ideal de nenhum grupo nacional” (1998:159) e de que expressou “a tendência societal (e particularmente das elites políticas) de entrar no futuro com os olhos no passado ou, mais ainda, de fazer história de costas para o futuro” (BEHRING, 2011, p.142).

Diante dessa realidade, é importante destacar as mudanças que ocorreram no cenário político, institucional e nas dinâmicas sociais. O processo da Constituinte foi um marco essencial para muitas das transformações políticas e jurídicas expressas na nova Constituição Federal que redesenhou o novo tecido jurídico e societário buscando atender, dentre outras, algumas das demandas do trabalhador do meio rural que era e é majoritariamente pobre.

Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, na Carta Magna de 1988 estão a justiça social, desenvolvimento e erradicação da pobreza e da desigualdade social, expressos de forma clara no Artigo 3º.

Com a abertura democrática, a partir da década de 1980, e com a Constituinte a classe trabalhadora obteve conquistas, como: reconhecimento e garantia da seguridade social (constituída pelo tripé: saúde, previdência e assistência social); alargamento dos direitos trabalhistas; ampliação das fontes orçamentárias para as políticas sociais; sufrágio universal etc. Também foram estabelecidos novos critérios para o pacto federativo brasileiro atribuindo novas responsabilidades e competências para as diferentes esferas de governo.

A população rural ou camponesa brasileira passa a ser reconhecida como sujeito de direito, ou seja, a Constituinte deu legitimidade e reconhecimento para estes sujeitos. Como indica Nascimento,

Com a Constituição de 1988, pela primeira vez o sufrágio universal real é estabelecido. A cidadania política é extensiva a toda a Nação. Como o operário, o

trabalhador rural, mesmo sem terra, que passara a "ter o direito de ter direito" como resultado das lutas dos anos 50/60, vem a ser plenamente reconhecido, pois agora é tido no mundo da política como sujeito legítimo (1994, p. 11).

O reconhecimento pelo Estado brasileiro dos direitos de cidadania e seu alargamento para os camponeses e agricultores pobres têm um caráter tardio, já que em países da Europa, desde o segundo pós-guerra, foi implementado um conjunto de políticas sociais para atender as populações em situação de pobreza. Uma explicação desse reconhecimento tardio foi dada por Santos (2012, p.7) quando analisa que,

Quanto a isso não se deve esquecer, de um lado, o caráter primário exportador da economia brasileira e, de outro, o poder político dos latifundiários, fatores que explicam, de modo conjugado, o retardo das medidas de regulação do trabalho no campo.

O caráter tardio das políticas sociais dá-se com a Constituição Federal de 1988 que colocou a população rural sob a ótica da conquista democrática em função das lutas sociais e esta força política acumulada, possibilitando colocar na agenda do Estado algumas das demandas da classe trabalhadora e, especialmente o alargamento dos benefícios previdenciários para o trabalhador rural. Esta foi uma conquista fundamental para as populações rurais.

É importante destacar que a mobilização social do campo nesse período foi fundamental para garantir o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais.

Segundo Camarano (2004, p. 333),

A Constituição de 1988 instituiu novos parâmetros para a população rural: idade para elegibilidade do benefício aos 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres (cinco anos a menos do que para os trabalhadores urbanos) e um piso de benefício igual a um salário mínimo (inclusive para pensão), além de na prática universalizar o benefício para toda a população rural. Homens e mulheres tiveram igualdade de acesso.

O Artigo 48 de Constituição de 1988 assegura esse direito para a população rural, definindo uma redução da idade para acessar o benefício de aposentadoria, como o trabalhador urbano e do sexo masculino.

As conquistas sociais que foram materializadas na Constituição de 1988 começam a ser ameaçadas a partir da década de 1990, com o avanço das reformas de orientação neoliberal. Estas conquistas começam a ser desmontadas e o país passa a viver um contexto de verdadeiro retrocesso social, econômico e político. O período que vai de 1995 a 2002, sob

o governo FHC, desmontou determinados avanços que tinham sido definidos juridicamente na Carta Magna de 1988, principalmente, com relação à intervenção do Estado no social.

Segundo Sallum, as características poderiam ser resumidas da seguinte forma:

Estado deveria transferir quase todas as suas funções empresariais para a iniciativa privada; teria que expandir suas funções reguladoras e suas políticas sociais; as finanças públicas deveriam ser equilibradas e os incentivos diretos às companhias privadas seriam modestos; haveria também restrição aos privilégios existentes entre os servidores públicos; e o país deveria intensificar sua articulação com a economia mundial, embora dando prioridade ao MERCOSUL e às relações com os demais países sul-americanos. (Sallum, Brasília. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX, 2003. Revista Brasileira de Ciências Sociais.

Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200003>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

O desmonte do Estado brasileiro nos governos FHC produz um agravamento das manifestações de cunho social no país. Nessa conjuntura consolidou-se a agenda da direita que não conseguiu barrar a vitória de Lula, que chega à presidência da república através da aliança política entre setores da esquerda brasileira com os representantes da indústria desenvolvimentista. Esta frente, denominada por alguns teóricos como neodesenvolvimentista, permitiu consolidar os governos de Lula apoiados neste tripé: crescimento, distribuição de renda e inclusão social.

Segundo Sallum,

Isto significa que todos eles advogavam mais controle do Estado sobre o mercado, mais incentivos estatais para as atividades produtivas e maior proteção do Estado para os mais pobres, mas tudo isso sem quebrar o molde liberal que conforma a coalizão sociopolítica no poder. Assim, embora a vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição para a Presidência da República tenha resultado, evidentemente, em mudança da coalizão política governamental, ela não tende a produzir qualquer ruptura na hegemonia liberal estabelecida anos atrás. Mesmo que haja tensão entre a nova coalizão político-partidária que comanda o Estado e a coalizão sociopolítica que o vem sustentando, o eixo da agenda do novo governo é liberal-desenvolvimentista: seu objetivo não é reconstruir o Estado empresarial, mas reformar o Estado para que possa estimular o desenvolvimento privado e a igualdade social (Sallum, Brasília). Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX, 2003. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200003>. Acesso em: 25 de jul. 2016.

Esta é a filosofia e o tripé fundamental na construção dos governos Lula e do primeiro governo Dilma que vão orientar a intervenção do Estado “neodesenvolvimentista” e as políticas sociais ao longo desse período histórico. Para Singer, trata-se de um “Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem” (2010, p.11). Esse discurso que exalta a necessidade de atender os pobres e, ao mesmo tempo, se compromete com o capital ficou

nítido na “Carta ao povo brasileiro” e, também, na aliança estabelecida para garantir a governabilidade, que foi materializada com o denominado “projeto neodesenvolvimentista⁵”.

Então, é diante desta conjuntura política e econômica que vão sendo definidas as características centrais das políticas sociais do período. Tais políticas públicas refletem o entendimento do bloco de poder que se formou na disputa do governo, portanto são expressão da correlação de forças do bloco de poder interno, porém guiadas pelas diretrizes dos organismos internacionais e coloca a criminalização da pobreza.

Segundo Montaño (2011, p. 209),

Os programas propostos pelos organismos multinacionais de financiamento orientam a substituição das políticas sociais por programas de combate à pobreza, colocando no lugar da universalidade base do padrão de justiça social e do direito de cidadania – a focalização das ações, traduzida pelo direcionamento do gasto público e dos serviços sociais aos comprovadamente pobres.

A focalização na pobreza e, especificamente, na pobreza que trabalha e habita o campo brasileiro é o foco deste estudo, que busca desvendar as principais características que assumem as políticas públicas, que têm como alvo esse grupo populacional, nos governos do Partido dos Trabalhadores, período compreendido entre 2003 e 2013.

Katz menciona cinco pontos fundamental para caracterizar o projeto neodesenvolvimentista:

Em primeiro lugar, postulam a necessidade de intensificar a intervenção estatal para emergir do subdesenvolvimento.

(...) Esta revalorização do intervencionismo não implica retomar o velho Keynesianismo, nem promover a reconstrução do Estado de bem-estar social. Estimulam um novo equilíbrio entre matrizes “Estado-cêntricas” e “mercado-cêntricas” para superar as velhas dicotomias e encontrar modelos capitalistas adequados para cada país.

O segundo pilar (...) é a política econômica não apenas para atuar na conjuntura, mas como instrumento central de crescimento. (...) Sua prioridade é manter o déficit fiscal reduzido para estimular a competitividade com taxas de juros decrescentes e elevadas taxas de câmbio.

O terceiro objetivo (...) é retomar a industrialização para multiplicar o emprego urbano. (...)

Reduzir a defasagem tecnológica é a quarta meta do projeto. O neodesenvolvimentista promove o aumento da inovação local, mediante acordos com as empresas transnacionais para conseguir uma grande absorção de conhecimento.

A quinta proposta neodesenvolvimentista é imitar o avanço exportador do sudeste asiático. Propõem subsidiar os industriais que facilitam a expansão das vendas

⁵ O projeto neodesenvolvimentista é: primeiro, uma aliança com a burguesia; segundo, é a distribuição de renda; terceiro, são as políticas públicas; quarto, é o crescimento da economia no agronegócio e no mercado interno visando ao consumo.

manufatureiras, mediante estratégias que “ensinem a competir”. (...) Advertem que um modelo deste tipo exigirá moderação salarial, estabilidade social e forte compromisso dos trabalhadores com a produtividade (KATZ, 2016, p.160-1).

Estes são os pilares que têm sustentado o modelo de governo denominado de “Lulismo”, a opção da governabilidade “pelo alto” e na relação entre governo e sociedade civil organizada foi restrita a participação. Foi estimulada uma participação restrita dos movimentos sociais, limitada a ocupar os espaços de diálogo entre a sociedade civil e o Estado, ou seja, os espaços de “micro poder” que são permitidos e desenvolvidos em uma democracia representativa como a brasileira.

Mas, entendemos importante destacar a abertura de diálogo envolvendo os movimentos sociais e atores, que até o momento eram colocados à margem das arenas públicas em torno dos rumos a serem seguidos pelas políticas públicas, principalmente aquelas que tinham como beneficiários os trabalhadores do campo.

Para exemplificar melhor esta relação, Singer assegura que há “mudança e conservadorismo”, ou seja, presencia-se um elemento contraditório, mas fundamental para entender a natureza dos governos do PT.

Segundo o mesmo autor, “o Lulismo existe sob o signo da contradição. Conservadorismo e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo momento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua intervenção” (SINGER, 2010, p.8).

Entendemos que este mesmo projeto tem elementos progressistas e conservadores. Encontramos elementos progressistas na busca por ampliar o processo de redistribuição de renda, através da valorização do salário mínimo e o Bolsa Família, que “representa 0,5% do PIB”, mas são 46 milhões de pessoas que são beneficiadas, e diversas outras políticas sociais que vamos desenvolver posteriormente. Outro aspecto importante a destacar é a questão da abertura de espaços de diálogo nos marcos da democracia representativa e da construção da cidadania.

A cidadania ampliada, ou a cidadania com iniciativa (...) pode ser ainda potencialmente produtora de uma nova cultura política; assim, a sociabilidade dela decorrente seria de reciprocidade, isto é, operando num espaço de trocas sancionadas por um novo contrato social no qual a cidadania se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado como na obrigação horizontal entre cidadãos. Ou seja, a cidadania é ampliada à medida que acrescenta aos direitos sociais básicos a solidariedade social (SILVA, 2005, p.400).

Então fica nítido também que poderíamos ter uma sociedade civil mais ativa e propositiva. Isto não avançou porque os elementos da estrutura do Estado brasileiro,

conservador, patrimonialista e elitista, não permitiam elementos de “cidadania ampliada”, de uma sociedade ativa, propositiva e de construção, de uma democracia partitiva e só foi permitido criar as políticas sociais, dentro da ótica do Estado burguês, utilizadas para a minimização dos conflitos de classe, elemento que representa o atraso do Lulismo. Santos (2012, p.8) destaca que:

Essas características se atualizam ao longo do nosso processo sócio-histórico por meio dos inúmeros processos de “revolução passiva” (...) registrados no Brasil. Isso significa dizer que na base da parcialidade das mudanças ocorridas no processo de modernização capitalista brasileiro – que apresenta um caráter necessariamente conservador, segundo vários estudiosos da formação social brasileira – está uma estratégia recorrente de antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas. Essa antecipação, a depender da situação concreta, pode ter um caráter progressista e/ou restaurador e ocorre, em geral, pela via do “transformismo” como “assimilação, pelo bloco no poder, das frações rivais [mas, fundamentalmente,] de setores das classes subalternas”.

Portanto, na era do “Lulismo”, de conservador e de mudanças, contradições da governabilidade pelo alto e consenso por parte da classe subalterna que historicamente, as diversas políticas públicas, que foram executadas, foram fruto de lutas dos movimentos sociais e demais sujeitos políticos. Para Pochmann, presidente do IPEA e porta-voz do governo, afirma que há sinais para uma nova convergência política.

(...) estão cedendo gradualmente para o investimento produtivo e variado. Os pobres estão vivendo melhor, mas os ricos estão extremamente bem e não têm do que reclamar. (...) e é compatível nesse sistema você fazer esta mudança, sem expropriação, sem radicalismo. Você faz esta negociação, uma frente que une os mais diferentes lados (Santos, 2012, p.16).

Este pacto pela governabilidade é que vai definir as políticas públicas para enfrentar a pobreza no campo tendo como características o seu caráter compensatório e focalizado.

4.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADA NA POBREZA NO CAMPO NOS GOVERNOS PT

No decorrer do texto, desenvolvi as características da formação do Estado brasileiro e a modernização conservadora do projeto de agricultura brasileira, obviamente para compreender o projeto de neodesenvolvimentismo e como foi a operacionalização das políticas públicas e dos programas sociais que dialogam com a pobreza absoluta no campo.

Para Santos, “a estratégia de uma ‘naturalização’ quanto aos limites do enfrentamento da pobreza que ficam circunscritos da ‘esfera distributiva’, como se isso fosse tudo que pode ser feito” (Santos, 2012, p.12).

No decurso do texto, estou desenvolvendo e destacando o processo histórico das políticas públicas para a pobreza no campo (Bolsa Família, Luz para Todos, habitação rural, demarcação de terras quilombolas, combate ao trabalho escravo, demarcação de terras indígenas, PAA, PNAE e Pronera etc.). Estas políticas sociais tiveram o papel de ser referencial e a identidade dos governos do PT.

Então, destacamos que no ato de posse do governo Lula, em 1º. de Janeiro de 2003, em seu discurso, afirmou que sua missão era garantir que cada brasileiro fizesse as três refeições diárias e que este foco na redução da pobreza e das desigualdades é uma questão central para o Brasil, e é uma questão social de intervenção do Estado.

Neste sentido, Lula, já no ano de 2003, lança o Programa Fome Zero, tendo como a sua principal política social de combate à pobreza rural e urbana. A política do programa Fome Zero tinha como foco principal garantir a segurança alimentar, e no ano 2003 já havia 44 milhões de brasileiros vivendo na insegurança alimentar, e a maioria desses residia no campo brasileiro.

O relatório de 2016, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação – FAO, destacou que o programa Fome Zero tinha três pilares: ações emergenciais, estruturais e a estimulação e a participação e a mobilização social, “como parte da estratégia de constituição de um amplo mercado interno, e de democratização da sociedade brasileira”. (FAO, 2016, p16).

A opção do governo de dar visibilidade social e de enfrentar a pobreza absoluta no campo foi com a expansão dos programas de transferência de renda, Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e a universalização da seguridade social; este é o tripé das políticas sociais. Vamos iniciar analisando as políticas públicas para o campo, com o Programa Bolsa Família, criado em 2003, para unificar os vários programas federais de transferência de renda, política esta para minimizar a pobreza.

Segundo o documento da FAO de 2014,

Bolsa Família está assentado em quatro pilares: a) transferência de recursos diretamente aos beneficiários (sem intermédio de outros agentes, públicos ou privados); b) pagamento via sistema financeiro, que se organizou para atender milhões de famílias antes excluídas do sistema bancário; c) pagamento preferencial às mulheres, dando-lhes protagonismo e empoderamento nas decisões sobre o uso dos recursos da família; d) cumprimento das condicionalidades de educação e saúde

pelas famílias, para garantir sua continuidade no programa e o acesso a direitos sociais básicos. (FAO, 2014, p.34).

Os pilares que sustentam a política do Bolsa Família são a transferência de renda, o pagamento preferencial às mulheres, possibilitando seu protagonismo e empoderamento na família e a questão da educação e saúde.

O Censo Agropecuário de 2006 revelava que havia 4,3 milhões de pequenas propriedades rurais com menos de 100 hectares e, nestas, 3,8 milhões de famílias que declararam viver no meio rural recebiam o Bolsa Família, representando 27,2% do total do desse programa, o que ajuda a melhor entender a pobreza no campo.

A Figura 4 demonstra a garantia de renda através do Bolsa Família.

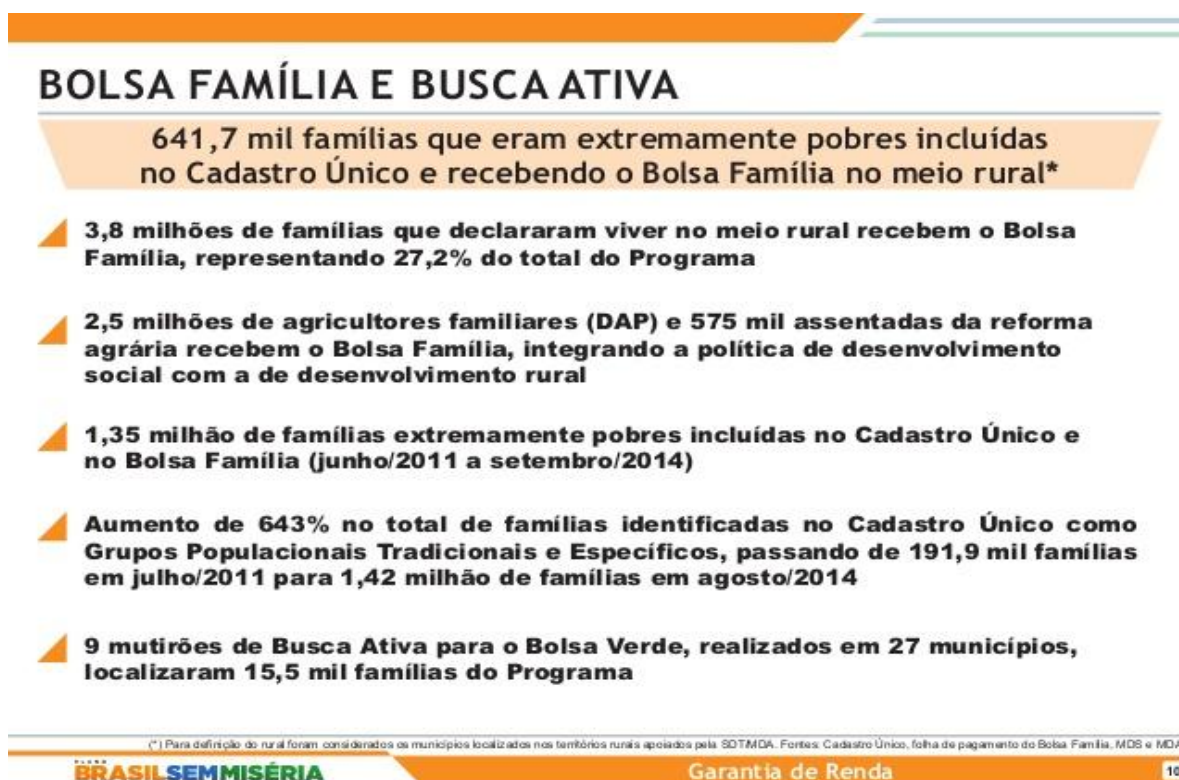


Figura 4 - Garantia de renda através do Bolsa Família

Fontes: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

Os dados da Figura 4 indicam que das 3,8 milhões de pequenas propriedades demonstra a cobertura do programa Bolsa Família no campo, sendo um programa que tem a maior transferência de renda, garantindo assim o acesso aos direitos sociais e da cidadania.

Conforme o estudo do DIEESE de 2014, é:

Segmento composto, majoritariamente, por crianças, jovens e mulheres. Infere-se que essa redução está fortemente vinculada aos avanços das políticas de proteção social (que propiciam alguma renda ou possibilitam a conquista de outra posição na ocupação), mas também à migração para o meio urbano. Principalmente de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos de idade. (DIEESE, 2014, p.09).

Estes pobres camponeses que vivem na pobreza absoluta e não têm renda passam a acessar essa política, um mínimo de direito, apesar da insignificância dos gastos destinados, que no ano de 2010 foram de “13,1 bilhões com o Programa Bolsa Família” (Santos 2012, p10).

Continuando a discussão acerca do acesso aos direitos de cidadania a segunda política pública, que destacamos no foco da pobreza no campo brasileiro, foi a política de documentação rural. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que 40% da população rural brasileira não possuíam documentos e que destes, 60% eram mulheres. A pesquisa revela uma questão estereotípica da expressão social da pobreza absoluta no campo brasileiro: são milhões de mulheres que não possuíam documento e sequer reconhecidas por cidadãs brasileiras e desprotegidas de qualquer direito político e social. Diante da realidade, o governo Lula, em 2004, criou o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

Avaliando o programa Brasil Sem Miséria, em 2014, ele já tinha atingido um milhão de documentos emitidos, em três mil cento e cinquenta e dois mutirões. Vejamos a Figura 5 que demonstra o número de documentos emitidos para as trabalhadoras rurais.

PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL

Mais de 1 milhão de documentos emitidos e
522,9 mil mulheres atendidas pelos mutirões do PNDTR



Fonte: MDS, MDA e Inoc. 2011 a outubro de 2014.

A Figura 5 - Número de documentos emitidos para as trabalhadoras rurais.

Fontes: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

Os dados do programa de documentação mostram que foram atendidas um milhão de pessoas, em dez anos do programa, das nove milhões que não tinham documentos. Comprando os números, pode-se afirmar, é um resultado pouco expressivo.

Todavia, este programa tem um simbolismo significativo: as pessoas que não estavam nas estatísticas de população nem com direito de ter direito e cidadania, dão alguns passos neste sentido. Pressuponho que outros oito milhões que não foram contemplados com o programa, buscaram por iniciativa própria fazer a documentação. Porque as três milhões e oitocentos mil famílias que foram atendidas com o programa do Bolsa Família necessariamente apresentaram documentação, para acessar outras políticas públicas.

A segunda questão para analisar o programa de documentação é visualizarmos o mapa e percebermos que 40% desta população que se encontram no meio rural não têm os documentos. Temos esta realidade em todas as regiões do Brasil, mas a grande massa é do Nordeste e Norte, estas regiões historicamente marginalizadas pela formação social do Brasil.

O programa de documentação é mais simbolismo histórico e social de um modo de produção capitalista e de formação econômica, social, política da subordinação histórica do Brasil. História esta em que a elite brasileira foi subordinada ao capital internacional e gerenciou a política e a economia de costas ao povo brasileiro, personagem histórico de invisibilidade e mero instrumento de trabalho.

A terceira política para atender a pobreza no campo foi o Programa de Habitação Rural (PNHR), que foi criado em 2003, no Governo Lula, com objetivo de garantir subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão, reforma e ampliação de unidades habitacionais dos agricultores familiares. Os recursos da produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais são repassados por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O acesso ao programa acontece de acordo com a renda de cada família.

O Quadro 7 demonstra o valor do financiamento habitacional que cada indivíduo pode acessar de acordo a renda.

MEIO	PROGRAMA	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3
URBANO	PMCMV 1	Até R\$ 1.395,00	Até R\$ 2.790,00	Até R\$ 4.900,00
	PMCMV 2	Até R\$ 1.600,00	Até R\$ 3.275,00	Até R\$ 5.000,00
RURAL	PMCMV 1	Até R\$ 10.000,00	Até R\$ 22.000,00	Até R\$ 55.800,00
	PMCMV 2	Até R\$ 15.000,00	Até R\$ 30.000,00	Até R\$ 60.000,00

Quadro 7 - Valor do Financiamento Habitacional que Cada Indivíduo Pode Acessar de Acordo a Renda.

Fonte: Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/BlogDoPlanalto/apresentao-mcmv-2>> Acesso em: 25 de jul. 2016.

As famílias pauperizadas do campo, que acessaram esta política pública, segundo o manual do Programa Nacional de Habitação Rural, de 2012, precisam comprovar os seguintes documentos:

Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP - no caso de agricultores familiares. Carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou declaração em papel timbrado de cooperativa/sindicato/associação de que o proponente participa ou declarada pelo empregador com firma reconhecida em cartório ou por comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente – se trabalhador rural. (2012, p.03).

Os que acessaram o programa são os agricultores familiares e também os pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas. Estas categorias aqui citadas são da classe subalterna, oriundas do campo e do extrativismo, foram historicamente marginalizadas e invisíveis pelo Estado Brasileiro.

O programa do PNHR tem caráter social para o campo e uma adesão dessa população. E os movimentos sociais do campo avaliam que é uma política que atende o déficit habitacional de um milhão e cem mil casas, em 2010.

Mas uma importância desta política social está no fato de que os movimentos sociais fizeram várias mobilizações pautando ampliação e a desburocratização do programa. Foi com a reivindicação dos movimentos sociais e abertura de diálogo dos governos do PT que, em agosto de 2007, foi elaborado o Plano Nacional de Habitação e depois, em 2009, o Programa Nacional de Habitação Rural faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. A partir deste momento ficou definido um plano de ação do Governo Federal e orçamento para atender a demanda social.

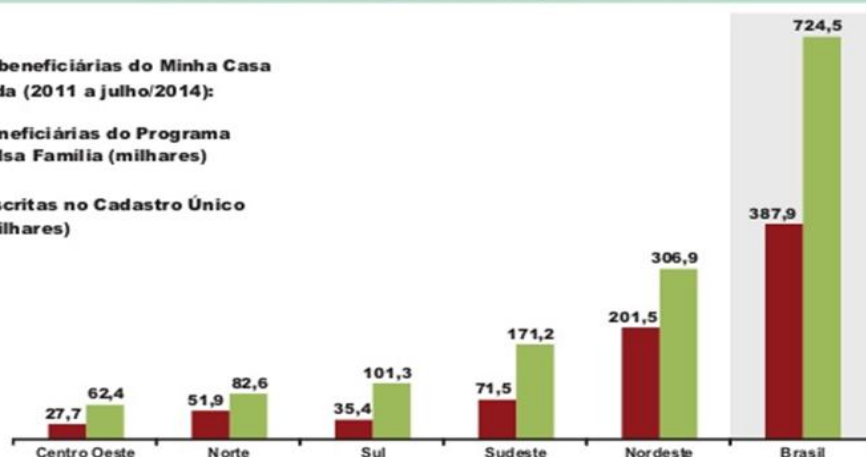
O Gráfico 24 demonstra a abrangência do Programa Minha Casa Minha Vida no período de 2011 a julho de 2014.

MINHA CASA MINHA VIDA

724,5 mil famílias de baixa renda beneficiadas com unidades habitacionais, dessas 102,7 mil pela modalidade Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Famílias beneficiárias do Minha Casa Minha Vida (2011 a julho/2014):

- Beneficiárias do Programa Bolsa Família (milhares)
- Inscritas no Cadastro Único (milhares)



Desde 2009, foram entregues 1,84 milhão de unidades (beneficiando 6,1 milhões de pessoas)

BRASILSEMISÉRIA

Acesso a Serviços

Fonte: MGI e MDS, outubro de 2014.

27

Gráfico 24 - Abrangência do Programa Minha Casa Minha Vida no período de 2011 a julho/2014.

Fontes: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR tem tido bons resultados, alcançou um milhão e oitenta e quatro mil unidades e abrange um público de seis milhões de pessoas. A política de habitação tem contribuído na redução do déficit habitacional rural e a melhoria da infraestrutura e da dignidade e cidadania das famílias pobres do campo.

A quarta política pública que dialoga diretamente com a pobreza no campo é o programa de formação e mobilização para a Convivência com o Semiárido. Este programa iniciou em 2000 e, em 2003, o governo Lula colocou recursos financeiros para promover a construção de cisternas para a coleta de água da chuva para consumo humano.

O Gráfico 25 demonstra o número de famílias que foram beneficiadas pelo o programa Água para Todos no período de 2011 a fevereiro/2014.

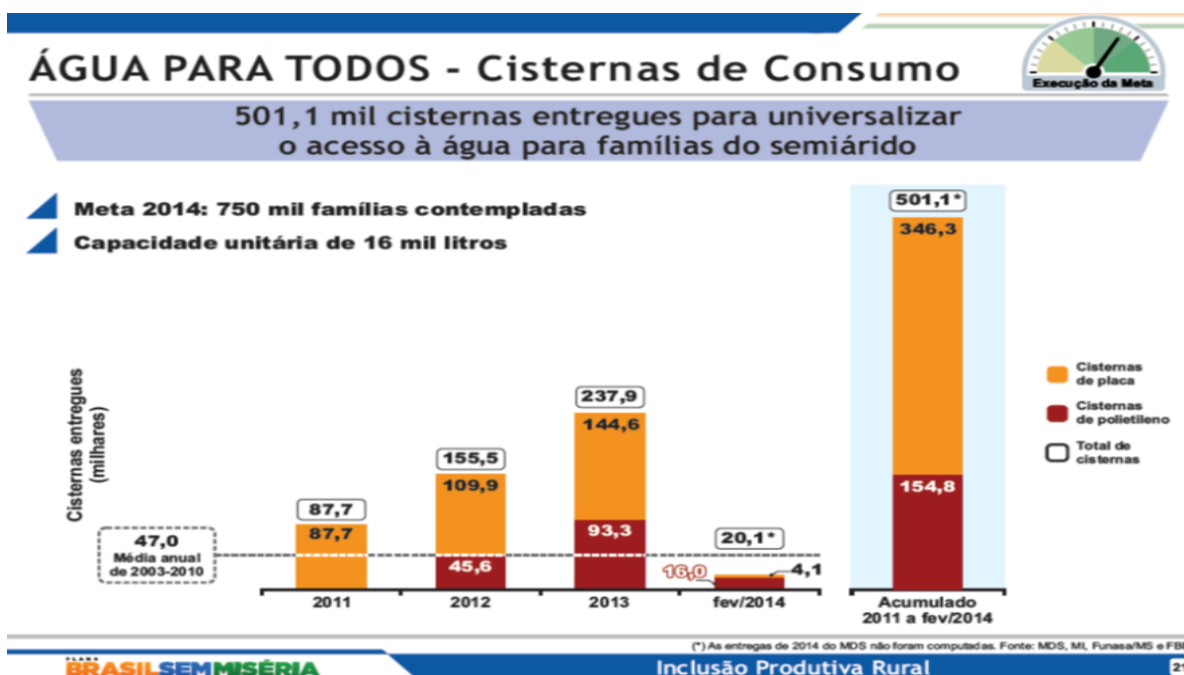


Gráfico 25 - número de famílias que foram beneficiadas pelo Programa Água para Todos no período de 2011 a fevereiro/2014.

Fontes: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

A política de construção de cisternas atinge principalmente as famílias de agricultores pauperizadas do campo, principalmente da região do Nordeste, onde ocorre frequentemente a seca. Esta política traz consigo uma simbologia e uma denúncia sobre a realidade social da seca do Nordeste brasileiro, sendo um dos maiores problemas históricos dos sertanejos que convivem com a realidade de coronelismo, o qual aproveita a seca e situação social para se beneficiar no poder econômico e político.

A quinta política é o programa Luz para Todos, criado em 2003, pelo governo Lula, quando Dilma era ministra de Minas e Energia, com o Decreto n. 4.873 do governo federal, com o nome Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos. Segundo Cintrão, em 2003, “18,1% dos domicílios rurais do Brasil ainda não tinham acesso à eletricidade, mas este índice baixou para 6,4% em 2009, ou seja, 93,4% dos domicílios passaram a ter acesso a este serviço básico”. (2010, p.193).

O número de domicílios que não possuía energia elétrica é a demonstração da precariedade das infraestruturas no campo.

A Figura 6 demonstra o número de domicílios que foram beneficiadas pelo o programa Luz para Todos, no período de 2004 a 2013.

LUZ PARA TODOS



369,4 mil ligações realizadas no meio rural para famílias do Cadastro Único, 267,2 mil delas beneficiárias do Bolsa Família

- ▲ **Meta 2011-2014: 257 mil famílias em extrema pobreza**
- ▲ **Entre 2011 e setembro/2014, 369,4 mil famílias do Cadastro Único foram atendidas. Dessas famílias, 267,2 mil eram do Bolsa Família e 262 mil estavam em extrema pobreza**
- ▲ **Desde 2004, o Programa já realizou 3,17 milhões de ligações de energia elétrica**

BRASIL SEM MISÉRIA

Inclusão Produtiva Rural

Fonte: MME e MDS, outubro de 2014.

21

Figura 6 - Número de domicílios que foram beneficiadas pelo o programa Luz para Todos, no período de 2004 a 2013.

Fonte: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

A Figura 6 demonstra que no ano de 2004 a 2013, foram três milhões e cento e setenta mil propriedades que tiveram o acesso à energia elétrica e aproximadamente quatrocentas mil famílias sobreviviam na pobreza absoluta.

A energia elétrica é um direito de todos, e da qualidade de vida e cidadania. O acesso à energia elétrica e as políticas de transferência de renda possibilitaram que às famílias do campo adquirissem móveis e melhorassem sua qualidade de vida.

O Quadro 8 mostra o acesso das famílias na compra de eletrodomésticos nos períodos de 2003 a 2009.

Bens	Brasil						Sul		Nordeste	
	Total		Urbana		Rural		Rural		Rural	
	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Rádio	88%	88%	89%	89%	83%	82%	95%	95%	76%	77%
Televisão	90%	96%	94%	98%	68%	85%	84%	93%	56%	81%
Fogão	98%	98%	98%	99%	93%	95%	98%	98%	87%	92%
Geladeira	87%	93%	92%	96%	61%	78%	88%	96%	41%	68%
Máquina de lavar roupa	34%	44%	38%	49%	10%	16%	25%	41%	1%	3%
Filtro de água	53%	51%	54%	53%	42%	43%	12%	15%	42%	45%

Quadro 8 - Acesso das famílias na compra de eletrodomésticos nos períodos de 2003 a 2009.

Fonte: Apud; Barsted e Pitanguy. O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010. Rio de Janeiro. CEPIA, Brasília; ONU Mulheres, 2011.

Uma mazela social da pobreza no campo é a combatida pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. É urgente erradicar de vez essa mácula que envergonha o país. Antes discutir a questão do trabalho escravo, importa ver a precarização do trabalho no campo. Primeiro, pretendo discutir o trabalho como um direito social garantido na Constituinte de 1988, sinal da emancipação humana através do trabalho.

Então, parte-se do entendimento de que o trabalho é um direito social garantido na Constituição de 1988, e que o trabalhador deve ser remunerado por ele, por um salário mínimo que garanta a vida digna. Na Constituição, no artigo 6º. n. IV consta

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (CF, 1988, p10).

Compreendendo o trabalho como direito e a idealização de uma sociedade justa foi que a nossa Constituinte de 1988 procurou discutir e registrar a nossa Carta Magna, entendendo todos os interesses econômicos, políticos e social, dos representantes deste Estado patrimonialista, coronelista e elitista.

Portanto, o ideal e o real têm uma relação bem distante neste processo histórico da formação social da sociedade brasileira. O melhor exemplo de tudo foi a libertação dos

escravos, dia 13 de maio de 1888, quando surgiu a carta de princesa Isabel, um ato jurídico e idealizado para um país que viveu com tal episódio vergonhoso quatro séculos de escravidão. A liberdade com a Lei Áurea e os milhares que no século XXI estão sendo libertados do trabalho escravo e do trabalho precarizado nas relações de trabalho no campo revelam a distância entre o ideal e o real.

A precarização do trabalho no campo é um fenômeno antigo no campo brasileiro. É o símbolo de trabalho precário, geralmente associado à informalidade, ao trabalho escravo e a outros problemas relativos ao mundo do trabalho rural. O trabalho escravo consiste sempre na violação de direitos ao sistema de proteção social dos trabalhadores. Mas é uma realidade social, econômica e política em pleno século XXI.

De 1995 a 2014 foram realizadas 1.587 operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo e foram inspecionados 3.773 estabelecimentos; neles foram resgatados 46.588 trabalhadores, dos quais 44% era trabalhadores do meio rural.

O Gráfico 26 demonstra o número de trabalhadores resgatados nas operações de fiscalização de resgate do trabalho escravo no Brasil no período de 1995 a 2014.

**Trabalhadores resgatados nas operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo
SIT/SRTE - Brasil 1995 a 2014**

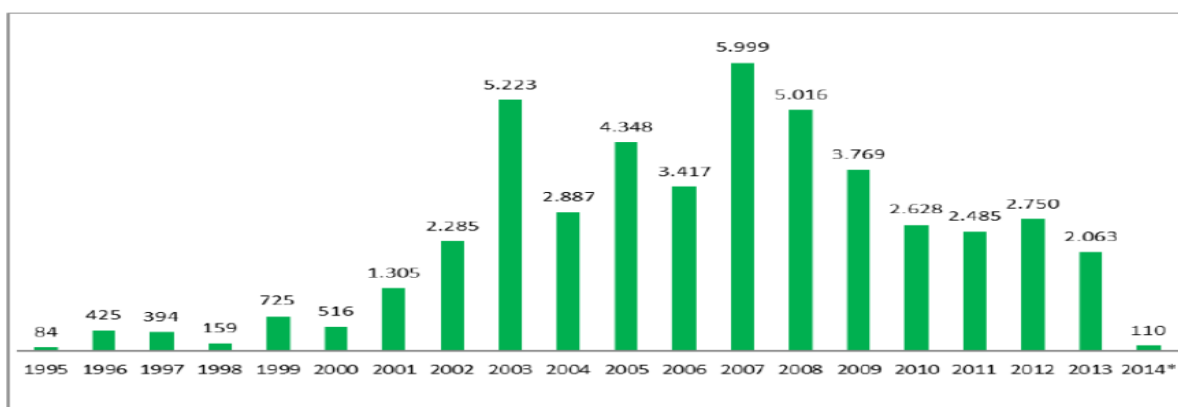


Gráfico 26 - Número de trabalhadores resgatados nas operações de fiscalização de resgate do trabalho escravo no Brasil no período de 1995 a 2014.

Fonte: MTE

O combate ao trabalho escravo de 2003 a 2013 nos governos do PT agiu sobre um dos males que assola o Brasil deste da formação social.

Num balanço muito geral constata-se que o Brasil caminhou no que se refere à fiscalização no combate ao trabalho escravo, bem como na conscientização dos trabalhadores sobre os seus direitos. Tem sido feito uma política de combate ao trabalho escravo, tema atual na conjuntura brasileira. A sociedade o condena moralmente, mas é praticado pelos os coronelistas e políticos, exemplo, senador Ronaldo Caiado e a senadora Katia Abreu, que

pratica o trabalho escravo em suas fazendas. Este tema é debatido na Câmara e no Senado, também há debate inflamado por representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e representantes dos movimentos (dos Sem-Terra, Negros e Indígenas), pois está tramitando a Proposta de Emenda Constitucional 438, que prevê a expropriação e destinação para reforma agrária de terras que foram autuadas com trabalho escravo.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 57A, é de 1999, conhecida por “PEC DO TRABALHO ESCRAVO”. Significa que de 1999 para 2016 já são 17 anos que está tramitando e não é aprovada essa “PEC do trabalho escravo”, mesmo com todo o apoio de artistas, intelectuais e da sociedade que condena moralmente. A PEC 438, não foi aprovada ainda por mexer em interesses e interferir no DNA da burguesia na formação social do Estado brasileiro.

A erradicação do trabalho escravo é uma dívida histórica e traz a questão da dualidade do passado e do presente na formação social brasileira. O passado (atrasado), escravidão dos séculos XVI a XIX, e no presente a escravidão moderna nos séculos XX e XXI. Aí está uma relação da formação histórica do Brasil, do “desenvolvimento desigual e combinado”, que dá ligação enquanto permanecer uma economia subordinada ao modo de produção capitalista.

A sétima política que dialoga diretamente com a pobreza no campo é o combate ao analfabetismo e a compreensão de qual foi à política para intervir nesta realidade. A educação é uma das questões fundamentais enfatizada por organizações, como a UNESCO, Institutos de Pesquisa no Brasil e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, e é um dos parâmetros para analisar o Índice de Desenvolvimento Humano.

Segundo dados da PNAD 2009, a desigualdade na educação é demonstrada pelo número médio de anos de estudo da população de 15 anos; é em média de 4,8 anos para a população rural e de 8,7 para a população urbana. O Quadro 9 demonstra a desigualdade ao acesso à educação no período de 2003 a 2009.

Anos de estudo	Brasil				Sul				Nordeste			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009
População total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Sem instrução e < 1 ano	9%	8%	24%	20%	6%	5%	10%	10%	16%	12%	33%	28%
1 a 4 anos	26%	22%	42%	37%	24%	20%	43%	37%	28%	23%	41%	37%
5 ou mais anos	64%	70%	33%	42%	69%	74%	46%	52%	56%	64%	25%	35%

Quadro 9 - Desigualdade no acesso à educação no período de 2003 a 2009.

Apud: Cintrão, 2011, p 212-13.

Agora outro dado: a situação do abandono da educação e da precariedade de infraestrutura da educação no campo. O Quadro 10 demonstra as infraestruturas física e tecnológica das escolas do campo.

Infraestrutura Física e Tecnológica

Infra-estrutura	Escola Campo	%	Matrícula Campo	%	Escola Quilombola	%	Matrícula Quilombola	%
Total	76.229		6.293.885		1.853		159.858	
Sem ProInfo	53.250	67,5%	-	-	1.187	64,1%	-	-
Sem Internet	68.651	90,1%	4.523.534	71,9%	1.744	94,1%	134.128	83,9%
Sem Internet Banda Larga	71.759	94,1%	3.178.334	82,3%	1.786	96,4%	145.205	90,9%
Sem Energia Elétrica	11.413	15,0%	362.525	5,8%	214	11,5%	8.286	5,2%
Sem Água Potável	7.950	10,4%	431.472	6,9%	371	20,0%	25.979	16,3%
Sem Esgoto Sanitário	11.214	14,7%	418.353	6,7%	272	14,7%	13.319	8,3%

Nos últimos 5 nos foram fechadas 13.691 escolas do campo

Quadro 10 - Infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo.

Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos observar que no Quadro 10, no ano de 2003, existiam 35 mil escolas no campo sem energia elétrica.

O analfabetismo é considerado um dos problemas da sociedade brasileira, de uma economia subordinada ao modelo de produção capitalista e a burguesia brasileira que não tem projeto e preocupação de elevar o nível cultural e educacional da sociedade brasileira, ou seja, esta política não faz parte do projeto dos países com a economia subordinada.

O analfabetismo no Brasil tem classe social e região. Segundo a Profa. Laura Tavares Soares,

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade baixou de 13,3%, em 1999, para 9,7%, em 2009, correspondendo a um contingente de 14,1 milhões de pessoas. As principais características deste grupo são as seguintes: 32,9% das pessoas analfabetas têm 60 anos ou mais de idade; 10,2% são pessoas de cor preta e 58,8% pardas; 52,2% residem na Região Nordeste; e o fenômeno ocorre em 16,4% das pessoas que vivem com meio salário mínimo de renda familiar per capita (renda).

As 14,1 milhões de pessoas de analfabetos são a população idosa e de cor preta, pardas e da região Nordeste com uma renda de meio salário mínimo. No campo há 4.935.448 (35,4%) de analfabetos, segundo os dados do Ministério da Educação.

A Figura 7 mostra o analfabetismo no campo.

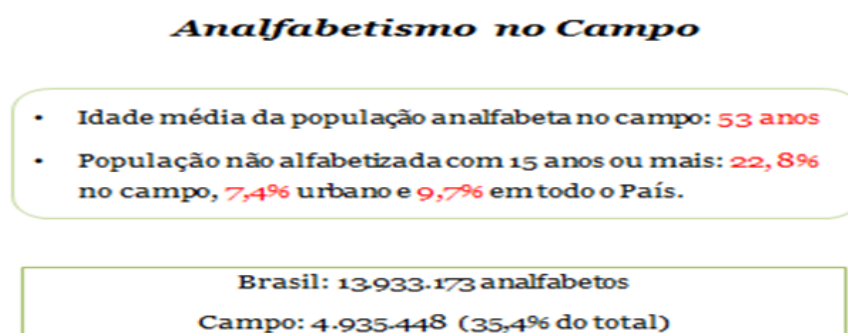


Figura 7 – O número do analfabetismo no campo

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante desta realidade social, os movimentos sociais, na década de 90, pautaram a reivindicação de um programa que atendesse esta expressão social da pobreza no campo: o analfabetismo. No ano de 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, um programa desenvolvido em parcerias com o INCRA e movimentos sociais.

No período 2003 a 2013, o programa passou por uma ampliação nos governos do PT e os movimentos sociais buscaram as parcerias com entidades públicas de ensino; neste período foram realizados 65 projetos com instituições.

O Quadro 11 demonstra o número do PRONERA nacional, de 2009.

NÚMEROS DO PRONERA NACIONAL – 2009								
CURSOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL POR CURSOS
EJA	60.135	52.202	66.743	45.258	46.341	17.019	13.599	303.117
Nível Médio	2.092	3.216	5.436	5.229	5.523	4.445	3.101	30.295
Nível Superior	1.053	1.307	2.097	2.471	2.849	2.506	2.034	14.416
Residência Agrária (Espec.)	0	0	300	295	276	40	40	474
TOTAL	63.280	56.725	74.576	53.253	54.989	24.010	18.774	348.302

Quadro 11 - Número do PRONERA nacional 2009

Fonte: Dados da pesquisa.

Este período revela que houve uma evolução na educação no campo, mas que no Brasil, um país arcaico com herança maldita da subordinação, ainda permanecem desigualdades sociais. Isto se expressa na análise de vários temas sociais, e a educação é um dos elementos gritantes das desigualdades nas regiões e do campo.

O pequeno percentual de avanços na superação do analfabetismo que tivemos na educação no campo é de cinco pontos percentuais. O Gráfico 27 demonstra os anos médios de estudo da população de 18 a 29 anos no Brasil, por renda e situação de domicílio no período de 2004 a 2014.

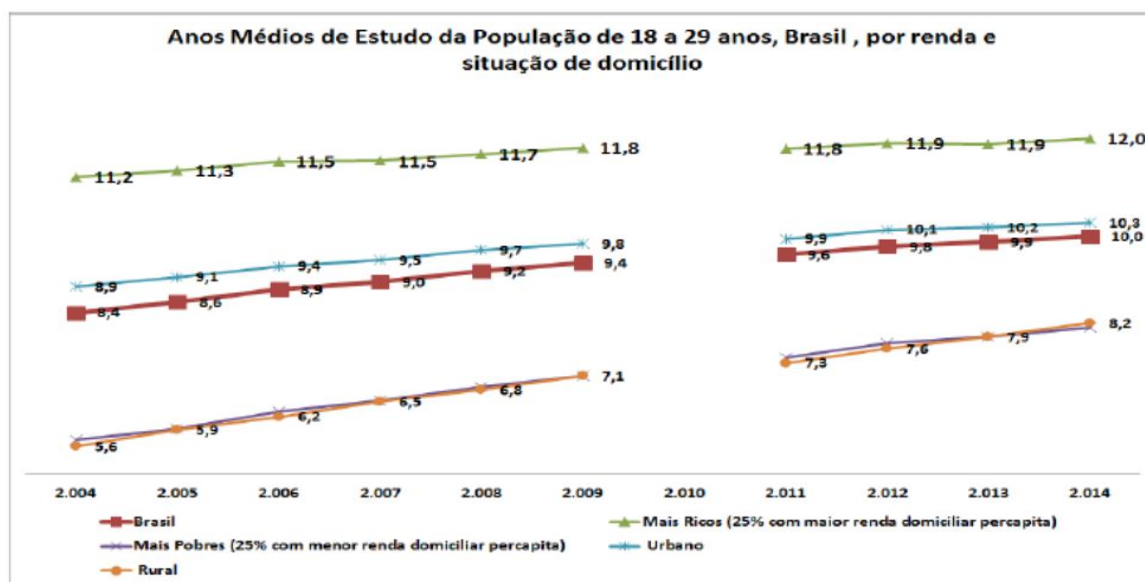


Gráfico 27 - Ano médio de estudo da população de 18 a 29 anos no Brasil por renda e situação de domicílio no período de 2004 a 2014.

Fonte: PNAD 2014 – breves análises. Brasília, dezembro de 2015. IPEA. Organizadores: André Calixtre e Fábio Vaz.

Tivemos um resultado positivo dos percentuais nos estudos, de 5,6% para 8,2%, da população jovem de 18 a 29 anos. Este é um público historicamente ausente e persistia no senso comum “que a população do campo não precisa estudar para trabalhar no campo”. Esta é uma reprodução da ideologia da classe dominante, que impôs que para trabalhar no campo não necessitava estudar e sim reproduzir o modelo de economia e das empresas do agronegócio.

Portanto, o maior avanço que tivemos foi a construção de uma proposta de política e pedagogia para a educação do campo. Em novembro de 2010, o presidente Lula assinou o decreto Nº 7.352, que trata da educação do campo. Esse decreto possibilitou as organizações se empoderarem no debate e no diálogo com as instituições de ensino e na defesa de uma proposta de educação.

O Art.1º do decreto é afirmação da expressão do empoderamento da proposta da educação do campo.

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Empoderar, também uma proposta de emancipação da população pobre que historicamente foi marginalizada do processo de ensino no Brasil, pois sempre a burguesia brasileira vê o campo como mão de obra barata para o capital, mas não vê a necessidade de estudar para trabalhar no campo. Por outro lado, a situação do negro é uma das expressões da pobreza histórica no país. O negro é um dos três indivíduos marginalizados na sociedade brasileira. O Brasil foi último país a fazer uma lei de libertação dos escravos que, por quatro séculos, foram na sociedade, além de escravos. A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, foi “abolição da escravidão” e a Constituição Federal, de 1988, garantiu os direitos sociais para todos os brasileiros.

Com o decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, 115 anos após a Lei Áurea, o Estado Brasileiro reconhece as comunidades quilombolas.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com

trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

A dívida é histórica e o reconhecimento na sociedade brasileira é tardio. O escravismo colonial impôs um padrão de extrativismo das riquezas brasileiras, com sangue e suor dos povos negros na construção das grandes fortunas. As comunidades quilombolas são os remanescentes dos quilombos, e estes eram grupos de escravos que fugiam e formavam uma comunidade.

O decreto foi uma conquista importante pelo qual se passou a reconhecer os direitos sociais e o território das comunidades quilombolas. A atribuição foi dada ao MDA/INCRA para a implementação das ações de regularização fundiária nos territórios quilombolas e mais um conjunto de políticas sociais. No programa Brasil Quilombola a prioridade é o enfrentamento da questão fundiária brasileira e as demais demandas importantes dessas comunidades.

No Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, de 2007, consta:

No início deste ano de 2007, outro decreto presidencial, o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, voltada para povos indígenas e quilombolas, incorporando elementos, diretrizes e objetivos do Programa Brasil Quilombola. (2007, p.72).

O decreto e programas criaram boas perspectivas; é o que aponta a Fundação Palmares, que reconhece a existência atualmente de 1.500 comunidades quilombolas no Brasil. Os decretos e os avanços legislativos formularam um conjunto de programas e ações planejadas e com orçamentos para executar no Plano Brasil Quilombola. Segundo Santana Filho,

Em 2012, havia 421 comunidades certificadas e só seis territórios com o título da terra. O não acesso à terra é o reflexo da formação do Estado brasileiro e a condição social da população negra é base para qualquer análise sobre o ser quilombola. E é preciso reposicionar o papel do sujeito quilombola, a partir da geopolítica, afastando os conceitos que pedem a tutela do Estado e da sociedade, produzida na academia e apropriada pelos governos. Disponível em; <<https://cidadaniaquilombolas.wordpress.com>> acesso no dia 10/03/2016.

Com os interesses da burguesia brasileira em risco e todos os programas planejados para ser executados e atender a população historicamente marginalizada, o que prevaleceu foi o caráter patrimonialista do Estado Brasileiro e da classe política, que fez retroceder as conquistas.

O relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, de 2007, afirma:

De acordo com estudos do INESC, de R\$ 202,5 milhões autorizados no orçamento entre 2004 e 2006, o governo federal deixou de investir cerca de R\$ 100,62 milhões na promoção dos direitos das comunidades quilombolas.

E exatamente no Programa Brasil Quilombola está o maior gargalo para a aplicação dos recursos, uma vez que de R\$ 101,4 milhões previstos para as ações do programa entre 2004 e 2006, utilizou-se apenas 32,3% (R\$ 32,84 milhões). Dentro do Programa, o maior problema encontra-se exatamente na titulação dos territórios. Do valor orçamentário para o Reconhecimento, Demarcação e Titulação das terras de quilombos, de um total de R\$ 11,01 milhões, somente foram gastos R\$ 5,94 milhões (53,97%); e dos recursos para o pagamento de indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas, R\$ 56,53 milhões, somente 11,65%, R\$ 6,58 milhões, foram gastos em três anos.

No que se refere ao apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, dos R\$ 3,15 milhões autorizados para o período 2004/2006, foram gastos R\$ 2,26 milhões (71,83%), ficando um saldo de R\$ 888,68 mil.

Para fomento ao desenvolvimento local, programa sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o desempenho também ficou aquém do esperado: dos R\$ 21,73 milhões autorizados no período, ficou um saldo de R\$ 9,86 milhões.

Também o Ministério do Meio Ambiente deixou de gastar os recursos que estavam disponíveis para Gestão ambiental em Terras Quilombolas, cerca de R\$ 445,92 mil.

E no âmbito do programa Cultura Afro-Brasileira, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura (Minc), a ação Etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos teve alocados no período 2004/2006 cerca de R\$ 3,31 milhões, tendo sido gastos R\$ 2,64 milhões.

Um total de R\$ 11,86 milhões, portanto, deixaram de ser utilizados em atividades para o desenvolvimento local das comunidades quilombolas. (2007, p.73).

Houve reação ao reconhecimento dos direitos sociais aos povos negros. As forças políticas conservadoras e os representantes da burguesia brasileira não aceitaram e não reconheceram. É difícil, para quem ainda nem reconheceu a Lei Áurea, reconhecer os direitos sociais dos quilombolas hoje.

A defesa dos interesses patriarcais e a disputa nas esferas políticas e jurídicas do Estado Brasileiro estão presentes no Congresso e os representantes do Estado arcaico brasileiro estão pautando a PEC 215, que ameaça todo o reconhecimento de “ter direito”. Esta PEC, se for aprovada, altera o Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal e determina que as terras quilombolas passem também a ser atribuição do Poder Legislativo. Nesta situação os interesses políticos no Congresso e a hegemonia pela “bancada ruralista” dificultariam o reconhecimento dos direitos dos negros, que historicamente foram pauperizadas e marginalizadas.

As políticas para combater a pobreza no campo e com estratégia de políticas públicas no foco produtivo. As lutas históricas dos movimentos sociais de pressão social para o Estado reconhecer as especificidades da pequena agricultura que sempre foi subordinada e marginalizada.

Em 2006, foi regulamentada a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006: a agricultura familiar foi reconhecida como categoria social. A legislação garantiu uma estrutura conceitual

das políticas públicas. O art. 4 e 5 do decreto nº 11.326, foca o caráter e quais as políticas públicas a serem realizadas. No Art. 4º, sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, observa, dentre outros, os seguintes princípios: I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. E no Art. 5º, para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: I - crédito e fundo de aval; II - infraestrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V – comercialização; VI – seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII – agroindustrialização.

Este é um conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar com a focalização do tema da pobreza no campo. O relatório de 2016, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, afirma a:

Agenda democrática para o desenvolvimento rural, que vem sendo implementada a partir da recuperação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e como responsável por fazer chegar os serviços públicos e garantir o acesso a direitos aos setores mais vulneráveis, com novas estratégias e instrumentos adequados. (2016, p.21).

A realidade social era a população pauperizada no campo, com um índice de estagnação na geração de renda e sem acesso aos serviços básicos. Para atender esta realidade social, destaco as três políticas públicas.

A primeira política foi à assistência técnica direcionada à produção de alimentos para a subsistência e a comercialização do excedente. A segunda política foi à transferência direta de recursos financeiros em fundo perdido, para a reestruturação produtiva de unidades familiares. A terceira política foi o acesso a mercados públicos e privados, basicamente mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Dialogando sobre a primeira política pública, a Constituição Federal de 1988 tratou da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, uma política pública para o campo. ATER, para as pequenas propriedades, que correspondem a 80%, cumpre um papel social, pois que

estas pequenas propriedades foram historicamente marginalizadas ao modelo hegemônico de produção agrícola brasileiro.

Segundo Cintrão (2011, p.205),

As políticas de Ater no Brasil, historicamente, priorizaram um modelo de desenvolvimento voltado para a implementação da chamada “Revolução Verde”, com ações de transmissão de conteúdos técnicos voltados para os homens agricultores, entendidos como os representantes das famílias.

Na atual conjuntura as pequenas propriedades vêm perdendo espaço territorial no modelo de agricultura. Elas não conseguem ter uma produção em escala e de concorrência, pelo baixo nível tecnológico na pequena agricultura familiar. A assistência técnica cumpre um dos papéis: buscar de alternativas na produção que não estejam ligadas ao processo de produção hegemônico do modelo do agronegócio. Neste sentido, assistência técnica deve estar focalizada à produção de alimentos com o objetivo da subsistência das famílias que sobrevivem em risco de insegurança alimentar.

O mapa abaixo coloca o território que a assistência técnica atende nas famílias pauperizadas. A Figura 8 mostra a assistência técnica e fomento.



A Figura 8 - A assistência técnica e fomento.

Fonte: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

De acordo com os dados levantados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério Desenvolvimento Social - MDS, são 286 mil familiares atendidas em um universo de 3,8 milhões de famílias pauperizada no campo. Portanto, esta política pública do ponto de vista de ser uma iniciativa para atender a realidade social com o foco da pobreza é fundamental e essencial enquanto política pública. Mas, do ponto de vista quantitativo, é insignificante. Para atender as famílias pauperizadas do campo foi desenvolvida uma estrutura que não se resume em assistência técnica, mas inclui outras políticas na organização produtiva.

Continuando e pontuando as políticas públicas que focalizam a questão da pobreza no campo, destacamos o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais – POPMR, criado para dialogar principalmente com as mulheres pauperizadas no campo. O programa atingiu um montante de recursos públicos no valor de 16 milhões de reais, segundo Cintrão: “Entre 2006 e 2009, cerca de 30 mil mulheres organizadas em grupos produtivos foram beneficiadas, através de 71 projetos, com um investimento de cerca de R\$ 16,6 milhões”. (2011, p.201). Os recursos disponibilizados para os grupos produtivos das mulheres agriculturas são de fundo perdido, ou seja, não reembolsáveis. Esta política focaliza a renda para as mulheres em espaços de fundo de quintal e uma economia de subsistência para o empoderamento das mulheres.

A terceira política pública com foco na produção é a comercialização de alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi criado com a Lei nº 10.696/2003, para a compra de alimentos dos agricultores pelo Estado. Este criou o mercado institucional com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), rompendo as cercas e barreiras institucionais do Estado brasileiro, burocrático e elitista. Este programa atende as demandas de hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Esta abertura dos mercados institucionais e governamentais na compra dos alimentos produzidos, diretamente os agricultores e as instituições governamentais, é de empoderamento da agricultura familiar e rompe com os atravessadores.

A avaliação do programa por partes das instituições governamentais é uma demonstração da sua importância, e constata que as pequenas propriedades melhoram a segurança alimentar e a renda.

A Figura 9 demonstra os benefícios do Programa de Aquisição de Alimentos.

O PAA em 10 anos

- **4 milhões de toneladas** de alimentos compradas;
 - ❖ **Inclusão social** – 50% dos agricultores fornecedores está no CadÚnico e 37% dos fornecedores são mulheres;
 - ❖ **Desenvolvimento Regional** – NE: 44% dos AF participam como fornecedores do PAA;
 - ❖ **Promove hábitos alimentares saudáveis**: compra mais de 3 mil itens: leite e derivados, hortaliças, frutas, castanhas, grãos e cereais, entre outros.
- Mais de **380 mil agricultores familiares** forneceram alimentos ao PAA;
- Beneficiou **20 mil entidades socioassistenciais**;
- Presente em **3.311 municípios**, conta com Adesão de **426 municípios em 23 estados**;

Figura 9 - Os benefícios do Programa de Aquisição de Alimentos.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar. Seminário na UFFS.

As compras institucionais pelo Programa de Aquisição de Alimentos também criaram a necessidade de os agricultores buscarem a organização da produção de alimentos e canais diretamente aos consumidores.

O Estado brasileiro e os governos anteriores de 2003 nunca fizeram nada para a classe trabalhadora e para a categoria dos pequenos agricultores e camponeses pauperizados do campo. O pouco que realizou aparece de forma muito positiva. Houve: primeiro, a valorização da produção local e regional, ecológico-orgânica; segundo, a destinação de R\$ 5,3 bilhões, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de Julho/2003-2013; por último, o programa fortaleceu as cooperativas dos agricultores e ampliou o acesso das cooperativas a realizar a produção de alimentos orgânicos.

O Gráfico 28 demonstra a evolução dos recursos aplicados no Programa de Aquisição de Alimento.



Gráfico 28 - Evolução dos recursos aplicados no Programa de Aquisição de Alimento.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar. Seminário na UFFS.

Na minha avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos pontuo alguns avanços e, para melhor compreensão, destaco.

São quatro milhões de toneladas de alimentos compradas, são 380 mil agricultores familiares que participaram do programa do PAA, e 20 mil entidades que participaram da compra. O orçamento do ano de 2003 era de R\$ 144 milhões; já, para o ano 2012, foi pra R\$ 835 milhões de reais.

Os 380 mil agricultores que foram atendidos com o programa, para um universo de 3,8 milhões famílias agricultoras que são atendidas pelo o programa da Bolsa Família. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA atende, pois, 10%, e as outras 90% ficaram à margem desta política pública, portanto, é então uma política seletiva. O programa poderia contribuir para melhorar os índices de desigualdade social e combater a pobreza absoluta no campo. Seria importante que o Estado brasileiro estruturasse este programa em política pública para atender as 3,8 milhões de famílias pauperizadas.

As políticas públicas com o caráter produtivo e estrutural não são aceitas pela burguesia e representantes do Estado brasileiro. Estes têm dificuldade de aceitar o Bolsa Família, que é assistencialista, imagine-se, então, uma política de caráter emancipatório.

A bancada ruralista quer acabar com o Programa de Aquisição de Alimentos, pois tal política diverge dos interesses hegemônicos do modelo do agronegócio. A partir de 2013, o programa passa a perder força, em recursos financeiros, e as entidades que gerenciavam o programa sofrem um processo de criminalização. Mas entendo que o programa poderia ser uma política pública para fortalecer a pequena agricultura familiar e a Reforma Agrária no Brasil.

Por último, pretendo focar a política pública à previdência rural que tem maior cobertura e abrangência no campo.

A Constituição Federal de 1988 garantiu aos trabalhadores rurais o direito à previdência rural, segurada no Art.194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (p. 54).

A previdência rural na Constituição de 1988, no Art. 201. No § 7º, afirma que:

É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. (p.56).

Os princípios citados acima garantem que todos os trabalhadores rurais são sujeitos de direitos sociais. É uma conquista da luta histórica da classe trabalhadora. Delgado afirma: “Reconhecem a previdência rural como a mais importante política social voltada para a população do campo” (2015). A previdência rural é uma conquista. Tem sua importância no reconhecimento da situação social dos agricultores e camponeses pauperizados, que chegam à aposentadoria arrebatados, devido ao trabalho pesado que é realizado no campo.

Por entender que o homem do campo tem trabalho pesado, desgastante, e outras dificuldades, o escritor da literatura brasileira Euclides da Cunha relata as expressões sociais (do homem, terra e o trabalho) no livro Os sertões;

É o homem permanentemente fatigado.

Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude.

Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-lo desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrige-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.

Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja — caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas.

É impossível idear-se cavaleiro mais chucro e deselegante; sem posição, pernas coladas ao bojo da montaria, tronco pendido para a frente e oscilando à feição da andadura dos pequenos cavalos do sertão, desferrados e maltratados, resistentes e rápidos como poucos. Nesta atitude indolente, acompanhando morosamente, a passo, pelas chapadas, o passo tardo das boiadas, o vaqueiro preguiçoso quase transforma o campeão que cavalga na rede amolecedora em que atravessa dois terços da existência.

Mas se uma rês alevantada envereda, esquiva, adiante, pela caatinga garranchenta, ou se uma ponta de gado, ao longe, se trasmalha, ei-lo em momentos transformado, cravando os acicates de rosetas largas nas ilhargas da montaria e partindo como um dardo, atufando-se velozmente nos dédalos inextricáveis das juremas.

Vimo-lo neste steeple chase bárbaro.

Não há contê-lo, então, no ímpeto. Que se lhe antolhem quebradas, acervos de pedras, coivaras, moitas de espinhos ou barrancas de ribeirões, nada lhe impede encaixar o garrote desgarrado, porque por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo...

Colado ao dorso deste, confundindo-se com ele, graças à pressão dos jarretes firmes, realiza a criação bizarra de um centauro bronco: emergindo inopinadamente nas clareiras; mergulhando nas macegas altas; saltando valos e ipueiras; vingando cômoros alçados; rompendo, célere, pelos espinheirais mordentes; precipitando-se, a toda brida, no largo dos tabuleiros...

A sua compleição robusta ostenta-se, nesse momento, em toda a plenitude. Como que é o cavaleiro robusto que empresta vigor ao cavalo pequenino e frágil, sustentando-o nas rédeas improvisadas de caroá, suspendendo-o nas esporas, arrojando-o na carreira — estribando curto, pernas encolhidas, joelhos fincados para a frente, torso colado no arção, — escanchado no rastro do novilho esquivo: aqui curvando-se agilíssimo, sob um ramalho, que lhe roça quase pela sela; além desmontando, de repente, como um acrobata, agarrado às crinas do animal, para fugir ao embate de um tronco percebido no último momento e galgando, logo depois, num pulo, o selim; — e galopando sempre, através de todos os obstáculos, sopesando à destra sem a perder nunca, sem a deixar no inextricável dos cipoais, a longa aguilhada de ponta de ferro encastado em couro, que por si só constituiria, noutras mãos, sérios obstáculos à travessia...

Mas terminada a refrega, restituída ao rebanho a rês dominada, ei-lo, de novo caído sobre o lombilho retovado, outra vez desgracioso e inerte, oscilando à feição da andadura lenta, com a aparência triste de um inválido esmorecido. (1901, p. 48-9)


Na belíssima obra de Euclides da Cunha fica nítida a situação social dos agricultores e camponeses do Sul ao Norte deste país. A vida dos trabalhadores do campo “é o homem permanentemente fatigado”, com uma aparência toda “fora da geometria” e que não demonstra toda a sua capacidade de enfrentar na dura lida. A descrição da situação social da lida dura, ou seja, trabalho penoso no campo foi fundamental para a conquista da previdência rural e que,

devido ao trabalho penoso na agricultura, a perspectiva de vida é menor e também menor o tempo em que recebe o benefício.

No gráfico abaixo percebemos a perspectiva de vida e o tempo menor em que recebe os benefícios. Segundo os dados administrativos da Previdência Social, estes parecem confirmar que a atividade rural continua sendo mais penosa do que a urbana.

O Quadro 12 demonstra o tempo médio de duração, em anos, das aposentadorias por idade e estimativa da idade média do beneficiário na cessão do benefício nos 2009 a 2013.

Tempo médio de duração, em anos, das aposentadorias por idade e estimativa da idade média do beneficiário na cessão do benefício (Brasil: 2009-2013)



Ano	Tempo médio de duração, em anos				Estimativa da idade média do beneficiário na cessão do benefício			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2009	12,8	17,0	16,1	15,4	77,8	77,0	76,1	70,4
2010	12,9	17,3	16,1	15,5	77,9	77,3	76,1	70,5
2011	12,9	17,5	16,3	15,6	77,9	77,5	76,3	70,6
2012	12,9	17,8	16,6	16,2	77,9	77,8	76,6	71,2
2013	13,1	18,0	17,0	17,0	78,1	78,0	77,0	72,0

Quadro 12 - Tempo médio de duração, em anos, das aposentadorias por idade e estimativa da idade média do beneficiário na cessão do benefício nos 2009 a 2013.

Fonte: Nota técnica nº 025/IPEA: previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília, maio de 2016.

Dados estatísticos sobre a previdência social confirmam que os trabalhadores do campo vivem menos que os urbanos.

Segundo Delgado (2012, p.43),

Ocorre nesta década um aparente choque epidemiológico no mundo do trabalho, segundo a avaliação da concessão de benefícios por incapacidade. Este dado pula do patamar de 1,1 milhão/ano em 2000 para 2,2 milhões no final da década, com incremento físico de 107%, enquanto que no mesmo período o salto no espaço dos segurados rurais vai de 165 mil em 2000 para cerca de 240 mil no final da década (2009) – 45%.

O trabalho no campo, que tem sido de penosidade pelo baixo nível das forças produtivas, tem provocado sérios danos à saúde e à integridade dos trabalhadores. A situação

social da saúde dos trabalhadores do campo materializam os dados estatísticos com as lesões físicas, distúrbios e a procura por auxílios a doenças, por acidentes e aposentadoria por invalidez. Portanto, na previdência social não se universalizou toda a população do campo, mas tem abrangência nacional e contribui para romper com a pobreza no campo.

Segundo os dados do Ministério da Previdência Social, em 2015, aparece o salto enorme nos números de benefícios.

A quantidade total de benefícios previdenciários rurais emitidos passou de cerca de 5,3 milhões, em dezembro de 1995, para 9,3 milhões, em setembro de 2015. A maior parte desses benefícios foi em aposentadorias por idade, que saltou de 3,5 milhões de pessoas, em 1995, para 6,2 milhões, em 2015. Em seguida, aparecem as pensões por morte, que beneficiavam 1,3 milhão de pessoas, em 1995, e chegou a 2,3 milhões de pessoas, em 2015. (2015, p.41).

Os impactos da aposentadoria rural são extremamente favoráveis na redução da pobreza no campo brasileiro. Ela é uma política que chega a todos os rincões mais retirados e atrasados. Para Delgado, “aposentadoria rural funciona, muitas vezes, como seguro agrícola, capital de giro, “substituto parcial” do seguro desemprego”. Também é importante destacar que a previdência rural tem cumprido o papel de proporcionar às famílias pauperizadas a autoestima e a possibilidade de melhoria social, interferindo nas economias locais, nas condições de construção de um novo modelo de produção alimentar e contribuindo na redução da pobreza, proteção à velhice, dando nova dinâmica familiar: renda, condições de moradia, escolarização, trabalho infantil.

Dialogando com elementos que pontuei no parágrafo acima, vejamos o gráfico abaixo demonstrando os avanços sociais.

A tabela 4 demonstra o papel da Previdência Rural nas condições socioeconômicas de vida no campo dos indivíduos às famílias.

Tabela 4 - O papel da Previdência Rural nas condições socioeconômicas de vida no campo dos indivíduos às famílias

4. O papel da Previdência Rural nas condições socioeconômicas de vida no campo: dos indivíduos às famílias



- A previdência rural, mesmo sendo paga apenas às famílias com idosos e, dessa forma, presente em somente 30% dos domicílios, **contribuiu para 1/3 da redução da pobreza da população do campo entre 2005 e 2014.**

Categorias	1993		2004		2014	
	Total	%	Total	%	Total	%
Sem beneficiários da previdência	5.243.774	72,32	5.590.524	68,5	5.995.866	63,7
Pelo menos 1 beneficiário com benefício igual a 1SM	1.685.126	23,24	2.273.324	27,85	2.980.269	31,66
Outros	322.087	4,44	297.905	3,65	437.091	4,64
Total	7.250.987	100	8.161.753	100	9.413.226	100

Fonte: Nota técnica nº 025/ipea: previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Brasília, maio de 2016.

A previdência social tem contribuído para reduzir a pobreza no campo, mas nisso foi também a política de valorização do salário mínimo. O estudo sobre a valorização do salário mínimo mostrou que, no ano de 2002 era de R\$ 200,00, e em 2014 foi para R\$ 724,00, aumento nominal de 262% e real, acima da inflação, de 72,31%.

As políticas de distribuição da renda foram as responsáveis para a redução da pobreza no campo, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, de 2016. As reduções da pobreza nas “populações residentes em áreas rurais são ainda mais notáveis, a extrema pobreza caiu de 21,8%, em 2002, para 7,6%, em 2014, o que representou uma queda de 65,2%; e a pobreza foi reduzida de 49%, em 2002, para 20,2%, em 2014, uma redução de 58,7%”. (2016, p.28).

O Gráfico 29 demonstra a redução da pobreza multidimensional crônica rural e urbana.

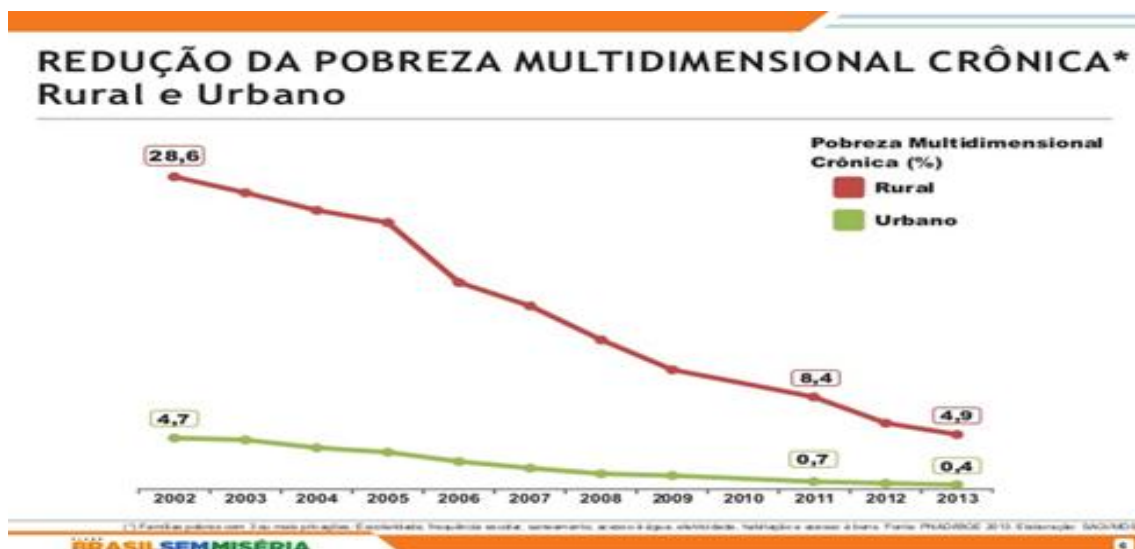


Gráfico 29 - Redução da pobreza multidimensional crônica rural e urbana.

Fonte: Dados de renda declarada do Cadastro Único para famílias com DAP, MDS, MDA e INCRA, julho de 2014.

Portanto a redução foi de 58,7% da pobreza absoluta no campo, que historicamente tem o público constituído pelo índio, negro e homem rural, cujo endereço tem sido o território do campo onde os objetivos são a exploração da matéria prima e a força de trabalho desses três indivíduos históricos que, na formação social brasileira, foram marginalizados.

5. CONCLUSÃO

“As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a força intelectual dominante. A classe que tem os meios de produção material à sua disposição tem, ao mesmo tempo, controle sobre os meios de produção mental, de modo que, em geral, as ideias daqueles que carecem dos meios de produção mental estão sujeitos a ela.” (MARX; ENGELS)

Estamos diante da necessidade de compreender a formação do Estado brasileiro e as características da intervenção na questão social e as expressões sociais na sociedade brasileira e, principalmente, na pobreza, que é um tema historicamente discutido “pelos os representantes” do Estado brasileiro, mas que até os dias atuais não conseguiu ainda superar.

A pobreza é uma das expressões sociais históricas da formação social do Brasil, e é de fundamental importância destacar sua concentração no campo.

Este trabalho objetivou analisar a pobreza e políticas públicas no campo brasileiro e traz a intervenção do Estado brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A conclusão a que chegamos, depois de estudos e pesquisa, é que as políticas públicas são focalizadas para atender as especificidades da pobreza no campo. As hipóteses que tiramos deste trabalho são as seguintes.

A primeira é que, dentre as políticas públicas que têm a maior incidência no campo/rural, está o Programa Bolsa Família, que atende um universo de 3,8 milhões de famílias pobres no campo.

A segunda política de maior incidência no campo é a previdência rural que atende o público idoso, segmento mais numeroso dentre os que vivem no campo, de acordo com os dados estatísticos de hoje.

A terceira questão é de a análise sobre as políticas públicas com caráter de políticas que focalizam a estruturação produtiva, sendo elas assistência técnica direcionada à produção de alimentos à subsistência e o excedente para a comercialização, tem sido programas estruturante para as famílias, mas é programas que atende 10% das famílias pauperizadas no campo e as outras 90%, é mais uma vez não são atendidas por estas políticas.

A quarta conclusão diz respeito à previdência rural e a Bolsa Família: as duas políticas são decisivas para o incremento da renda da população no campo nas últimas duas décadas.

A quinta: as políticas sociais são de caráter assistencialista e são essenciais e necessárias para manter as famílias no campo. A previdência rural é o que têm tido um papel de melhoria nos índices de desenvolvimento humano e na minimização da pobreza absoluta no campo.

As políticas públicas de caráter assistencialista são em grande parte responsáveis pela redução da pobreza e da desigualdade no campo, mas ainda não conseguiram estabelecer ações e mecanismos capazes de atuar de forma definitiva sobre a erradicação da pobreza. Porque, para radicalizar, é necessário mudar o modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - ABRA EDIÇÃO ESPECIAL • JULHO DE 2013.

ARAÚJO, F. C.; NASCIMENTO, E. P. O papel do estado na promoção da sustentabilidade da agricultura. Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line (www.proec.ufg.br).

BARSTED E PITANGUY. **O progresso das mulheres no Brasil 2003 – 2010**. Rio de Janeiro. CEPIA, Brasília; ONU Mulheres, 2011.

BEHRING, ELAINE ROSETTI. **Política social: Fundamentos e história?** Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti.-9.ed.- São Paulo: Cortez,2011. – (biblioteca básica de serviço social; v.).Brasil, Constituição(1988).

Brasil. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 1/92 a 52/2006. Brasília. 2006.

CALDART, ROSELI SALETE. Organizado por Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, ANA AMÉLIA BRASILEIROS. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARVALHO, HORACIO MARTINS DE. **EXPANSÃO DO CAPITALISMO MONOCAMPO**. Apresentação, PowerPoint, Curitiba, Setembro de 2008.

CINTRÃO, ROSÂNGELA PEZZA. **O progresso das mulheres no Brasil 2003–2010**. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy- Rio de Janeiro; CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CORREA E DAVID. **A política agrária e as transformações na agricultura brasileira- de 1960 aos dias atuais**. Geosul, Florianópolis, v.17, n.33, p 23-43, jan./jun. 2002.

COUTINHO, LUCIANO. **Investimento, Financiamento e o BNDES**. 27 de Agosto de 2013>Acesso em: 08 de Ago. 2016.

COUTINHO, CARLOS NELSO. **Cultura e Sociedade no Brasil**. São Paulo, 2011. Ed. Expressão Popular.

_____. **CONTRA A CORRENTE; Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo; Cortez, 2000.

CUNHA, EUCLIDES DA. **OS SERTÕES – VOLUME 1**. MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Nota Preliminar. São Paulo. 1901.

DELGADO, GUILHERME C. **O que Significa a Economia política do Agronegócio no Brasil Atual** (Anos 2000).

_____ **A Questão Agrária no Brasil. 1950-2003.**

_____ **Questão Agrária e Saúde.** Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

DONISETI, MARCOS. A Herança Bendita do PT. Acesso em: 08 de Ago. 2016.

FERNANDES, FLORESTAN. Florestan. **Florestan Fernandes na Constituinte.** Leitura para a reforma política. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão popular, 2014.

FUNARI, PEDRO PAULO A. **Estado e Democracia:** ensaios teóricos, de Décio Saes, Locus, Revista de História, Juiz de Fora, 2,2, 141-145, 1996. (Departamento de História, IFCH, UNICAMP).

GANDINI, RAQUEL. **Características patrimonialistas do Estado brasileiro:** anotações para estudos de política educacional. RBPAAE – v.24, n.2, p. 197-213, mai./ago. 2008.

HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE. **Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, 1969,** Livraria José Olympio Editora.

IANI, OCTAVIO. Octavio. **O ciclo da revolução burguesa.** 1976, ed. Vozes.

JACCOUD, LUCIANA E SILVA FREDRICO BARBOSA DA. **Questão social e políticas sociais no Brasil** contemporâneo / Brasília: IPEA, 2005.

KATZ, CLAUDIO. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo.**/ 1 ed.- São Paulo: Perseu Abramo, 2016.

LEITE, SÉRGIO PEREIRA: **Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 2, 2005: 280-332.

MARX, KARL. **O Capital,** tomo 2, O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL (CAPÍTULOS XIII A XXV), Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Editora Nova Cultural Ltda, edição 1996.

MAZZEO, ANTONIO CARLOS. **Estado e Burguesia no Brasil.** Origem da autocracia burguesa. São Paulo, 2015. BOITEMPO.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento sociais.** 2ªed. – São Paulo; Corte, 2011.

NASCIMENTO, ELIMAR PINHEIRO DO. **Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários.** Cad. CRH, Salvador, n.21. p.29-47, jul./dez.1994.

- NETO, JOSÉ PAULO. **Capitalismo Monopolista e Serviço social-** 5.ed.-São Paulo, Cortez,2006.
- PEREIRA, LUIZ CARLOS BRESSER. **A construção política do Estado:** Lua Nova, São Paulo, 81: 117-146, 2010, professor emérito da Fundação Getúlio Vargas.
- SAES, DÉCIO. **Estado e democracia;** ensaios teóricos. 2.ed Campinas: Unicamp, instituto de filosofia e ciências sociais. 1998.
- SALLUM, BRASÍLIO. **METAMORFOSES DO ESTADO BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XX.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003.
- SANTOS, JOSIANE SOARES. **As particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva.** 2008.
- SILVA, FREDERICO BARBOSA/ JACCOUD, LUCIANA. **Da Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo /,** organizadora ;– Brasília : IPEA, 2005.
- SILVA, JOSÉ AFONSO. **Comentário contextual Á constituição.** 4º Edição, São Paulo, de acordo com a Emenda Constitucional 53, de 19.12.2006. Editora; Malheiros M editores.
- SILVEIRA, DANIEL BARILE DA. **Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro:** Uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. Mestrando em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (Unb). Brasília, 2006.
- SINGER, ADRÉ. **OS SENTIDOS DO LULISMO** - Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- SORJ, BERNARDO. Centro Edelstein de pesquisa sociais. **Estado e classes sociais na Agricultura Brasileira.** 2008. Rio de Janeiro.
- SYDOW, EVANIZE E MENDONÇA, MARIA LUIZA. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil 2007.**
- VAZ, ANDRÉ CALIXTRE/ FÁBIO. PNAD 2014 – **breves análises/Brasília,** dezembro de 2015. IPEA.
- VIEIRA, EVALDO. Políticas sociais e direitos sociais no Brasil mudam ao sabor e ao ritmo das mudanças constitucionais, prática política subordinada às classes dirigentes, regidas pelos interesses externos. Artigo originalmente publicado no **JORNAL DA USP,** Seção Opinião. 12.11.357, de 5 a 11 de agosto de 1996.